

Revista eletrônica

Interfaces

ISSN 2179-0027

Volume 4 número 2

Revista Interfaces

Editor-chefe

Dra. Maria Cleci Venturini

Conselho Editorial

Dra Amanda Eloina Scherer (UFSM)
Dr. Antonio Escandiel de Sousa (Unicruz)
Dra Carme Regina Schons (UPF)
Dra Célia Bassuma Fernandes (Unicentro)
Dr. Daniel de Oliveira Gomes (UEPG)
Dra Eneida Chaves (Universidade Federal de São João Del Rey)
Dr Eclair Antonio Almeida Filho (UNB)
Dr. Eduardo Pellejero (UFRN)
Dra Elisabeth Fontoura Dorneles (Unicruz)
Dra Ercilia Cazarin (UCPEL)
Dra Gesualda dos Santos Rasia (UFPR)
Dra Luísa Lobo (UFRJ)
Dra Marcia Dresch (Universidade Federal de Pelotas/RS)
Dra Mary Neiva Surdi da Luz (UFFS/Chapecó)
Dra Maria Cristina de Almeida Mello Laranjeira (Universidade de Coimbra)
Dra Sonia Pascoalati (UEL)
Dr. Verli Petri da Silveira (UFSM)
Dra. Nincia Cecília Ribas Borges Teixeira (Unicentro)

Organizadoras

Lidia Stutz e Luciane Baretta

Revisor de texto

Maria Cláudia Teixeira

Arte da capa e diagramação

Patricia Bronislawski
Paula Maryá Fernandes

Responsável Técnica

Marcela Maria Mariani

Sumário

Apresentação

Luciane Baretta e Lidia Stutz

4-5

Artigos

Right hemisphere and language / O hemisfério direito e a língua(gem)

Luciane Baretta

6-15

Ensino da Língua Portuguesa: leitura para uma análise discursiva

Eliana Gato Martins e Clarita Gonçalves de Camargo

16-21

As fronteiras híbridas da África pós-colonial

Maria Laura Muller da Fonseca e Silva

22-29

Leitura, interpretação e sentido: análise de uma propaganda DO Boticário sob uma perspectiva discursiva

Lucas Martins Flores

30-38

Um recorte do léxico toponímico indígena municipal alagoano: motivações toponímicas

Pedro Antonio Gomes Melo

39-49

Os dois vampiros de Dalton Trevisan: análise de discurso de criador e criatura

Camila Del Tregio Esteves

50-59

O uso de expressões latinas como elementos de ornamentação na linguagem publicitária escrita no português contemporâneo

Pedro Antonio Gomes Melo

60-71

Paulo Honório-Fazendeiro por Paulo Honório-Escritor: um outro olhar sobre São Bernardo

Alessandra Valério

72-81

A edição n.2, do volume 4, jul./dez. 2013, da Interfaces apresenta um rol de artigos sobre temáticas variadas que englobam estudos das esferas linguística e literária, indo ao encontro do propósito desta revista periódica, que já estabelece em seu nome, essa multiplicidade de (inter)relações, pois, de acordo com o dicionário Meriam-Webster, o termo interface é utilizado para designar o lugar ou área no qual diferentes coisas se encontram e se comunicam. A confluência das múltiplas áreas na qual as pesquisas da língua(gem) são desveladas, se faz aqui presente pelos estudos da neurociência, da análise do discurso em campanhas publicitárias, do hibridismo cultural em obras africanas, de estudos etimológicos, da análise de personagens em contos literários, das pesquisas sobre a morfologia e lexicologia latina na língua portuguesa contemporânea e pelas relações de trabalho na obra literária São Bernardo de Graciliano Ramos.

O primeiro artigo da revista, da pesquisadora Luciane Baretta, da UNICENTRO, intitulado *O hemisfério direito e a língua(gem)*, situa-se nas pesquisas da neurociência e contempla uma revisão da literatura sobre a importância do hemisfério direito no processamento da linguagem, mais especificamente, na compreensão leitora.

O segundo artigo, de Eliana Gato Martins, da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e Clarita Gonçalves de Camargo, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), intitulado *O Ensino da Língua Portuguesa: Leitura para uma análise discursiva*, ancora-se nos estudos da análise do discurso de base francesa e visa mostrar as possibilidades de formação crítica dos alunos por meio do ensino de Língua Portuguesa utilizando como corpus o funcionamento discursivo dos anúncios publicitários televisivos.

O terceiro artigo, *As fronteiras híbridas da África pós-colonial*, tem como autora Maria Laura Muller da Fonseca e Silva, do Instituto Vianna Júnior (IVJ), que se debruça sobre os romances *Teoria geral do esquecimento* (2012), do escritor angolano José Eduardo Agualusa, e *A confissão da leoa* (2012), do moçambicano Mia Couto. A autora discute “o discurso identitário nacional de Angola e Moçambique, cruzando, em hibridismo cultural, o particular e o estrangeiro” (p. 21).

No próximo artigo, elaborado por Lucas Martins Flores, do Instituto Federal Farroupilha, que apresenta como título *Leitura, interpretação e sentido: análise de uma propaganda do Boticário sob uma perspectiva discursiva*, parte também dos fundamentos da Análise do Discurso, de linha francesa, e nos ensina a acompanhar as análises de uma campanha publicitária da empresa de cosméticos, que utiliza como fio condutor contos de fadas para seduzir o público-alvo.

Um recorte do léxico toponímico indígena municipal alagoano: motivações toponímicas, elaborado pelo pesquisador Pedro Antonio Gomes Melo, da Universidade Estadual de Alagoas, trata dos fatores que levam à utilização do acervo lexical de origem indígena tupi na nomeação de localidades alagoanas.

No sexto artigo entra em cena a pesquisa *Os dois vampiros de Dalton Trevisan: Análise do discurso de criador e criatura*, de autoria de Camila Del Tregio Esteves, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que objetiva a analisar personagens vampiros de Trevisan com base na acepção de escritura dos estudos de Roland Barthes.

O sétimo artigo, *O uso das expressões latinas como elementos de ornamentação na linguagem publicitária escrita no português contemporâneo*, também de Pedro Antonio Gomes Melo, da Universidade Estadual de Alagoas, tem como respaldo teórico a morfologia lexical e lexicologia e versa sobre o uso de expressões latinas no léxico publicitário contemporâneo de língua portuguesa.

O último artigo da revista, *Paulo Honório-Fazendeiro por Paulo Honório-escritor: um outro olhar sobre São Bernardo*, de Alessandra Valério, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), propõe uma leitura da obra São Bernardo, de Graciliano Ramos, em uma perspectiva menos tradicional no intuito de desvelar discursos subjacentes que permeiam o romance, no sentido de sublinhar tensões “entre trabalho intelectual e trabalho braçal e a constituição ambivalente da personalidade de Paulo Honório” (p.76).

E, para finalizar, convidamos, você, leitor, a apreciar as (inter)relações da área da língua(gem) aqui publicadas e, a partir disso, propor novas elucubrações para a contínua releitura e reflexão acerca das possíveis interfaces entre língua e literatura. Agradecemos aos autores pelas contribuições já expostas e a todos os envolvidos para a materialização de mais este número da Interfaces. Boa leitura!

Lidia Stutz e Luciane Baretta

(Organizadoras do Volume 4, Número 2)

Guarapuava, 20 de dezembro de 2013.

Right Hemisphere and Language:

O Hemisfério Direito e a Língua(gem)

p. 6 - 15

Luciane Baretta¹

Abstract

The purpose of this paper is to present a review of literature on the role of the right hemisphere in language processing, more specifically, in reading comprehension. The review is organized in three main sections. First, some context that may explain why the right hemisphere has been neglected until the past decades when one considered language comprehension and production is presented. Secondly, the contributions originated from clinical observations and empirical research with brain-lesioned and normal participants, highlighting and distinguishing the role of the right side of the brain are discussed. Then, in the final part of this paper, the contributions of technological tools to the development and refinement of brain studies are addressed, showing that the right hemisphere works conjointly with its other half, so that reading comprehension is achieved.

Keywords: Right hemisphere. Language. Reading.

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma revisão de literatura sobre o papel do hemisfério direito no processamento da língua(gem), mais especificamente, no que tange à compreensão do texto escrito. Este artigo está organizado em três partes. Primeiramente, é apresentado o contexto que explica porque o hemisfério direito tem sido negligenciado, até recentemente, quando se abordavam questões relativas à compreensão e à produção linguística. Na segunda parte, as contribuições oriundas de observações clínicas e pesquisas empíricas com pacientes com e sem lesão cerebral, que destacam e definem o papel do hemisfério direito, são apresentadas. Finalmente, as contribuições de ferramentas tecnológicas que alavancaram o desenvolvimento e refinamento de pesquisas com o cérebro humano são apresentadas, mostrando que o hemisfério direito trabalha conjuntamente com a sua outra metade para que a compreensão em leitura seja alcançada.

Palavras chave: Hemisfério direito. Língua(gem). Leitura

Introdução

The evidence that the right hemisphere (RH) possesses specialized abilities has been known since the early days of the concept of cerebral dominance in the mid-1800s (SPRINGER; DEUTSCH, 1998). Nevertheless, it is not until the 1950's when more evidence started

to emerge, that scientists began to take a closer look and reconsider the functions of the RH in our everyday activities.

For almost a century - after Broca's and Wernicke's findings - the right side of the brain was neglected. Although some isolated evidence continued to suggest that the RH does have contributions in language related activities, that

¹ Professora do Departamento de Letras da UNICENTRO. Doutora em Letras Inglês (UFSC). E-mail: barettaluciane@gmail.com

is, left hemisphere brain damaged (LHD) patients with complete loss of speech were yet able to sing, scientists were not much concerned with the RH for several reasons.

The literature suggests several justifications for this. Among them, is the fact that lesions in the RH are generally not accompanied by drastic changes in behavior, such as speech loss or meaningless language production, as LHD aphasic patients reveal. Moreover, the impairments caused by the right side were not easy to analyze and diagnose and to fit into the traditional ideas about brain function, once RH lesions tend to disrupt patients' behavior in fairly subtle ways (BOGEN, 1997; SPRINGER; DEUTSCH, 1998; St. GEORGE; KUTAS; MARTINEZ; SERENO, 1999; LUNDY-EKMAN, 2004).

For the last decades, important contributions have been made from clinical observations and empirical research, highlighting and distinguishing the role of the RH in language. In this paper, some theoretical, behavioral and (neuro)cognitive studies will be addressed in order to elicit the role and the contributions of the right side of the brain in language processing. In the first section, the early days of the RH in neuropsychological research is presented. Secondly, contributions from clinical observations and empirical research with brain-lesioned and normal participants, recognizing and distinguishing the role of the right side of the brain are presented. Finally, the contributions of technological tools to the development and refinement of brain studies are discussed, and three studies using Positron Emission Tomography (PET scan) and functional Magnetic Resonance Imaging (fMRI) technologies to investigate the process of reading comprehension are presented.

The early days of the RH

Although lateralized lesion evidence for the RH role in non-language functions already existed early, before and during the 1900's (BOGEN, 1997), it was during the mid-1950's that testing of neurologic patients with lateralized lesions brought new evidence to the RH specific functions in the brain. Of particular importance, are the studies carried out by the 1981 Nobel Prize neuroscientist Roger Sperry with split brain patients in the late 1960's and early 1970's (WALDIE, 2004). These experiments have contributed to demonstrate the functional locality for RH specific language tasks.

Using a tachistoscope that requires the participant to focus on a determined spot in the center of the visual field while the stimulus (a word, an image) is projected to either the right or left hemisphere, Sperry showed that both hemispheres are involved in language tasks. In a normal brain, the hemispheres are interconnected by the corpus callosum, but in split brain patients, who suffer surgery to cut the corpus callosum to control severe epilepsy, preventing the seizure from spreading to other areas, the left and right hemispheres can no longer communicate with each other.

In one of Sperry's innumerable experiments, the word "ring" was projected to the right visual field of split brain patients, going to the so-called talkative left hemisphere (LH). Similarly, the word "key" was projected to the left visual field, going to the mute RH. As expected, the patients only reported reading the word "ring", being unaware of the word "key", while normal informants always reported the word "keyring". Nevertheless, when pushed to think harder about seeing any sort of image, split brain patients reported seeing a flash of light on the left side of the screen, asserting that it was a flash of light and not a word. Interestingly

enough, when asked to reach the object just seen on the screen with their left hands, patients reached the “key”, although denying seeing that word moments before. Moreover, when asked to name the object they had touched, split brain patients responded “ring”.

These amazing findings not only give further evidence that the corpus callosum is responsible for the communication between the two halves of the brain, but also that the RH plays a role in language. If this is not the case and if the RH is illiterate, as many researchers believed for so long, how can one explain Sperry’s patients reaching the object “key”? It is important to remember that “key” was projected to the left visual field as a word and not as a picture, giving evidence that the RH can read. Therefore, even though the RH is not able to ‘verbalize’ what it saw, it is capable of communicating by other means (BAXTER, 2004). One should observe that the emphasis of this assertion is on seeing rather than on comprehending, deemphasizing, once again, the participation of the RH in this specific language task, and giving full credits for the LH.

As the literature demonstrates, Sperry’s insights on hemispheric abilities are just one fraction of the vast amount of research carried out with brain damaged, callosotomized and hemispherectomized patients. These studies have provided the cornerstones of what is known about the human brain nowadays (BOGEN, 1997; SPRINGER; DEUTSCH, 1998; GELLATLY; ZARATE, 1998; MATLIN, 2004; LUNDY-EKMAN, 2004; ROSA, 2010, among others). Throughout the years, brain investigators have used different methodologies from neuropathology and lesion studies to behavioral measures with brain damaged and normal patients to try to identify and understand the role of each hemisphere in language processing (CODE,

1997). Although there is some incompatibility regarding the studies and their results, there are some assumptions related to the role of the RH commonly accepted among researchers, as will be discussed below.

RH involvement in language

Studies concerning brain damaged patients remark that right hemisphere damaged (RHD) people do not typically have the language impairments (phonological, syntactic or semantic problems) observed in aphasics; nevertheless, they frequently have communicative and cognitive deficits, normally addressed in speech therapy (McCAFFREY, 1998-2008). These deficits, as discussed by McCaffrey, can be divided into linguistic, extra linguistic and nonlinguistic.

The linguistic deficits comprise some of the tasks designed to evaluate aphasics, namely: body part naming, auditory comprehension of complex and/or difficult material, word fluency, writing, and oral sentence reading. According to McCaffrey, some RHD patients also demonstrate problems in performing these tasks. In fact, in a study carried by Hough (1990), when RHD patients had to listen to narratives with delayed presentation of a central theme, results demonstrated that they had difficulties and “performed significantly poorer when theme presentation was delayed compared to its normal organization” (p. 261). Nevertheless, in a previous study conducted by Brookshire and Nicholas (1984), when RHD also had to hear short narrative paragraphs, their performance was not significantly different from controls. As the authors state, and it seems to be quite plausible, predictions about RHD or LHD patients’ listening comprehension of discourse in daily-life situations have to be based upon samples of their performance in real discourse, and not upon their performance in traditional tests composed

of simple sentences (p. 35). The same comment can be generalized to some other behavioral tests designed to evaluate and categorize patients with brain lesions, without careful analysis.

Regarding the extra linguistic deficits, although RHD are unlikely to display “speech” problems, they do have problems communicating. The most common problem of RHD people is their inability to integrate information from different sources (HOUGH, 1990; KAPLAN et al. 1990; STEMMER; JOANETTE, 1998). This impairment is supported by electrophysiological responses (measured with the Electroencephalogram) (FEDERMEIER; KUTAS, 1999) and fMRI data (St. GEORGE et al., 1999). That is to say, normal subjects reveal greater brain activation in the RH when integrative processes are needed to achieve global meaning. Also, RH patients do not make adequate use of context in their interpretations of messages (KAPLAN et al. 1990; HOUGH, 1990; MOLLOY et al., 1990; STEMMER; JOANETTE, 1998), demonstrating difficulty in distinguishing significant from unimportant information. Moreover, further evidence has showed that RHD people may be able to comprehend only the literal meaning of language (KAPLAN et al., 1990; JUST et al., 1996). Another problem related to RHD patients is the fact that they are unable to interpret body language and facial expressions (SPRINGER; DEUTSCH, 1998), and their speech is frequently aprosodic, or lacking variations in pitch and stress (SPRINGER; DEUTSCH, 1998; LUNDY-EKMAN, 2004). Yet, studies reveal that these patients may fail to follow conversational rules and that they may make untrue statements, i.e., confabulations (HOUGH, 1990; JOANETTE; GOULET, 1990).

Lastly, although it is not the main issue discussed in this paper, the nonlinguistic deficits will be addressed due to the fact that some of them may be part of the stimuli designed to

evaluate language processing. The nonlinguistic deficits comprise: (a) disorientation to time and direction (although person and place orientation is preserved); (b) left side neglect, i.e., failure to eat food on the left side of the plate, begin reading in the middle of sentences, draw only the left side of pictures, being unaware that it is not complete; (c) anosognosia – inability to recognize their hemiplegia or cognitive deficits and this explains why RHD patients are frequently less depressed than those with LHD; (d) visuospatial deficits and (e) prosopagnosia – inability to recognize familiar faces (LUNDY-EKMAN, 2004; McCAFFREY, 1998-2008; SPRINGER; DEUTSCH, 1998).

As stated previously, the information about the RH involvement in our everyday life reviewed so far is based on research carried out during the past decades. The findings of studies with brain damaged, callosotomized and hemispherectomized patients contributed to the establishment of functionality between the two halves of the brain and to the enlightening of the subtle linguistic and nonlinguistic problems caused by RH damage. In the last part of this paper, one PET and two fMRI studies related to the engagement of the RH in reading will be discussed.

Cerebral imaging and the RH

The advancement of new technologies to register brain activation while a person is accomplishing a task has certainly contributed to the refinement of studies that investigate the cognitive processing of language. Differently from the studies with brain-lesioned patients, the neuroimaging tools, like PET scan, fMRI, and NIRS provide a new alternative for researchers to study in vivo what occurs in one’s brain when different stimuli are presented. During the past decade, a great number of linguistic studies have been developed at the level of words (DEHAENE;

COHEN, 2011; GROSSI; COCH, 2005; ILLES et al., 1999; ROSEN et al., 2000; WALDIE et al. 2012, just to cite a few), sentence (FEDERMEYER; KUTAS, 1999; KELLER; CARPENTER; JUST, 2001; MEYLER et al., 2007; NEWMAN et al., 2012; YARKONI; SPEER; ZACKS, 2008, among others) and at the discourse level (BARETTA et al., 2012; DEHAENE et al., 1997; NEWMAN; JUST; MASON, 2004; NICHELLI et al., 1995; SCHERER et al., 2012; St. GEORGE; KUTAS; SERENO, 1999; TOMITCH et al. 2004; 2008, among others). Given the objective of this article, this part of the paper will focus on the discussion of three studies at the discourse level that showed RH involvement in the reading ability: Nichelli, Grafman, Pietrini, Clark, Lee, and Miletich's (1995); St. George, Kutas, and Sereno's (1999), and Tomitch, Newman, Carpenter and Just's (2008) studies. Before discussing the studies per se, the neuroimaging tools mentioned above will be briefly presented.

Among the neuroimaging techniques mostly applied to investigate brain activation, there is Positron Emission Tomography (PET scan) and functional Magnetic Resonance Imaging (fMRI). Both techniques are known for providing high spatial resolution, i.e., they show brain images in terms of millimeters, showing precise images of brain activity. Using radioisotopes to monitor the increase of the blood flow, glucose and oxygenation in brain areas, researchers can assume, therefore, that those areas are involved in the performance of a given cognitive task, such as reading comprehension (LOGOTHETIS et al., 1996; TOMITCH et al., 2004). Since the early 1990's, fMRI has been largely used in brain research given the fact that it does not require participants to be injected with contrast agents or radioisotopes so that blood flow can be measured, as in PET scan (BINDER, 2007). Quite recently, another technique, the near-infrared spectroscopy

(NIRS) has been introduced to the study of language comprehension, being considered a promising tool for it allows the participants' movement while performing the task under examination (SCHERER, 2007). Different from PET and fMRI, NIRS is able to register minor variations in brain activity and can provide clear information on the sequence of events involved in cognitive tasks. Now, let us discuss the studies.

The PET research conducted by Nichelli and collaborators in 1995, investigated the performance of 09 volunteers who were instructed to read Aesop's fables displayed in the center of a computer screen using RSVP (rapid serial visual presentation), addressing one of the questions posed by the experimenter at the beginning of the task, considering the presence or absence of: (a) font modification; (b) grammatical errors; (c) a semantic feature associated with a fable character and (d) the moral of the fable. Regarding the two last categories, subjects were told which moral or semantic feature to look for before each of the tasks. Analyses of results demonstrate that grammatical and semantic decisions and appreciating the moral of a story activated consistently but selectively right and left prefrontal cortices. Convergent with other findings that demonstrate that integrative processes are needed to achieve global meaning, i.e., to appreciate the moral of a fable (KAPLAN et al.1990; HOUGH, 1990; MOLLOY et al., 1990; STEMMER; JOANETTE, 1998; FEDERMEYER; KUTAS, 1999) is the focus activation of the right inferior frontal gyrus and the right midtemporal gyrus (Brodmann's areas 47 and 21, respectively). These areas can be visualized at the following sites, accessed on Oct, 15, 2013: http://commons.wikimedia.org/wiki/Brodmann_areas; [http://commons.wikimedia.org/wiki/Sulci_\(neuroanatomy\)](http://commons.wikimedia.org/wiki/Sulci_(neuroanatomy)). According to the authors, thematic interpretations of a text can only be achieved across individual story events

and such interpretation is accomplished across distributed brain regions in the RH (p. 2313).

In agreement with Nichelli and collaborators' findings is the research developed by St. George and colleagues (1999). In a study with 10 individuals reading paragraphs with(out) a title for comprehension, St. George and collaborators are recognized for being the pioneers to demonstrate through the use of fMRI, RH brain activation while processing discourse. Sixteen paragraphs (half titled, half untitled) were presented visuocentrally, one word at a time to the subjects, who were scanned during their performance. The authors observed an increased activation in both hemispheres while subjects were reading the paragraphs. They also noticed that there was a greater activation of the right inferior temporal sulcus and right middle temporal sulcus in the absence of a title condition. Differently from the study carried out by Nichelli et al. discussed previously, the subjects in this study read "ordinary paragraphs, in some cases much like the instruction manual one might find for assembly of a newly purchased product" (p. 1323), not including figurative language interpretation, i.e., finding the moral of a story, but demanding "literal" interpretation. In this way, one can conclude that the RH is involved in other aspects of language processing rather than only figurative language.

Nevertheless, a more recent fMRI study carried out by Tomitch and colleagues (2008) brings some new evidence regarding text integration. 08 graduate students read twelve three-sentence expository paragraphs. Half of the paragraphs introduced the theme in the first sentence, which was followed by arguments and details related to the main idea; the other half presented the supporting arguments and details in the first two sentences, leaving the main idea of the paragraph for the last sentence. After reading each paragraph,

presented sentence by sentence, subjects had to answer true or false to a probe representing the main idea of the text. Results demonstrated that, like Nichelli et al.'s and St. George et al.'s studies, hemispheres were bilaterally activated when processing the text. Nonetheless, differently from the other two studies, Tomitch et al. observed a greater activation in the LH temporal cortex, i.e., Wernicke's area and inferior frontal gyrus, i.e., Broca's area, when the topic sentence was in the final but not in the initial position. The RH temporal region showed stronger activation only by sentence type, revealing an increase of blood flow to topic sentences, regardless of their order of occurrence within the text. As the authors state, these findings were somewhat surprising, since the placement of the topic-sentence affects how coherence is achieved and as the literature and the two studies discussed previously demonstrate, the RH plays an especially important role in integrating information in order to attain global coherence during discourse processing (HOUGH, 1990; KAPLAN et al., 1990; STEMMER; JOANETTE, 1998; FEDERMEYER; KUTAS, 1999; NEWMAN; JUST; MASON, 2004, among others). According to Tomitch and colleagues, the LH involvement when the topic sentence was presented in final position can be interpreted in the light of the Structure Building Framework – SBF (GERNSBACHER, 1997). As proposed by these authors, the LH involvement seems to reveal a "shifting" process, i.e., the reorganization of text representation in memory, in those paragraphs where the topic sentence was presented in the final position, showing the LH is involved in comprehension processes at all times (p. 188-189).

Although the results concerning RH activation in the study of Tomitch et al.'s seem to be in disagreement with former literature and more specifically with the two studies discussed above (Nichelli et al.'s and St. George et al.'s), the

authors provide possible explanations for this fact. First, the fact that in St. George et al.'s study half the paragraphs were untitled originated a non-related correspondence among the sentences (see St. George et al. (1999) or Newman, Just and Mason (2004) for an example). On the other hand, the study of Tomitch et al. deals with sentences referring to the same topic, e.g., fire and dogs; whether the topic sentence appeared in final or initial position, "there is always opportunity to generate a coherent text representation" (p.189). This opportunity is not present in the untitled condition of St. George et al.'s study, making it impossible for participants to generate a coherent representation of the text. Second, Tomitch et al. require participants to answer to a probe question after reading each paragraph, a requirement that is not present in St. George's. Third, the brain regions scanned in the two studies are different, so further comparisons are difficult to make.

Considering the RH activation (temporal and prefrontal cortices) found in Nichelli et al.'s (1995), it is important to remember that the stimuli involved stories and that the participants were asked, among other things, to monitor the fables for the moral of the story. As some empirical evidence with RHD patients suggest, interpretation of figurative language involves RH participation (KAPLAN et al., 1990; MOLLOY et al., 1990), a fact that corroborates the findings in Tomitch et al.'s study and may explain the results of the other two reviewed here. One can speculate that, in addition to being considered as isolated sentences, as explained by Newman, Just and Mason (2004), the untitled paragraphs in St. George et al.'s may have been interpreted as a series of metaphors, which provoke activation in the RH, something not possible in the study by Tomitch et al. with paragraphs topic last condition, which had clear references to a topic that was missing. This possibility may also explain

why the RH was more activated in the first two studies discussed here.

Final remarks

The objective of this review of literature was to highlight the role of the RH in language processing in order to cast some light in its contribution to text processing. The studies reviewed in the last part of this paper and the different findings discussed throughout this review demonstrate that there is a long path to go.

The advance of new technologies to register brain activation while a person is accomplishing a task has certainly contributed to the search for understanding how language, among other neuronal activities, is processed in the two halves of the brain. The issue of how and to what extent each half contributes to the integrated performance of processing discourse certainly deserves further and continuous investigation (BEEMAN; CHIARELLO, 1998), as the three studies discussed in this paper demonstrate. Particularly, the systematic activation found in both hemispheres in the study of Tomitch, Newman, Carpenter and Just (2008) implies that the two hemispheres work as a team, each one responsible for one aspect of language but aiming at the global level comprehension of discourse (p.192). The assumption that the RH seems to be most important at the discourse level of language comprehension has to be considered carefully. Further research with different types of texts, lengths and tasks are necessary in order to better evaluate the role of each hemisphere in the comprehension of discourse.

References

- BARETTA, L.; TOMITCH, L. M. B.; LIM, V.; WALDIE, K.E. *Investigating reading comprehension through EEG*. Ilha do Desterro, 63, jul-dez, 2012, p. 69-99.
- BAXTER, G. *Psychology: two brains?* Disponível em: <designweb.otago.ac.nz/grant/psyc/TWOBRAIN.html>. Acesso em: 28 mai. 2004.
- BEEMAN, M.; CHIARELLO, C. *Concluding remarks: Getting the whole story right*. In: BEEMAN, M.; CHIARELLO, C. (Orgs.). *Right hemisphere language comprehension: Perspectives from cognitive neuroscience*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1998, pp. 377-389.
- BINDER, J.R. *Neuroanatomy of language processing studied with functional MRI*. *Neuroscience*, 4, p. 87-94, 2007.
- BOGEN, J. E. *Does cognition in the disconnected right hemisphere require right hemisphere possession of language?* *Brain and Language*, 57, p. 12-21, 1997.
- BROOKSHIRE, R.H.; NICHOLAS, L.E. *Comprehension of directly and indirectly stated main ideas and details in discourse by brain-damaged and non-brain-damaged listeners*. *Brain and Language*, 21, p.21-36, 1984.
- CODE, C. *Can the right hemisphere speak?* *Brain and Language*, 57, p. 38-59, 1997.
- DEHAENE, S.; DUPOUX, E.; MEHLER, J.; LOHEN, L.; PAULESU, E.; PERANI, D.; MOORTELE, P.; LHEHÉRICY, S.; BIHAN, D. *Anatomical variability in the cortical representation of first and second language*. *NeuroReport*, 8, p. 3809-3815, 1997.
- DEHAENE, S.; COHEN, L. *The unique role of the visual word form area in reading*. *Trends in cognitive Neuroscience*, Vol. 15(6), jun., p. 254-262, 2011.
- FEDERMEYER, K.D.; KUTAS, M. *Right words and left words: electrophysiological evidence for hemispheric differences in meaning processing*. *Cognitive Brain Research*, 8, p. 373-392, 1999.
- GELLATLY, A.; ZARATE, O. *Introducing mind and brain*. New York: Totem books, 1999.
- GERNSBACHER, A. M. *Two decades of structure building*. *Discourse processes*, 23, 265-304, 1997.
- GROSSI, G.; COCH, D. *Automatic word form processing in masked priming: an ERP study*. *Psychophysiology*, 42, p. 343-355, 2005.
- HOUGH, M.S. *Narrative comprehension in adults with right and left hemisphere brain damage: theme organization*. *Brain and Language*, 38, p. 253-277, 1990.
- ILLES J.; FRANCIS, W.S.; DESMOND, J.E.; GABRIELLI, J.D.E.; GLOVER, G.H.; POLDRACK, R.; LEE, C.J.; WAGNER, A.D. *Convergent cortical representation of semantic processing in bilinguals*. *Brain and Language*, 70, p. 347-363, 1999.
- JOANETTE, Y.; GOULET, P. *Narrative discourse in right-brain-damaged right-handers*. In: JOANETTE, Y.; BROWNELL, H.H. (Orgs.) *Discourse ability and brain damage: theoretical and empirical perspectives*. Chestnut Hill, MA: Springer-Verlag, 1990, p. 131-153..
- KAPLAN, J.A.; BROWNELL, H.H.; JACOBS, J.R.; GARDNER, H. *The effects of right hemisphere damage on the pragmatic interpretation of conversational remarks*. *Brain and Language*, 38, p.315-333, 1990.
- KELLER, T. A.; CARPENTER, P. A.; JUST, M. A. *The neural bases of sentence comprehension: a fMRI examination of syntactic and lexical processing*. *Cerebral Cortex*, 11, p. 223-237, 2001.
- LOGOTHETIS, N. K.; PAULS, J.; AUGATH, M.; TRINATH, T.; OELTERMANN, A. *Neurophysiological investigation of the basis off MRI signal*. *Nature*, 412, p.150-157, 1996.
- LUNDY-EKMAN, L. *Neurociência – fundamentos para a reabilitação*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2004.

MATLIN, M.W. *Psicologia Cognitiva*. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

McCAFFREY, P. (1998-2008). *Right hemisphere involvement: symptoms and diagnosis*. The Neuroscience on the Web Series: SPPA 336, neuropathologies of language and cognition. Disponível em: <<http://www.csuchico.edu/~pmccaffrey/syllabi/SPPA336/336unit13.html>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

MEYLER, A.; KELLER, A. T.; CHERKASSKY, V. L.; LEE, D.; HOEFT, F.; WHITFIELD-GABRIELI, S.; GABRIELI, J. D. E.; JUST, M.A. *Brain Activation during Sentence Comprehension among Good and Poor Readers*. *Cerebral Cortex*, 17 (12), p. 2780-2787, 2007. Doi: 10.1093/cercor/bhm006.

MOLLOY, R.; BROWNELL, H.H.; GARDENER, H. *Discourse comprehension by right-hemisphere stroke patients: deficits of predictions and revision*. IN: JOANETTE, Y.; BROWNELL, H.H. (Orgs.) *Discourse ability and brain damage: theoretical and empirical perspectives*. Chestnut Hill, MA: Springer-Verlag, 1990, p.113-130.

NEWMAN, S.D.; JUST, M.A.; MASON, R. *Compreendendo o texto com o lado direito do cérebro – o que os estudos de neuroimagem funcional têm a dizer*. IN: RODRIGUES, A.; TOMITICH, L. M. B. (Orgs.) *Linguagem e cérebro humano – contribuições multidisciplinares*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p.71-86.

NEWMAN, S. D.; PRUCE, B.; IKUTA, T.; BURNS JR. T. *When syntactic errors go unnoticed: an fMRI study of the effect of semantics on syntax*. *Ilha do Desterro*, 63, jul-dez, p. 15-36, 2012.

NICHELLI, P.; GRAFMAN, J.; PIETRINI, P.; CLARK, K.; LEE, K.Y.; MILETICH, R. *Where the brain appreciates the moral of a story*. *Neuroreport*, 6, p. 2309-2313, 1995.

ROSA, M. C. *Introdução à (Bio)Linguística: linguagem e mente*. São Paulo: Contexto, 2010.

ROSEN, H.J.; OJEMANN, J.G.; OLLINGER, J.M.; PETERSEN, S.E. *Comparison of brain activation during word retrieval done silently and aloud*

while using fMRI. *Brain and Cognition*, 42, p.201-217, 2000.

SCHERER, L.C. *The impact of aging and language proficiency on the interhemispheric dynamics for discourse processing: a NIRS study*. Tese de Doutorado, Florianópolis, UFSC, ; 2007.

SCHERER, L.C.; PEREIRA, A. E.; FLÔRES, O. C.; GABRIEL, R. ; OLIVEIRA, C. R.; FONSECA, R. P. *O processamento da narrativa no envelhecimento e sua relação com memórias de trabalho e episódica e funções executivas*. *Ilha do Desterro*, 63, jul-dez, p. 129-160, 2012.

SPRINGER, S.P.; DEUTSCH, G. *Left brain, right brain: perspectives from neuroscience*. New York: W.H. Freeman and Company, 1998.

St. GEORGE, M.; KUTAS, M.; MARTINEZ, A.; SERENO, M.I. *Semantic integration in reading: engagement of the right hemisphere during discourse processing*. *Brain*, 122, p. 1317-1325, 1999.

STEMMER, B.; JOANETTE, Y. *The interpretation of narrative discourse of brain-damaged individual within the framework of a multilevel discourse model*. In: BEEMAN, M.; CHIARELLO, C. (Orgs.). *Right hemisphere language comprehension: perspectives from cognitive science*. New Jersey, LEA, 1998, p.329-348.

TOMITICH, L. M. B.; JUST, M. A.; NEWMAN, S. *A neuroimagem funcional na investigação do processo de leitura*. In: RODRIGUES, A.; TOMITICH, L. M. B. (Orgs.). *Linguagem e cérebro humano – contribuições multidisciplinares*. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.167-173.

TOMITICH, L.M.B.; NEWMAN, S.; CARPENTER, P.; JUST, M.A. *Comprehending the topic of a paragraph: a functional imaging study of a complex language process*. *D.E.L.T.A.*, 24:2, p.175-197, 2008.

WALDIE, K.E. *O papel do hemisfério direito no desenvolvimento normal e prejudicado da leitura*. IN: RODRIGUES, A.; TOMITICH, L. M. B. (Orgs.). *Linguagem e cérebro humano – contribuições multidisciplinares*. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.

177-191.

WALDIE, K. E.; BADZAKOVA-TRAJKOV, G.; LIM, V.; KIRK, I. J. *Lexical decision making in adults with dyslexia: an event-related potential study*. Ilha do Desterro, 63, jul-dez, 2012, p. 37-68.

YARKONI, T.; SPEER, N. K.; ZACKS, J. M. *Neural substrates of narrative comprehension and memory*. NeuroImage, 41, 2008, p. 1408-1425.

Artigo enviado em: 19/08/2013

Aceite em: 18/10/2013

Ensino da Língua Portuguesa:

leitura para uma análise discursiva

p. 16 - 21

Eliana Gato Martins¹
Clarita Gonçalves de Camargo²

Resumo

Na sociedade contemporânea, o consumo tem um papel significativo, os meios de comunicação assumem uma expressiva importância na vida das pessoas. Considerando a relevância desse fato, o presente estudo propõe, com base nos princípios da análise de discurso, de orientação francesa, (ORLANDI, 2007; PÊCHEUX, 1990), compreender como, a partir do funcionamento discursivo dos anúncios publicitários televisivos, é possível a formação crítica dos alunos por meio do ensino de Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Televisão; Publicidade; Análise de Discurso; Ensino.

Abstract

In contemporary societies where consumerism has a significant place, the mass media has assumed a great importance in people's lives. Considering the importance of that fact, this study suggests, based on the principles of French Discourse Analysis (ORLANDI, PÊCHEUX), to understand if it is possible, from the discursive functioning of television advertising, to train students to be more critical during Portuguese classes.

Key-words: Television; Publicity; Discourse Analysis; Teaching.

Introdução

Nos últimos anos tem sido cada vez mais frequente, nas escolas, o uso de novas linguagens como fonte de conhecimento e socialização. A mídia televisiva, como uma dessas linguagens, é responsável pela circulação de uma grande quantidade de textos; entre eles: novelas, filmes, jornais e anúncios publicitários. Entendemos que este último possui características propícias para o desenvolvimento de atividades em sala de aula, pois a linguagem da propaganda “se distingue pela criatividade, pela busca de recursos expressivos

que chamem a atenção do leitor, que o façam parar e ler ou escutar a mensagem que lhe é dirigida.” (Sandmann, 2010). Por isso, acreditamos que os anúncios publicitários televisivos precisam ser analisados, enquanto discurso, pois são impregnados de recursos que estimulam o sujeito receptor, levando-o à reflexão e ao desenvolvendo da criticidade.

A teoria da Análise de Discurso de linha francesa permite esse tipo de investigação, já que não reconhece o discurso apenas como transmissão de informação, mas sim, como efeito de sentidos entre locutores, relacionando discurso a suas

1 Bolsista do PROGRAMA RH-MESTRADO da FAPEAM e está cursando o Mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

2 A autora é pesquisadora do programa de mestrado da UFSC e financiada pela CAPES-PROF.

condições de produção e à sua exterioridade. Por isso, lançaremos mão dessa teoria para nos auxiliar em uma leitura dos anúncios, que ultrapasse o processo de decodificação do texto. Uma leitura concebida como uma prática discursiva, na qual o leitor é um sujeito ativo, um produtor dos sentidos do texto, pois a prática da leitura pressupõe uma reconstrução de significados.

Para a realização deste artigo, primeiramente serão abordados os conceitos básicos da Análise do Discurso e da publicidade. Em seguida, será feita a análise dos efeitos de sentido dos anúncios do refrigerante Sukita e do carro da Mercedes Benz à luz dos pressupostos teóricos da A.D. E, por fim, serão apresentadas as considerações finais.

Fundamentação teórica

A análise de discurso (A.D) é uma teoria que nos permite e ensina a ver a relação existente entre o mundo e a linguagem (mediada pela ideologia). Essa disciplina tem como objetivo despertar no leitor a capacidade de compreender as diversas probabilidades de leitura e interpretação num texto. Por isso, Orlandi (2009, p. 25), afirma que “ela teoriza a interpretação, isto é, que coloca a interpretação em questão”. Contudo, vale ressaltar que o tipo de interpretação que interessa à A.D não é a interpretação de conteúdo, na qual se atravessa o texto para encontrar atrás dele um sentido. A análise que interessa é a discursiva, na qual se procura entender como o texto, em seu funcionamento, produz sentido. Para tanto, o analista deverá trabalhar sobre o objeto discursivo (material analisado), procurando determinar que relação este estabelece com as formações ideológicas. Assim, chegaremos ao processo discursivo.

Pêcheux (1990, p.82) definiu o discurso como “efeito de sentidos” entre interlocutores,

ou seja, a AD busca trabalhar com os processos de produção do sentido e de suas determinações histórico-sociais. Para isto, é necessário que o analista considere indissociavelmente, o linguístico; e o aspecto histórico e social, ou seja, “o objeto da AD vai considerar o funcionamento linguístico (enquanto ordem interna) e as condições de produção em que ele se realiza (enquanto exterioridade)” (FERREIRA, 2003, p. 203). Pensar o sentido como movente, em curso e produzido a partir de uma determinação histórica coloca em questão o caráter de resistência da língua, revelador da opacidade que lhe é inerente. Assim, interessa para a AD, “construir procedimentos que exponham ao olhar do leitor a opacidade do texto e a ação estratégica de um sujeito” (PÊCHEUX, 1988, apud FERREIRA, 2003, p.206).

A Análise do Discurso é, portanto, o estudo do processo pelo qual o texto foi concebido, a percepção de sua historicidade. Analisar um texto significa distanciar-se de sua forma pronta e buscar os pré-construídos, acesso a outros discursos, que já circularam antes em outros lugares. É percorrer o caminho, no qual o discurso se materializa na estruturação do texto, relacionando o sujeito, a língua e a exterioridade. Sendo assim, o texto não possui início nem fim, enquanto objeto da análise, é um lugar no percurso onde se observam pontos decisivos na construção de efeitos de sentidos do discurso.

Dentro das mais diversas utilizações do texto como uma forma de materialização discursiva, o anúncio publicitário conquistou um espaço significativo em nosso dia a dia. Por isso, sempre que folheamos um jornal ou uma revista, assistimos à TV, ou olhamos cartazes e outdoors na rua, estamos diante de anúncios. São textos que mesclam efeitos retóricos e icônicos decorrentes da constituição imaginária do potencial consumidor.

De acordo com Baudrillard (1997, p. 176), a simples demonstração do produto não consegue persuadir ninguém, apenas serve para racionalizar uma compra cuja motivação ultrapassa os motivos racionais. O sujeito é sensível ao cuidado que se tem de solicitá-lo, portanto, é preciso ir mais além.

Vestergaard e Schröder (2000) afirmam que o papel final do publicitário é induzir à ação da compra. É importante para o sujeito da propaganda que ele não pareça estar se impondo, evitando, assim, uma possível rejeição do público. Orações com o imperativo “compre” são raras, é preferível usar verbos como: experimente, peça, adquira, solicite.

Sobre as estratégias da publicidade para induzir à ação da compra, Baudrillard (1997) comenta sobre o cuidado para que o consumidor não se ache “alienado”, por temas, palavras, imagens, mas sim, conquistado pela maneira que se tem ao falar conosco, nos fazer ver, em ocupar-se conosco, pois a publicidade dá atenção ao público. Assim, o sujeito é lentamente condicionado ao consumo.

Ao utilizar o anúncio publicitário, em sala de aula, torna-se interessante que o professor discuta com os alunos todos os aspectos e peculiaridades relativas à produção desse texto. Desta forma, ele estará criando condições para que o aluno reconheça essas estratégias da publicidade, e torne-se menos vulnerável aos seus apelos. Nesse sentido, a imersão de trabalhar com o texto publicitário, ganha nota importante diante do contexto de sala de aula, como afirmam os PCNs abaixo:

Os gêneros são determinados historicamente. As intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, geram usos sociais que determinam os gêneros que darão forma aos textos. É por isso que, quando um texto começa com “era uma vez”, ninguém duvida de que está diante

de um conto, porque todos conhecem tal gênero. (PCN, 1997, p.23)

De acordo com o excerto acima, é possível que a partir dos gêneros textuais, proporcionar um trabalho de sala de aula que possa alcançar toda demanda discursiva que paira sobre a característica do gênero textual e no caso aqui, de um texto publicitário, fazer com que os alunos consigam enxergar o que está fora do texto e, como memória atualiza os sentidos, agindo sobre um sujeito interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente. É isso que faz o sujeito predispor-se a comprar, sem entender como são impulsionados para o mundo do consumo. Vejamos outras considerações:

Toda educação verdadeiramente comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para o desenvolvimento da capacidade de uso eficaz da linguagem que satisfaça necessidades pessoais — que podem estar relacionadas às ações efetivas do cotidiano, à transmissão e busca de informação, ao exercício da reflexão (idem, p.25)

Desta maneira, a presença do texto publicitário nas aulas de língua portuguesa, é importante, pois oferece a oportunidade de reconhecer o que as marcas publicitárias fazem para iludir o consumidor a comprar seus produtos. Assim, quanto mais a sociedade estiver preparada para agir criticamente diante das ofertas de compra, mais o sujeito vai agir de forma reflexiva sobre os meios que permeiam sua necessidade que o induzem a adquirir aquilo que nem sempre é necessário.

Análise dos anúncios

Nesta subseção faremos a análise dos anúncios³ publicitários do refrigerante Sukita e do carro Mercedes Benz, a fim de verificarmos

3 Os vídeos encontram-se disponíveis nos sites: <<http://www.youtube.com/watch?v=twBauZ4GOWE>>, <<http://www.youtube.com/watch?v=-Q9G1jRVJAI&feature=related>>

os efeitos de sentidos produzidos por eles a partir de suas condições de produção. Para subsidiar a análise, apresentaremos a transcrição dos anúncios. Os vídeos têm 32 e 31 segundos, respectivamente.

Anúncio 1. Refrigerante Sukita

(P1): - Sobe? - Obrigada
(P2): - Tá quente aqui, né? Tá gostosa a Sukita?
(P1): - A hã
(P2): - Você é nova aqui no prédio?
(P1): - A hã
(P2): - Eu posso...
(P1): - Tio, aperta o 21 pra mim?
(N): - Quem bebe Sukita, não engole qualquer coisa.

Anúncio 2. Carro da Mercedes Benz

(P1): - Oi!
(P2): - Oi!
(P1): - Tudo bem? ()
(P2): - A hã
(P1): - Por acaso aquele Classe A, lá na garagem, é seu?
(P2): - A hã.
(P1): - Confortável, seguro, né?
(P2): - A hã.
(P1): -Dá pra dá uma voltinha?
(P2): - Não.
(P1): - Não???
(P2): - N- A – O, TIL
(N): - Classe A, você de Mercedes. Mercedes Benz a partir de 31.900 R\$

Para analisar um discurso é necessário interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades. Segundo Pêcheux (1998, p. 160), “(...) as palavras, expressões, preposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Essas palavras tiram seu sentido dessas posições. Assim, o novo sentido da palavra virá da posição socioideológico daqueles que a empregam.

A partir das condições de produção dos anúncios, observarmos o deslocamento de sentido que ocorre na fala dos personagens. Pois, apesar de ambos possuírem a mesma constituição cênica e os mesmos personagens, eles são marcados discursivamente por posições distintas, fazendo com que cada anúncio produza efeitos de sentido diferentes.

No anúncio da Sukita, o lugar social de onde

fala a adolescente produz efeitos de sentido que tendem a valorizar a juventude - aqui associada ao novo - em detrimento da fase adulta, que retoma a ideia de antigo e ultrapassado.

Essa ideia aparece não só na linguagem verbal, mas também na não-verbal, nos detalhes da imagem. Ao entrar no elevador, a adolescente traz consigo uma garrafa e um pacote de Sukita; enquanto o tio, à moda antiga, carrega uma sacola cheia de laranjas, e apresenta-se com um suéter, lembrando uma pessoa bem tradicional. Essas imagens instauram o efeito metafórico no anúncio; pois provocam deslocamentos de sentidos, ruptura de processos de significação. A sacola de papel, cheia de laranjas, está associada ao passado, ou melhor, ao ultrapassado. Faz ressoar a antiga forma de consumir o suco da laranja. Já o refrigerante Sukita, rompe com esse processo de significação, e instaura uma forma moderna de adquirir o suco da laranja.

Ainda sobre esse deslocamento de sentidos, Orlandi (2009, p.37) fala que “a língua é sujeita ao equívoco”, por isso, “nem os sujeitos, nem os sentidos, logo, nem os discursos já estão prontos e acabados”. Exatamente por esse viés da incompletude da linguagem, do sentido sempre poder ser outro, é que o anúncio do refrigerante tenta mudar o conceito tradicional de que o bom/melhor é o suco natural, o suco que é feito da fruta. Neste contexto de enunciação, ele relaciona a ideia do bom ao artificial, ao produto industrializado.

A forma como a jovem responde às perguntas também reforça a sua posição. Em uma das vezes ela não responde, apenas acena com a cabeça; e nas outras, ela apenas responde “A hã”. Essas respostas quase que instauram um monólogo no comercial, já que, praticamente, é só o outro personagem que fala. Há aí uma forma de silêncio que significa nesse acontecimento discursivo. Isto porque “o silêncio não está apenas “entre as palavras”. Ele as atravessa.” (ORLANDI,

2007, p. 69). Ao utilizar o termo “A hã”, a jovem demonstra a falta de interesse em conversar com um homem mais velho.

Toda essa situação sofre uma mudança brusca no segundo anúncio. Pois, como já falamos anteriormente, apesar de serem mantidos os mesmos personagens e a mesma situação cênica, há uma mudança nas condições de produção. No anúncio do carro da Mercedes Benz, é o valor do produto (31.900 R\$, em 1999) que provoca essa mudança. Agora, a valoração do bom, do que não é “qualquer coisa” está relacionada à fase adulta, e não mais à juventude, como acontecia no primeiro anúncio. Por isso, o “tio”, que vivia atrás de uma oportunidade para falar com a adolescente; agora, não faz a mínima questão de lhe dar uma carona. O lugar social de onde fala o tio (uma pessoa com uma situação financeira estável, dono de um objeto cobiçado) permite-lhe essa atitude.

Esta breve análise mostra que a leitura de anúncios televisivos oportuniza ao aluno não só observar o caráter opaco da linguagem publicitária, mas também compreender os possíveis efeitos de sentido presentes nos anúncios, a partir da observação do dito/do não dito, dos equívocos, dos deslocamentos de sentidos, da incompletude e de todos os aspectos que são inerentes ao discurso presente neste tipo de texto.

Considerações finais

A de aula de línguas talvez seja o melhor lugar para analisar, criticar/avaliar as várias instâncias de interpretação presentes na formação social cotidiana. Por isso, a escola deverá promover situações de leitura em que o aluno se constitua como um sujeito ativo, um produtor dos sentidos do texto; e não somente como um ser passivo, um receptáculo de informações, carente de reflexão e de crítica. Neste contexto, o que interessa é que o aluno desenvolva uma leitura crítica que,

de acordo com Silva (1997, p.152), pressupõe a “constatação, a reflexão e a transformação de significados, a partir do diálogo-confronto de um leitor com determinado documento”.

A proposta para que essa leitura aconteça a partir do anúncio publicitário televisivo, respalda-se no fato da mídia televisiva (e todo o seu conteúdo) configurar-se como um novo campo de estudo a ser pensado e trabalhado pela escola. A ideia não é mensurar a influência da mídia na vida dos sujeitos, mas compreender esse fenômeno em suas condições de produção e fornecer alguns pressupostos para que os alunos possam se posicionar diante da infindável gama de discursos vinculados a todo tipo de produtos, aos quais são expostos diariamente.

Referências bibliográficas

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FERREIRA, M. Cristina Leandro. *Nas trilhas do discurso: a propósito de leitura, sentido e interpretação*. In: Orlandi, Eni P (org.). *A leitura e os leitores*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento do sentido*. 6. ed. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2007.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 8ª edição, 2009.

Ministério da Educação e do Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua*

Portuguesa, Brasília, Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET F. ; HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. De Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

SANDMANN, Antônio. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, E.T. *Leitura e realidade brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

VESTERGAARD, T.; SCHRODER, K. *A linguagem da propaganda*. 3. ed. São Paulo: FONTES, 2000.

Artigo enviado em: 04/02/2013

Aceite em: 19/07/2013

As fronteiras híbridas da África pós-colonial

p. 22 - 29

Maria Laura Muller da Fonseca e Silva¹

Resumo

Os objetos de estudo deste artigo são os recém-editados romances *Teoria Geral do Esquecimento* (2012), do escritor angolano José Eduardo Agualusa, e *A confissão da leoa* (2012), do moçambicano Mia Couto. Tais narrativas, por possuírem protagonistas estrangeiras/assimiladas em situação de isolamento, abordam fronteiras supostamente intransponíveis, refletindo a problemática questão da alteridade e a possibilidade/impossibilidade de troca de experiências. Os romances contribuem para a discussão pós-colonial acerca do discurso identitário nacional de Angola e Moçambique, cruzando, em hibridismo cultural, o particular e o estrangeiro.

Palavras-chaves: Literatura africana; Crítica Pós-colonial; Discurso Identitário; Hibridismo Cultural.

Abstract

The objects of study of this article are the newly edited novels *Teoria Geral do Esquecimento* (2012), from the angolan writer José Eduardo Agualusa and *A confissão da leoa* (2012), from the mozambican Mia Couto. Such narratives, by having foreign actors / assimilated in isolation, address supposedly insurmountable boundaries, reflecting the problematic issue of otherness and the possibility / impossibility of sharing experiences. The novels contribute to the discussion about the post-colonial national identity discourse of Angola and Mozambique, crossing, in cultural hybridity, the particular and Foreigner.

Key words: African literature; Post-colonial critics; Speech identity; Cultural hybridity.

Introdução

Os romances *Teoria Geral do Esquecimento*, do escritor angolano José Eduardo Agualusa, e *A confissão da leoa*, do moçambicano Mia Couto, foram publicados no Brasil em 2012 e receberam muitos elogios da crítica especializada. Apesar de os autores em questão serem amigos, somente após a publicação dos livros puderam perceber as afinidades temáticas existentes entre os textos que criaram.

Escritos em um período posterior às

guerras de independência e guerras civis das ex-colônias portuguesas na África, fazem parte das chamadas “narrativas de nação”. Tais narrativas trazem para a ficção certo compromisso político-social em dimensão ética na busca da construção literária da identidade de países pós-coloniais; daí a importância de serem estudadas e a relevância do tema para o desenvolvimento dos estudos na área.

Justifica-se o estudo de tais obras por se inserirem em um momento em que emerge, na literatura africana de língua portuguesa, a

1. Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora, possui Mestrado em Teoria da Literatura (UFJF). É professora do Instituto Vianna Júnior (IVJ). E-mail: lauraprof@hotmail.com

tendência de investigar o espaço colonial e pós-colonial em busca de uma identidade que será gerada da capacidade ou da incapacidade de aceitar as diferenças. Assim, busca-se, de certo modo, o entendimento acerca do papel da literatura pós-colonial na construção da identidade individual e coletiva nas ex-colônias portuguesas (Angola e Moçambique), considerando a ficção a partir de um lugar ideológico de poder e contrapoder.

Além disso, por apresentarem mulheres protagonistas e pseudonarradores, uma vez que os diários escritos por essas personagens, em ambas as obras, perpassam a voz narrativa, os autores realizam a experiência de olhar e falar a partir da margem, ou seja, essas literaturas permitem também a construção ficcional na qual o outro fala.

Assim, o objetivo geral deste artigo é comparar os romances em questão, articulando o tema da identidade nacional com o passado colonialista, o contexto atual pós-colonial, exílio e memória.

Como objetivos específicos, abordamos os seguintes aspectos: a articulação entre exílio, memória e esquecimento na construção das identidades nacionais de Angola e Moçambique a partir dos romances que compõem o corpus deste artigo; a força da ancestralidade e seu conflito com as latentes forças coloniais no projeto de escrita representado pelos autores posteriores à Independência; a alegoria presente nas mulheres protagonistas - em ambos os enredos violentadas na infância - como uma extensão da própria terra violentada de diferentes modos no processo colonial, nas guerras de Independência e nas guerras civis.

A atual literatura africana e a crítica pós-colonial

Nas últimas décadas do século XX,

destacou-se, no panorama dos Estudos Culturais, o Pós-Colonialismo. Embora alguns teóricos insistam que o prefixo “pós” indica um momento posterior ao colonial, para nosso estudo, partiremos da acepção de Boaventura de Sousa Santos, segundo a qual se trata de um “conjunto de práticas e de discursos que desconstruem a narrativa colonial, escrita pelo colonizador, e procuram substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado.” (SANTOS, 2006, p. 233). Nesse sentido, a literatura pós-colonial é composta de textos que problematizam, dentre outras, situações históricas nas relações entre colônias e metrópoles, além de questões de identidade nacional.

Para Bonicci, tal literatura tem como foco “descrever a cultura influenciada pelo processo imperial desde os primórdios da colonização até os dias de hoje.” (BONICCI, 1998, p.9). Sendo assim, consideraremos também que a crítica pós-colonial passa pelo colonial e se estende às culturas posteriores à independência, na maioria das vezes como forma de resistência às perspectivas do discurso dominante.

Homi Bhabha explica que a crítica pós-colonial, de certo modo, testemunhou as forças desiguais de representação da cultura no que diz respeito à política e à sociedade no mundo moderno. Assim, ele afirma que as “perspectivas pós-coloniais emergem de testemunho colonial dos países de Terceiro Mundo e dos discursos ideológicos das ‘minorias’ dentro das divisões geopolíticas (...)” (BHABHA, 2003, p. 239).

Essas perspectivas, adotadas neste artigo, procuram deslocar posições binárias instituídas pelo sistema colonial, a saber, centro/periferia ou nós/eles e são legitimadas por escritores dos países considerados periféricos pelos centros hegemônicos de poder, que buscam mecanismos de subversão. Esses discursos literários expressam, de certo modo, formas de pensamento dialético,

já que recolocam a alteridade e, ao mesmo tempo, contestam afirmações de poder entre etnias, classes e gêneros.

Diante desse referencial teórico inicial, entendemos que estudar a atual literatura africana de língua portuguesa é, sem dúvida, pensá-la no contexto pós-colonial no qual as forças de representação cultural são desiguais e a ótica colonial ainda é uma presença obsedante.

Antônio Cândido compreende a Literatura não como consequência da história, mas como um discurso que, querendo ou não, interage com a sociedade:

“(…) na medida em que é um sistema de produtos que são também instrumentos de comunicação entre os homens possui tantas ligações com a vida social, que vale a pena estudar a correspondência e a interação entre ambas.” (CANDIDO, 2000, p. 163).

A partir da consideração de Candido, podemos também entender a literatura africana pós-colonial como um espaço privilegiado onde diferentes culturas se cruzam e inauguram um lugar híbrido de diversidade cultural e étnica.

De acordo com Stuart Hall, nos últimos anos,

“as noções biológicas sobre raça, entendidas como constituídas de espécies distintas, (...) têm sido substituídas por definições culturais, as quais possibilitam que a raça desempenhe um papel importante nos discursos sobre nação e identidade nacional.” (HALL, 2002, p. 63).

Em conformidade com Hall, as literaturas africanas de língua portuguesa de Agualusa e Mia Couto utilizam, muitas vezes, o referencial racial, não como uma noção biológica, mas como definição cultural.

Sendo assim, as literaturas africanas que compõem o corpus deste artigo encenam textos de culturas ou “narrativas de nação”, isto é, aquelas que, de acordo com Inocência Mata, “encontram-se na encruzilhada de uma dupla demanda: a

catarse dos lugares coloniais, ainda não processada (...) e a revitalização de uma nova utopia.” (LEÃO, 2003, p. 49). Inocência Mata explica que essa nova utopia inclui “estratégias centrífugas”, que buscam a pluralização da nação, e “estratégias centrípetas”, que repensam o projeto monolítico de nação, mas buscam construí-la.

Nessa mesma compreensão, a professora Laura Padilha explica que a literatura africana de língua portuguesa, produzida após 1975, apresenta

“as novas correlações de forças ideológicas, assim como as novas contradições surgidas no não menos novo processo histórico aberto com a independência e com a necessidade de reconstrução nacional.” (LEÃO, 2003, p.312).

De modo geral, é a reconstrução do nacional que essas literaturas se empenham em fazer, sendo, por isso, não só estéticas, mas também culturais e políticas.

Escritas na língua do antigo colonizador, tais obras literárias aproveitam-se de resíduos culturais da herança colonial e neles projetam uma expressão nova e autêntica, renovadora transgressora. Sendo assim, a literatura africana de língua portuguesa está localizada no espaço indicado por Silviano Santiago entre “o sacrifício e o jogo, a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a assimilação e a expressão (...)” (SANTIAGO, 2000, p. 26).

A leitura comparativa dos romances de Mia Couto e Agualusa é possível porque essas narrativas cruzam-se em vários aspectos, especialmente porque apresentam protagonistas femininas castradas culturalmente e em situação de isolamento. Além disso, são literaturas africanas de língua portuguesa em contexto pós-colonial e discursam sobre a condição nacional, refletindo o período das guerras de independência e civis.

Para o historiador Eric Hobsbawm, a segunda metade do século XX

“foi cheia de guerras e guerrilhas no Terceiro Mundo, praticamente todas nos países coloniais em que, por um motivo ou outro, as antigas potências coloniais resistiram à descolonização pacífica.” (HOBSBAWM, 2001, p.425).

Marcadas pela guerra gerada a princípio pela resistência das antigas metrópoles à descolonização e posteriormente pelas disputas internas, Angola e Moçambique têm na literatura uma contribuição para o remodelar de suas identidades que, no atual momento, estão sendo reconsideradas e repensadas.

A confissão da leoa: o não pertencer

Mia Couto, em seu romance *A confissão da leoa*, cria dois personagens que se alternam na condução do enredo: o caçador Arcanjo, um mestiço que vai à aldeia Kulumani dar cabo de leões que comem pessoas, e Mariamar, uma assimilada moradora da aldeia, que é reprimida pela tradição local e familiar e não se enquadra na cultura portuguesa assimilada.

Em relação a Moçambique, especificamente, configura-se um campo literário autóctone que se constrói no entrecruzar dos valores tradicionais com os valores do mundo ocidental. De acordo com Said,

“Longe de serem algo unitário, monolítico ou autônomo, as culturas, na verdade, mais adotam elementos ‘estrangeiros’, alteridades e diferenças do que os excluem conscientemente.”(SAID, 2011, 51).

A tribo Kulumani, à qual Mariamar pertence, mantendo a tradição, tenta conscientemente resistir a qualquer “intruso” estrangeiro, entretanto, sem alcançar a unidade, está no cruzamento de culturas. Nesse sentido, é importante ressaltar que a assimilação vivida pela família de Mariamar foi uma estratégia da colonização para neutralizar as resistências. Ela é explicada por muitos autores,

dentre eles Zygmunt Bauman:

“Era esta a estratégia da assimilação: tornar a diferença semelhante; abafar as distinções culturais ou linguísticas; proibir todas as tradições e lealdades (...)” (BAUMAN, 1998, p. 29).

Sendo assim, por ser assimilada, Mariamar não se identifica mais com a tradição da tribo: “Filha e neta de assimilados, eu não cabia num mundo guiado por arcaicos mandamentos” (COUTO, 2012, p. 124). Porém não se compreende plenamente na cultura do colonizador; eis seu grande dilema identitário. Assim, a protagonista se sente reprimida, angustiada e sem saída em uma sociedade patriarcal da aldeia que a oprime. Mariamar descreve deste modo sua estrutura familiar:

“Num instante, estava refeita a ordem do universo: nós, mulheres, no chão; o nosso pai passeando-se dentro e fora da cozinha, a exibir a posse da casa inteira. De novo nos regíamos por essas leis que nem Deus ensina nem o Homem explica.” (COUTO, 2012, p. 26)

A ordem familiar é a “ordem do universo” patriarcal de sua tribo, de seu país. Nelly Richard, na obra *Intervenções Críticas*, explica que o feminino “é a voz reprimida pela dominante de identidade, que codifica o social na chave patriarcal.” (RICHARD, 2002, p. 150).

Na sociedade moçambicana, o feminino, além dos resíduos da cultura judaico-cristã e do patriarcalismo, conjuga rastros da cultura islâmica, dando à mulher um papel ainda mais complexo. Nas palavras de Mariamar: “(...) nós éramos excluídas, apartadas, apagadas” (COUTO, 2012, p. 43).

No decorrer da história do patriarcalismo e do colonialismo, a posse da terra trazia como consequência o apossar-se das mulheres da terra. Em Moçambique, como em outros lugares em que há a cultura da opressão, permanece, mesmo após a

Independência, a mesma relação de hierarquização de critério sexual e étnico, que subjuga a mulher ao homem africano, mesmo antes de submetê-la ao europeu. Mariamar foi violentada na infância pelo próprio pai, antes de frequentar a Missão católica. De acordo com Simone de Beauvoir, “o homem procura na mulher o Outro como natureza e como seu semelhante. Mas conhecemos os sentimentos ambivalentes que a natureza inspira ao homem.” (BEAUVOIR, 2009, p. 212).

Contudo, não se pode ignorar a relação alegórica (BENJAMIN, 1963, p. 41) criada pelo autor entre a mulher e a terra, segundo a qual sugerimos que Mariamar é Moçambique e Moçambique é Mariamar. Essa relação que se estabelece na ambivalência é relevante em nossa análise de Mariamar, uma vez que ela sofreu abuso sexual do próprio pai na infância, vive em isolamento dentro da própria aldeia e, por fim, após a morte do pai, crendo ser a própria leoa, desiste de falar, por não conseguir lidar com os resquícios de sua possível identidade selvagem e primitiva em choque com a assimilação da cultura europeia que vivenciou na Missão Católica.

É como se ela acreditasse que as premissas psicológicas em que o sistema no qual está inserida se baseia são uma ilusão insustentável, mas, mesmo ciente disso, vivesse uma crise que pode ser bem compreendida na explicação de Freud:

“Se a civilização impõe sacrifícios tão grandes, não apenas à sexualidade do homem, mas também à sua agressividade, podemos compreender melhor porque lhe é difícil ser feliz nessa civilização. Na realidade, o homem primitivo se achava em situação melhor, sem conhecer restrições de instinto.” (FREUD, 1997, p. 6)

A mulher é, então, o próprio ressentimento com a civilização, já que deve lidar com a eclosão e a repressão de seus instintos e vontades. Ela representa bem a mulher castrada, presa à cadeia patriarcal e falocêntrica, mas que conhece a força primitiva e selvagem das fêmeas:

“Todos acreditam que são os leões machos que ameaçam a aldeia. Não são. É esta leoa delicada e feminina como uma dançarina, majestosa e sublime como uma deusa, é esta leoa que tanto horror tem espalhado em todas as vizinhanças. Homens poderosos, guerreiros munidos de sofisticadas armas: todos se prostraram, escravos de medo, vencidos pela própria impotência.” (COUTO, 2012, p. 55)

Porém, mesmo com a morte do pai, ela desiste de falar devido à força do discurso introjetado de opressão. Segundo Beatriz Sarlo, a “constância do horror pode não destruir materialmente tudo, mas ao mesmo tempo ninguém está salvo dessa presença permanente.” (SARLO, 1997, p. 39). Mariamar não consegue conviver com a presença permanente da opressão.

Além disso, por ser assimilada, ela vive na fronteira do não pertencer: não é mais da Missão, que abandonou o país durante a guerra civil, e não se sente pertencente à aldeia, tendo até mesmo vontade de fugir dali, porém sem ter para onde, já que o próprio rio da aldeia a prende e, ao contrário do que se espera de um rio, este impede sua saída:

“Para escapar de Kulumani não há estrada, não há mato. Na estrada está meu pai. No mato estão os leões matadores. Toda a saída é uma emboscada. O único caminho que me resta é o rio. (...) O rio não me levou ao destino.” (COUTO, 2012, p. 48)

A situação da protagonista é bem a de Moçambique pós-colonial: seu estado é o do não pertencer, é o da busca incessante por um caminho alternativo ou por uma terceira margem no cruzar de diferentes culturas.

Teoria geral do esquecimento: o medo do outro

Com respeito a Angola, considerando-se o romance *Teoria Geral do esquecimento*, de Agualusa, percebemos também as contradições geradas pelo colonialismo. Segundo Laura Padilha, a literatura angolana a partir de 1975 expressa “as novas

correlações de forças ideológicas, assim como as novas contradições surgidas no não menos novo processo histórico aberto com a Independência e com a necessidade de reconstrução nacional.” (LEÃO, 2003, p. 312).

Porém, se no romance de Mia Couto a identidade é construída pela articulação entre tradição e ocidentalização em busca de si e do outro, na obra de Agualusa a manifestação da memória é o elemento fundamental com o qual o sujeito pós-moderno compreende seu mundo e a si mesmo.

De acordo com Huysen, “como indivíduos e sociedades, precisamos do passado para construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão de futuro. (HUYSSSEN, 2000, p. 67). A rememoração, sem dúvida, dá forma às ligações com o passado e o modo de lembrar acaba por definir o presente.

De acordo com Wander Melo de Miranda, no prefácio da obra *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*, a memória é

“signo privilegiado da diferença, uma vez que ao desconstruir ou desterritorializar transforma o passado em um lugar de reflexão que atua como uma espécie de metamemória, cujo alcance teórico amplia as vias de interrogação sobre aquilo que o recalque histórico mantém imobilizado na sua temporalidade de acontecimento finito e datado.” (RICHARD, 2002, p.8).

Para os angolanos, a memória da libertação nacional, especialmente a preocupação com as vítimas do Estado pós-colonial em função da duradoura guerra civil, é base da nova história nacional. Todavia, o passado só nos é acessível por meio da textualidade (HUTCHEON, 1988), daí a relevância da literatura para a Angola independente.

A obra de Agualusa coloca em cena os conflitos da contemporânea sociedade angolana na medida em que permite perceber os destroços deixados pela guerra, o desencanto com a utopia,

que foi o ideal da revolução, o desajuste com o progresso, uma identidade nacional ainda a ser construída e dilemas outros, certamente motivados pela experiência traumática da colonização e que são obstáculos ao tempo presente.

A protagonista de *Teoria geral do esquecimento*, Ludo, é uma portuguesa que foi vítima de abuso sexual na infância e, assim como Mariamar, também passou a ser reclusa, adquirindo o medo do outro:

“Cheguei a casa aos soluços, o vestido rasgado, cheio de sangue, o rosto inchado. O meu pai compreendeu tudo, perdeu a cabeça. Enquanto me açoitava, com o cinto, gritava comigo, puta, vadia, desgraçada (...) Fecharam-me num quarto. Nunca mais consegui sair à rua sem experimentar uma vergonha profunda.” (AGUALUSA, 2012, p. 166)

Sua difícil relação com as pessoas a isolou dentro de sua própria casa. Depois da morte dos pais, ela passou a viver com a irmã. Quando esta se casou e precisou se mudar para Angola, Ludo se viu obrigada a acompanhá-la e passou a morar com a irmã e o cunhado em um prédio de grande ostentação social, na capital angolana, Luanda.

Durante a guerra civil, porém, com o desaparecimento dos parentes com os quais vivia, ela virou prisioneira em sua própria casa, na qual se fechou por mais de 30 anos, enquanto o país ardia em guerra. Além da guerra civil, há a guerra íntima de Ludo consigo e com o lugar onde está e, obviamente, um confronto entre classes sociais e etnias:

“Uma noite Ludo sonhou que por baixo das ruas da cidade, sob os respeitáveis casarões da baixa, se alongava uma interminável rede de túneis. As raízes das árvores desciam, soltas, através das abóbadas. Milhares de pessoas viviam nos subterrâneos, mergulhadas na lama e na escuridão, alimentando-se do que a burguesia colonial lançava para os esgotos. (...) Uma delas se aproximou, colou o rosto sujo ao da portuguesa e sorriu. Soprou-lhe ao ouvido, numa voz grave e doce: o nosso céu é o vosso chão.” (AGUALUSA, 2012, p. 17)

De acordo com Foucault, “estamos em

guerra uns contra os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira.” (FOUCAULT, 1999, p. 59). Como se vê, não há sujeito neutro. Assim, ela viveu a experiência de um exílio absoluto em terra estrangeira, como uma branca portuguesa naufraga, tentando sobreviver em território negro, na ex-colônia, em luta com si mesma.

Edward Said explica que a situação do exílio deixa “fraturas jamais superadas no ser” (SAID, 2003, p.46). As lacunas deixadas no indivíduo, de acordo com o crítico, têm sua origem na própria condição do exílio:

“Sou estrangeira (...). Não compreendo as línguas que me chegam lá de fora, que o rádio traz para dentro de casa, não compreendo o que dizem, nem sequer quando falam português, porque esse português que falam já não é o meu”(AGUALUSA, 2012, p. 31)

Abandonar a pátria e estar em outra geografia e em outra tradição são atos que jamais ficam impunes: a consciência de ter pertencido a uma nação não pode ser eliminada, mas também nunca será substituída pelo lugar do exílio. O dilema de Ludo, então, aproxima-se muito do de Mariamar: ambas estão na fronteira do não pertencer.

Acima de tudo, ela deseja esquecer e ser esquecida, construindo um muro para fechar a porta do seu apartamento e sendo, definitivamente, enterrada viva; permanecendo, porém, com vida: “Estou mais próxima do meu cão do que das pessoas lá fora.” (AGUALUSA, 2012, p. 31).

De acordo com Bhabha, é “através da sintaxe do esquecer ou do ser obrigado a esquecer que a identificação problemática de um povo nacional se torna visível” (BHABHA, 2003, p. 226). Contudo, esquecer é impossível e ela precisa conviver com a insistência da memória. Restam-lhe um cachorro de companhia, a biblioteca vasta, com todo o saber ocidental - que naquele momento não tem utilidade -, um estoque de comida que vai se acabando e o isolamento sem

fim.

Todorov afirma que “o passado poderá contribuir tanto para a construção da identidade, individual ou coletiva, quanto para a formação de nossos valores, ideais, princípios.” (TODOROV, 2002, p. 207). Ludo se vê, então, obrigada a se confrontar com seu passado e construir para si uma nova identidade, em um novo contexto, ou seja, segundo Todorov, ela precisa enfrentar o passado para se reconstruir; lembrar e esquecer são parte de um mesmo processo.

Assim, ela representa, alegoricamente, tanto Angola quanto Portugal em um contexto pós-colonial (não mais colônia; não mais metrópole) e a articulação do passado com o presente em busca de uma nova identidade nacional.

Considerações finais

A confissão da leoa e Teoria geral do esquecimento se cruzam também no desfecho: ambas as protagonistas são resgatadas, mas isso só ocorre quando se dissolvem ou se tornam parte do outro. Mariamar é resgatada pelo caçador Arcaño, que a tira da aldeia justamente quando ela se entrega ao silêncio e ao esquecimento. Ludo, que se manteve esquecida e silenciada, é resgatada no fim, quando se abre ao outro. De um jeito ou de outro, o resgate ocorre.

Os desfechos sugerem que, em espaços fronteiriços, é necessário superar o trauma da História, como afirma Boaventura de Sousa Santos: “viver na fronteira é viver nas margens, sem viver uma vida marginal” (SANTOS, 2006, p.242).

Sendo assim, o espaço pós-colonial deve ser propício à hibridação cultural por ser efetivamente um lugar do encontro das diferenças, das contaminações culturais, da ambivalência. Sem dúvida, um possível caminho para identidades africanas que emergem na atualidade, no cenário

da globalização e da fragmentação do eu, é a abertura para o outro.

Referências bibliográficas

AGUALUSA, José Eduardo. *Teoria Geral do Esquecimento*. Rio de Janeiro: Foz, 2012

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

BONICCI, Thomas. *Introdução aos estudos das literaturas pós-coloniais*. IN Mimesis. Bauru: Edusc, v. 19, n. 1, p. 07-23, 1998

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENJAMIN, Walter. *A origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003

CANDIDO, Antonio. *Educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 2000

COUTO, Mia. *A confissão da leoa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005

FREUD, Sigmund: *O Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Schwarcz, 2001

HUTCHEON, Linda. *A poetics of postmodernism: history, fiction*. New York: s.n., 1988

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000

LEÃO, Angela Vaz. *Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: PUCMinas, 2003

RICHARD, Nelly. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Schwarcz, 2003.

_____. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Inter-Identidade. A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2001

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: Intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem*. São Paulo: Arx, 2002.

ANDRIEU, Bernard. *L'intégration des hybrids*. In: *Pratiques sportives at handicaps*, Lyon: Cronique Sociale, 2007. Direção de Joël Gaillard.

Artigo Enviado em: 23/05/2013

Aceite em: 30/10/2013

Leitura, Interpretação e Sentido:

análise de uma propaganda do Boticário sob uma perspectiva discursiva

p. 30 - 38

Lucas Martins Flores²

Resumo

Espaço curto, valor alto, sentido, muito. Esta é uma tarefa árdua para os produtores de *outdoors* e anúncios publicitários que precisam levar em consideração todas essas questões para realmente atingirem seus leitores. Mas, de fato, esses textos conseguem produzir um efeito de sentido nos sujeitos leitores de forma tão eficiente quanto conscientes que se dizem fazer/ ser? Os publicitários realmente possuem o poder de uso habilidoso da língua como detentores dos sentidos e onipotentes sobre seu discurso? Pretendemos, com este artigo, não desconfiar da habilidade dos publicitários e das teorias que regem o funcionamento da “fabricação” desses textos midiáticos, mas sim, analisar sob a perspectiva da Análise de Discurso, de linha francesa, como vem sendo desenvolvida no Brasil, uma campanha da empresa *O Boticário* publicada em 2005, intitulada “Os Contos de Fadas” que conseguiu causar certa “sedução” pela maneira como utilizou a linguagem

Palavras-chave: Leitura; Sentido; Propaganda; Análise de discurso.

Abstract

Short space, high value, meaning, a lot. This is a hard task for the billboards and advertisements' producers who need to consider all these questions for actually reaching their readers. But, in fact, can these texts produce an effect of meaning on the subject readers as efficiently as conscious they claim to do/ be? Do advertisers actually have the power of skillful use of language as holders of meaning and omnipotent about their discourse? In this article, we intend not distrusting of the advertisers' skill and of the theories that govern the “manufacturing” of these media texts, but to analyze beneath Discourse Analysis perspective from French field, as it has been developed in Brazil, a company's campaign of *O Boticário* published in 2005, entitled “Fairy Tales” which caused “seduction” by the way it used language.

Keywords: Reading; Meaning; Advertisement; Discourse analysis.

Introdução

*“Eu me interesso pela linguagem
porque ela me fere ou me seduz.”
Roland Barthes*

Partimos do fato de que somos constantemente movidos a ler e interpretar a todo o momento, dando ou captando algum

sentido à palavra escrita ou à imagem, em casa, nas ruas, nos jornais, nas revistas, na televisão, nos computadores, na internet, nos gestos, nas atitudes etc. Quem, por exemplo, nunca ficou encantado com um cartaz enorme ao entrar em uma cidade? Com o desejo de conhecer mais sobre o produto e ir direto à loja comprá-lo? Quem nunca discordou daquilo que está sendo exposto daquele jeito?

1 Artigo produzido como resultado da disciplina “Leitura, Interpretação e Sentido”, do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/ UCPEL) ministrada pela prof. Dr. Ercília Ana Cazarin.

2 Professor do Instituto Federal Farroupilha, Mestrando do PPGL/ UCPEL. E-mail: lucasmflores@gmail.com

O que faz com que nos sintamos assim após ler um texto dessa materialidade de discurso? Que sentidos emergem aí? Primeiro, eles emergem ou já estão lá e nós os (re)construímos? Partindo do pressuposto de que nem todos ficam provocados pelo anúncio do cartaz, (re)construímos seu sentido. De quem é o poder: dos escritores do cartaz ou dos leitores? E o ato de escrever ou o ato de ler poderia ser um poder?

Neste artigo, buscamos refletir sobre essas e outras questões, analisando um anúncio publicitário da marca O Boticário, produzida em 2005, intitulada “Conto de Fadas”. Escolhemos trabalhar com esse anúncio, porque ao lermos o mesmo em uma revista, chamou-nos atenção, principalmente, pelos efeitos de sentido produzidos na sua amplitude de duas páginas e, pela sua criatividade. Dessa maneira, neste artigo, propomos refletir sobre leitura, interpretação e sentido deste anúncio, sob a perspectiva da Análise de Discurso, de agora em diante AD.

A AD é uma área do conhecimento que concebe as palavras em movimento e percorre alguns caminhos para compreender de que modo elas significam, pois as palavras são múltiplas e os sentidos não estão soltos, nem existem *a priori*. De acordo com (ORLANDI, 1996, p. 52) “as palavras não significam em si”, as palavras são carregadas de sentidos, sentidos esses que podem ser sempre outros, mas não quaisquer um, porque temos a história. História e sentidos são inseparáveis para a AD.

A AD surgiu a partir da década de 60, tendo como fundador Michel Pêcheux. A apresentação da teoria aconteceu, em 1969, com a publicação do livro *Análise Automática do Discurso* de Pêcheux e da revista *Langage* organizada por Jean Dubois. A época de fundação da AD coincide com o auge do estruturalismo na Europa, principalmente na França, figurando um paradigma de formatação do mundo, das ideias e das coisas para geração de

intelectuais. Petri (2006) observa que essa teoria é resultado da “interlocução de Pêcheux com a Teoria das Ideologias, com a História, com o Materialismo Histórico, com a Linguística, com a Psicanálise”.

A seguinte relação permite estabelecer o que constituiu a originalidade da escola francesa: 1) o sujeito assujeitado, “falado por seu discurso, diretamente provindo do “estruturalismo” de Foucault, Althusser e Lacan,” 2) com a historicidade de todo enunciado singular, herdado de Foucault, e 3) com a materialidade de formas de língua de Saussure, Harris e Chomsky (MAZIÈRE, 2007, p. 16). Sobre isso, Orlandi (2001, p. 63) afirma que a AD “vai articular o linguístico ao sócio-histórico e ao ideológico, colocando a linguagem na relação com os modos de produção social: não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”.

Estruturamos o trabalho em três partes. Primeiro, apresentamos o porquê de nossa escolha teórica ter sido a AD, apresentando alguns conceitos que consideramos importantes serem discutidos, para, em seguida, analisarmos uma das propagandas e, então, fazermos o que demandam as normas, um fechamento nas considerações finais, mesmo sabendo que essas reflexões não terminam por aqui.

Escolhas teóricas

Escolhemos a AD porque, primeiramente, levando em consideração a concepção que o professor possui de língua, é que vai poder conduzir o trabalho de leitura em sala de aula. Assim, quando trabalhamos a *língua* pela AD, “o sujeito está na língua, já que se diz por ela, se identifica nessa língua a partir da qual vai encontrar um lugar de dizer” (INDURSKY, DE NARDI E GRANTHAM, 2005, p. 113). Preferimos não focar este trabalho sobre leitura e interpretação voltando-nos diretamente à sala de aula, no

entanto, consideramos imprescindível que essas e outras reflexões sejam também levantadas com alunos de diferentes faixas etárias, o que talvez leve os mesmos a se posicionarem frente a diferentes lugares de dizer de forma crítica.

A AD não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua em funcionamento, com ela no mundo, (re) significando a si e ao homem a todo momento. Dessa maneira, o *sujeito* é posto em ação nesse movimento, mas um sujeito inconsciente do seu dizer, que é movido pela sua historicidade e ideologia. Vale salientar que a *historicidade* não é concebida como a história cronológica, mas levando em conta o homem na sua história, “considera os processos e as condições de produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer” (Orlandi, 2007, p. 16).

Percebemos esse movimento do funcionamento da língua quando observamos o primeiro enunciado da propaganda em análise: “*Era uma vez*”. Vários (re)significados vem à tona. O primeiro deles, é óbvio, diz respeito às histórias clássicas dos contos infantis que mexem com o nosso imaginário infantil, com nossas lembranças de rodas de leitura e dramatizações, lembranças de uma infância feliz, pelo menos para aqueles que a tiveram. Por outro lado, ao pensarmos este enunciado sintaticamente, percebemos que a oração não está na ordem direta – sujeito + predicado – o que faz com que o leitor tenha curiosidade sobre o que ou quem *era uma vez*, despertando um efeito, voltando-se a primeira significação mencionada, de magia, encantamento. Além disso, em alguns contos, há recorrência do sujeito “uma menina”, como em “*era uma vez uma menina*”, no entanto, na propaganda apareceu “*era uma vez uma garota*”. Por que houve essa troca de palavras? Seria essa troca intencional ou um

deslizamento de sentidos? De fato, elas provocam um efeito de sentido diferente. Cabe questionar, se todos os sujeitos leitores são movidos a perceber essa diferença de sentidos entre *menina* e *garota*? Menina no sentido de pureza, inocência, antiga. Garota, por outro lado, modernidade, jovial, beleza. É essa língua em funcionamento que a AD vai trabalhar, observando a relação entre sujeito, história, ideologia. Por isso, concordamos com Cazarin (2006, p. 300) que afirma que “a materialização da língua pressupõe um sujeito que enuncia não na sua individualidade, e sim afetado pelo inconsciente e pela ideologia”.

Segundo Orlandi (2007, p. 46), a *ideologia*, em AD, “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. Não há sentido sem interpretação, e diante de qualquer objeto simbólico, o homem é levado a interpretar colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer?

Para a AD, portanto, os sentidos não estão na língua, mas nas relações que ela estabelece com a exterioridade, com os processos discursivos. Sendo assim, podemos dizer que a interpretação é função do sujeito em sua relação com a história já que o sujeito se filia à história para produzir sentido (Grantham e Caseira, 2011, p. 14). Orlandi (2010, p. 24) salienta que “interpretar não é atribuir sentido, mas expor-se, à opacidade do texto, ou seja, é explicitar como um objeto simbólico produz sentidos”.

Diante disso, entendemos que seja necessário refletirmos sobre como a Análise de Discurso concebe a leitura.

Leitura sob uma perspectiva discursiva

A discussão sobre leitura passa por diferentes pontos de vista e depende das perspectivas teóricas. O que nos interessa aqui é

discutir a leitura do ponto de vista da AD, que vê a leitura não como “uma só, nem infinitas, mas possíveis leituras”. Ler, para alguns, é apenas decodificação de signos linguísticos. Para outros, é atribuição de sentido. Na concepção da AD, a leitura é vista como uma ideia de interpretação e de compreensão, processos de instauração de sentidos. Ler, portanto, não se resume a decodificar ou apreender sentidos, mas sim, é a instituição de sentido ao que quer que seja, tendo como parte constitutiva do sentido, o contexto histórico-social e as condições de produção do enunciado, do discurso. O conhecimento do leitor sobre as condições de produção do texto é extremamente relevante, pois através de um dispositivo de leitura, ele poderá levantar pistas que o levará a relacionar o texto com o discurso que o sustenta e que, por sua vez, inscreve-se em uma formação discursiva (FD). É com esta FD que o sujeito leitor irá ou não se identificar, pois ele também estará inscrito em uma FD a qual subjaz a ideologia.

Segundo Pêcheux (1988, p. 160), *formação discursiva* é “aquilo que numa dada formação ideológica, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura, determina pelo estado da luta de classes, *o que pode e deve ser dito*”. De acordo com o referido autor, o sentido não existe em si, pois é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo nesse processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Temos a impressão de que somos os criadores dos nossos dizeres, mas na realidade, as palavras já existiam antes de nós e os sentidos delas vão mudar conforme as posições que assumimos ao empregá-las. “Os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Ibid. p. 161). No entanto, de acordo com Orlandi (2007, p. 44), é preciso não pensar as formações discursivas como blocos

homogêneos funcionando automaticamente, elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações.

Dessa maneira, ao pensarmos no sujeito-leitor sob a ótica discursiva, ele não será um mero receptor daquilo que o autor, segundo suas intenções, quis dizer em seu texto, o leitor será participante ativo no processo de produção de sentidos. Além disso, como exemplificam Grantham e Caseira (2011, p. 15), o leitor pode identificar-se com os sentidos produzidos pelo autor, isto é, “com a mesma posição assumida pelo autor do texto”, ou pode questionar, discutir com ela e “significar diferentemente”. Indursky (2001, p. 34) explica que o sujeito-leitor vai produzir sua leitura desde seu lugar social e este pode ou não coincidir com o lugar social a partir do qual o sujeito-autor produziu o texto.

Por isso, de acordo com a referida autora (p. 28), o texto é visto como um objeto a ser lido, representa a materialidade linguística e através dela se tem acesso ao discurso. A organização linguística interna ao texto é o que menos interessa, o que importa para a AD, é o modo como o texto organiza sua relação com a discursividade, isto é, com a exterioridade. Para Orlandi (1988, p. 59), o sentido do texto se constrói no espaço discursivo dos interlocutores, e como objeto empírico de análise, o texto pode ser um objeto acabado com começo, meio e fim.

Dessa maneira, passamos a trabalhar baseando-nos diretamente com o que os textos em análises nos permitem, a partir do nosso olhar, interpretar e, assim produzir sentidos..

Análise

Apesar de não concordarmos que a imagem significa separadamente do texto verbal em textos

midiáticos, aqui, metodologicamente, optamos por primeiro momento, analisar a imagem³, para na sequência da análise, entrelaçá-la na produção de sentidos do texto verbal.



A imagem está sempre presente em *outdoors* e propagandas, o que faz com que pensemos em como a AD concebe a imagem.

Vivemos diariamente “bombardeados” por imagens e, de fato, não podemos desvincular os recursos imagéticos do verbal, uma vez que acreditamos que no todo textual, um complementa o outro. Os recursos usados pelas mídias possibilitam a produção de qualquer produto visual por parte do sujeito discursivo. Em tempo de infinitas possibilidades, a imagem, não necessariamente nessa ordem, emerge para complementar o dito no plano verbal. Como a AD explica a imagem?

Jean Davallon, em mesa redonda em Paris, entende a imagem como um operador de memória social no seio de uma cultura.

Se a imagem define posições de leitor abstrato que o espectador concreto é convidado a vir ocupar a fim de poder dar sentido ao que ele tem sob os olhos, isso vai permitir criar, de uma certa maneira, uma comunidade – um acordo – de olhares: tudo se passa então como se a imagem colocasse no horizonte de sua percepção a presença de outros espectadores possíveis tendo o mesmo ponto

de vista. (DAVALLON, 2010, p. 31).

De acordo com Pêcheux (2010, p. 55), também nessa mesma mesa redonda, a questão da imagem encontra assim a análise de discurso por outro viés (aqui contrapondo as ideias de Davallon): não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer aquela da qual a memória perdeu o trajeto da leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições).

No caso da imagem da propaganda, utilizou-se uma *garota* branca, com cabelos negros na altura dos ombros, lábios avermelhados e olhos claros. Conforme essas características, aliadas a uma postura de mulher fatal, jamais pensaríamos ser Branca de Neve, aquela *menina* doce, meiga, da história. No entanto, observemos o vestido e a faixa no cabelo, que mostram que aquela *garota* é Branca de Neve, vestida como a *menina* da história, no entanto, com seus seios salientes. Abaixo, na tentativa de nos utilizarmos de alguns recursos gráficos, trazemos uma ilustração daquilo que está em nossa memória coletiva⁴ como a “Branca de Neve” dos contos infantis. Apesar de fazerem o mesmo papel, podemos notar a diferença entre ser *garota* e a *menina* das histórias através do olhar e seios da garota. Enquanto uma, a *menina* da história, produz o efeito de sentido de inocência, a outra traz um olhar de *garota* poderosa, cheia de confiança de si. Essa Branca de Neve do *O Boticário*, de alta autoconfiança, pode também ser comprovada pela valorização de seus seios. Seios esses apertados e arredondados, com um formato de, talvez, uma maçã. Estaria a maçã envenenada, pela bruxa invejosa, sendo oferecida a Branca

³ Texto disponível em Google Imagens.

⁴ Utilizamos o termo *memória coletiva* aqui para diferenciar de memória *social* e memória *discursiva* (tratados na sequência do texto). A *memória coletiva* é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que não tem nada de artificial, pois ela só retém do passado o que dele ainda é vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que o mantém (DAVALLON, 2010, p. 36)

de Neve? Da mesma maneira, os seios seriam a representação de um fruto proibido que, pelo olhar da garota, está sendo oferecido ao leitor? Que sentidos emergem a partir da oferta da maçã? Quem está oferecendo a maçã à garota? Pela imagem, trata-se de uma mão feminina. E se fosse uma mão masculina, teria outro sentido?

Percebemos por esses questionamentos, retomando Pêcheux, o atravessamento de outros discursos constituindo a imagem. A partir das imagens acima recorreremos ao processo parafrástico que, segundo Orlandi (2007, p. 36), “representa o retorno aos mesmos espaços do dizer”, isto é, em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória, para explicar o fato de que a *garota* do anúncio é realmente Branca de Neve sob a perspectiva do *O Boticário*. Ao lado da paráfrase está a polissemia que, de acordo com a autora, é pela polissemia que temos o deslocamento, ruptura de processos de significação. “É nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam” (ORLANDI, 2007, p. 36).

Além disso, que sentidos emergem da imagem da maçã⁵? Que discursos atravessam o fato de a maçã estar sendo oferecida à garota e por uma *garota*? Consideramos e usamos a palavra *garota* e não *menina*, *mulher*, para descrever a mão, pelo fato de ser uma mão jovem e não trazer a ideia de que a pessoa que está ofertando seja mais velha ou mais nova. No entanto, somos levados a pensar o atravessamento da memória discursiva, na qual podemos recuperar o enunciado que no conto infantil se tratava de uma bruxa que invejava a beleza de Branca de Neve. Por consequência, a dona dessa mão também a invejaria?

Estamos diante de um “pré-construído”,

definido por Pêcheux (1988, p. 164), como o “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade (o mundo das coisas). Quevedo (2012, p. 76), baseando-se em Pêcheux, explica que seria aquilo que,

face ao fato de que o sentido não está na formulação, garante a ela a evidência do seu sentido, realizando linguisticamente a presença do interdiscurso e ao sujeito-falante a sua evidência subjetiva, uma vez que “ancora” o já-dito da formação discursiva que o assujeita.

Dessa maneira, a maçã se impõe como “fruto proibido”, voltando-se a Eva e Adão, ou “veneno”, retomando a história infantil. Por isso, o que vai determinar o sentido que vamos atribuir à maçã, neste caso, não é o sentido que ela tem, mas o sentido que vai atravessar do interdiscurso, isto é, da memória discursiva, no intradiscurso do leitor, pois acreditamos que este, ao ler, também (re)escreve outro texto.

Nesse sentido, Pêcheux (2010, p. 50) afirma que memória “deve ser entendida não no sentido psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador”. Já a memória discursiva seria aquilo que

face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2010, 52).

Uma questão levantada por Pêcheux que achamos ser importante trazer à tona aqui é “onde residem esses famosos implícitos que estão ausentes por sua presença?” (Ibid, p. 52). Seria a representação da maçã na imagem um implícito? Adiante em seu texto, o autor responde que

5 Para saber mais sobre os significados medievais da maçã, ver Adriana Zierer, disponível em http://www.revistamirabilia.com/nova/imagens/numeros/01_2001/08.pdf. Acesso em agosto de 2012.

não. “Os implícitos, sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrase”, seriam uma regularização discursiva, “que tende assim a formar a lei da série do legível”, que é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória. A maçã mantém a presença do envenenamento, fruto proibido, algo belo nutricional, que causa outro efeito, o da dor, da morte. Assim, a maçã, como um efeito parafrástico, continua nesse sentido, no entanto, ao contrário do conto, a garota posicionada ao lado da maçã e olhando para o leitor e não à maçã, permite-nos concluir que não faz parte de seu interesse. Essa recusa da maçã, ao contrário de como aparece no conto infantil, vai se comprovar através do texto verbal, representando uma ruptura com o conto infantil, passando a explicar a Branca de Neve do *O Boticário*.

ERA UMA VEZ UMA GAROTA BRANCA
COMO A NEVE, QUE CAUSAVA MUTTA INVEJA
NÃO POR TER CONHECIDO SETE ANÕES,
MAS VÁRIOS MORENOS DE 1,80 M.

Partindo do fato de que já abordamos sobre o item lexical garota, fazendo uma relação sinonímica com a palavra menina da história, e percebendo que essa relação provoca deslizamentos de sentidos, pois menina e garota remetem a diferentes sentidos no âmbito da memória discursiva e vai depender do leitor trazer o sentido que lhe é atravessado pela posição-sujeito determinada pela formação discursiva e, dessa forma, por uma posição ideológica a que o leitor inconsciente esteja inserido. Além disso, a garota não é qualquer garota, mas a *Branca como a Neve*, o que faz com que confirmemos a imagem de Branca de Neve, mas não aquela da história, e sim uma garota branca moderna, auto-suficiente, poderosa, que *O Boticário* pode oferecer.

Lembremos que esta propaganda foi publicada no Brasil, em que a grande maioria da população não é branca. Segundo dados do IBGE, Censo Demográfico 2010⁶, 47,7% da população brasileira se declara branca, o restante entre pretos, pardos, amarelos e indígenas. Diante disso, poderíamos questionar: as únicas garotas que causam inveja seriam as brancas? Que estereótipo de beleza a propaganda se propõe discernir como padrão de beleza? Além disso, quem é o público a que se destina tal propaganda? Mulheres todas? Negras? Brancas?

Retomando questões que norteiam nosso trabalho de análise, recordemos que em AD ninguém lê num texto o que quer, do jeito que quer e para qualquer um. De acordo com Orlandi (2001, p. 12), devemos ter em mente que o sentido sempre pode ser outro, e o sujeito também pode ser outro. Esses vão depender de como são afetados pela língua e de como se inscrevem na história. Assim, a maneira como uma mulher branca lê esse enunciado é diferente de como uma mulher negra leria? E se estivesse escrito *Era uma vez uma garota negra* teria o mesmo efeito de sentido?

Não podemos esquecer que a propaganda é fruto de uma intertextualidade, isto é, uma releitura que o texto produz sobre outro texto, apropriando-se para transformá-lo. De acordo com Indursky (2001, p. 29), a intertextualidade trabalha com um efeito de origem, quando trabalha com a noção de discurso fundador. Por exemplo, ao mudar a palavra *branca* por *negra*, não mais estaríamos fazendo uma relação textual com o conto infantil, por isso, não caberia nessas condições de produção, pelo fato que precisamos levar em consideração a relação parafrástica já mostrada pela imagem.

Seguindo as ideias da referida autora, ela coloca que o “texto possui sua materialidade

6 Ver dados completos em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2017&id_pagina=1. Acesso em setembro 2012.

linguística, mas não se reduz a ela”. Isso quer dizer que essas diferentes relações textuais se dão com uma exterioridade, isto é, o texto “vai além de seu suporte material”. A exterioridade está presente no texto, mas não é transparente. Ela pode ser o contexto, intertextualidade e interdiscurso. A exterioridade do conto de fadas se dá pela presença da oração adversativa *mas ter conhecido vários morenos de 1,80m*. Sabemos que as conjunções coordenadas adversativas possuem a função de estabelecer uma relação de contraste de sentidos de dois termos ou orações de mesma função gramatical. Então, quando afirma *não por ter conhecido os sete anões, mas vários morenos de 1,80m*, está deslocando a memória discursiva do conto infantil para a uma nova memória, aquela mesma transmitida pela garota da imagem, a garota com sensualidade capaz de conquistar qualquer homem. No entanto, caberia questionar por que não foi usada a palavra “homens” e sim *morenos*? Que efeitos de sentido vêm à tona a partir da “escolha” do item lexical *morenos*? Estaria a propaganda fazendo referência à grande maioria das pessoas do Brasil, conforme pesquisa apresentada anteriormente? Estaria a palavra *morenos* fazendo uma relação de oposição à palavra *branca*? Além disso, não é qualquer moreno, mas de 1,80m. Estaria a propaganda exaltando também um estereótipo de homem perfeito à mulher brasileira? Poderíamos afirmar que o poder dessa propaganda estaria no estereótipo de homem e mulher perfeitos que apresentam como *O Boticário* ser capaz de construir através de seus produtos?

Não podemos esquecer que propagandas servem para vender ou divulgar algum produto ou marca, isto é, uma questão econômica e, além disso, algumas propagandas se propõem a ter uma representação simbólica perante a sociedade, ou seja, querem fazer parte da construção da opinião pública. De fato, o que sabemos é que para atingir tais metas faz-se necessário que essas

propagandas estejam na mesma posição discursiva do sujeito leitor, mas que mesmo assim, o sujeito tem liberdade de filiar-se ou não a esse discurso da propaganda, que o faria de forma inconsciente, pois assim como os textos, os sujeitos também são duplamente determinados, pelo inconsciente e pela ideologia.

Considerações finais

As propagandas invadem nosso mundo de forma cada vez mais atraente e dinâmica, utilizando-se de recursos avançados e com um alto tom de persuasão. Nesse trabalho, objetivamos analisar, sob a perspectiva da Análise de Discurso, uma propaganda do *O Boticário*, que traz à tona algumas questões que merecem ser refletidas, pensando em compreender como o discurso publicitário produz sentidos sobre o sujeito-leitor, apresentando seu discurso de forma livre, mas, ao mesmo tempo, submetendo seus desejos do consumismo e suas posições ideológicas.

No início de texto, questionamos sobre quem teria o poder: se os publicitários ou os leitores? Sabemos que esse ramo de produção textual exige, primeiramente, leitores atentos para então, serem produtores de propagandas que atinjam seu público leitor, e para isso, faz-se necessária produtividade e criatividade.

Produtividade, porque é necessário, através do processo parafrástico, manter esse retorno constante ao espaço dizível, isto é, manter temáticas ou utilizar-se de representações já cristalizadas para ser criativo. No caso da materialidade midiática analisada, o conto infantil da Branca de Neve.

A criatividade implica na ruptura do processo de produção da linguagem, como no caso em análise, o diferente da *garota* fatal como sendo a Branca de Neve, uma *menina*, produz um novo sentido. É esse movimento do dito a partir

do já-dito e do dizível que afeta tanto sujeitos e sentidos na relação com a história e com a língua.

Dessa maneira, se observarmos a mídia de forma geral, vemos com mais frequência a produtividade, pois as materialidades usadas nos anúncios buscam formar no imaginário do sujeito leitor, algo que o identifique com aquele dizer anunciado. Por isso, voltamos a questionar estaria esse poder do publicitário na criatividade, na ruptura do processo de produção da linguagem? Ou estaria o poder no leitor de perceber os ditos e não ditos dessa produção de linguagem?

Seja esse poder do lado do produtor ou do lado do sujeito leitor, é tudo uma questão de *leitura, interpretação, de sentido*.

Referências bibliográficas

BARTHES, R. *O prazer do texto*. Editora Perspectiva. 1987.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2017&id_pagina=1>. Acesso em: set. 2012.

CAZARIN, E. A. *A Leitura: uma prática discursiva. Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, SC, v. 6, n. 2, 2006.

INDURSKY, F. DE NARDI, F. S. GRANTHAM, M. R. *Estudos da Linguagem e Ensino: em busca de novos caminhos*. In: *Língua Portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino*. HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D. (Orgs.); Rio de Janeiro: Ed: Europa, 2005.

INDURSKY, F. *Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo de leitura*. In: ERNST-PEREIRA, A. FUNCK, S. B. (Orgs.) *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001.

GRANTHAM, M. R.; CASEIRA, I. G. *A análise de discurso francesa: algumas razões pelas quais decidimos trilhar este caminho*. In: *Análise do Discurso e ensino: um olhar discursivo sobre a língua, a leitura e a interpretação*. GRANTHAM, M. R.; CASEIRA, I. G. (Org.); Curitiba, PR: CRV, 2011.

JEAN DAVALLON. *A imagem, uma arte de memória?* In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Tradução José Horta Nunes, 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

MAZIÈRE, F. *Análise de Discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso*. In: *Introdução às ciências da linguagem – Discurso e Textualidade*. RODRIGUES, S. L. R. e ORLANDI, E. P. (Orgs.). Campinas, SP: Pontes, 2010.

_____. *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*. São Paulo: Pontes, 2001.

_____. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

PÊCHEUX, M. *Papel da Memória*. In: ACHARD, P. et al. *Papel da Memória*. Tradução José Horta Nunes, 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Editora Unicamp, 1988.

PETRI, Verli. *Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60*. Expressão (Santa Maria, v. 1, 2006). Disponível em: <http://www.ufsm.br/corpus/txts_profes/Verli_expressao.pdf>. Acesso em: 19.08.2012.

QUEVEDO, M. Q. de. *Do gesto de reparar a(à) gestão dos sentidos: um exercício de análise da imagem com base na Análise de Discurso*. Dissertação (253). Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Católica de Pelotas, 2012.

Artigo enviado em: 05/05/2013

Aceite em: 30/10/2012

Um recorte do léxico toponímico indígena municipal alagoano: motivações toponímicas

p. 39 - 51

Pedro Antonio Gomes Melo¹

Resumo

Este estudo objetivou verificar quais seriam os fatores de natureza motivacional mais recorrentes no ato de nomear municípios alagoanos por meio de nomes de origem indígenas de étimo tupi. A análise dos topônimos evidenciou que a maior fonte de motivação toponímica é de natureza física, dentro deste grupo a vegetação do espaço (representada no léxico pelos fitotopônimos) e a hidrografia (representada no léxico pelos hidrotopônimos) da região a ser nomeada se apresentaram mais fecundas que outras características do ambiente natural na constituição do acervo lexical toponímico municipal alagoano.

Palavras-chave: Linguística; Toponímia Indígena; Léxico; Língua Portuguesa.

Abstract

This study aimed to verify what would be the nature of motivational factors more common in the act of naming municipalities Alagoas by names of origin of indigenous Tupi etymology. The analysis showed that the toponyms greatest source of motivation toponymic is physical in nature, within this group the vegetation space (represented in the lexicon by fitotopônimos) and hydrography (represented in the lexicon by hidrotopônimos) of the region to be nominated if they were more fecund other features of the natural environment in the formation of the collection lexical toponímico municipal Alagoas.

Keywords: Linguistic; Indigenous Toponymy; Lexicon; Portuguese.

Introdução

Alagoas apresenta características físicas e antropoculturais bastante particulares, constitutivas das mesorregiões e das microrregiões do estado, tanto no que diz respeito aos aspectos de ordem natural quanto aos de ordem sócio-histórico-cultural. Logo, oferece um léxico toponímico muito singular com influências de diversos estratos linguísticos, questões ideológicas presentes nos axiotopônimos, religiosas nos hagiotopônimos, estruturas morfológicas variadas

na composição dos sintagmas toponímicos, em particular, naqueles de origem tupi, motivações toponímicas diversas para a escolha de locativos de natureza física como: área de litoral, zona da mata, agreste e sertão, hidrografia, fauna e flora extensa, caatinga e mata atlântica, constituindo-se desta forma num campo fértil à pesquisa onomástica, sobretudo questões ligadas à Toponímia.

Daí, frente às várias possibilidades de investigação dos topônimos, optamos neste trabalho apresentar um recorte descritivo do léxico toponímico municipal alagoano a partir de

1. Professor assistente do departamento de Letras da UNEAL, campus III. Especialista em língua portuguesa e mestre em Letras pela UFAL. E-mail: petrus2007@ibest.com.br

uma investigação dos nomes de origem indígenas de étimo tupi que designam os municípios do Estado de Alagoas na busca de respondermos qual o fator influenciador mais recorrente na motivação toponímica para escolhas destes locativos, observando questões de natureza física e histórico-culturais ligadas ao ato denominativo toponomástico.

A Toponímia - do ponto de vista linguístico-pode ser compreendida como um recorte do léxico de uma língua - é um ramo da Onomástica (do grego antigo ὀνομαστική, ato de nomear, dar nome) que possui como eixo central de seus estudos o signo toponímico, Para Rostaing (1961, p.7) sua finalidade consiste em “investigar a significação e a origem dos nomes de lugares e também de estudar suas transformações”. E ainda, “conjugada com a história, indica ou precisa os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões onde tal ou tal grupo linguístico deixou seus traços” (DAUZAT, 1926, p.7). Sob essa perspectiva, neste trabalho de cunho línguo-cultural, pretendemos evidenciar a maneira pela qual o mundo exterior se reflete na língua, sobretudo em nível lexical.

O topônimo é o signo linguístico na função designativa de um espaço geográfico e/ou humano. Nessa função, segundo Dick (1980, p. 290), ele representa “uma projeção aproximativa do real, tornando clara a natureza semântica de seu significado” e evidencia a realidade do ambiente físico e antropocultural de uma dada região na medida em que revela características de vegetação, hidrografia, fauna, condições de solo e relevo, como também crenças, ideologias, fatos políticos, culturais e históricos.

Para Melo (2012, p. 54), os signos toponímicos “adquirem valores que transcendem o próprio ato de nomear. Uma vez que o léxico presente na língua de um dado grupo reflete o seu modo de ver a realidade e a forma como seus

membros organizam o mundo que os rodeia.” Eles mantêm marcas que permanecem firmadas mesmo quando a motivação toponímica, ocorrida no ato denominativo, já não mais existe. Percebe-se, pois, o valor patrimonial do topônimo.

Os atuais estudos onomásticos no Brasil vêm justamente resgatando a história social contida nos nomes de uma determinada região, partindo da etimologia para reconstruir os significados e, posteriormente, traçar um panorama motivacional da região em questão, como um resgate ideológico do denominador e preservação do fundo de memória (CARVALHINHOS, 2002/2003, p. 172).

Por conseguinte, o léxico toponímico é compreendido, então, como um indicador línguo-cultural, uma vez que o modo como a língua retrata a visão de mundo de um povo evidencia a inter-relação que se estabelece entre língua, meio ambiente e cultura. É importante destacarmos que ao pensar sobre o processo denominativo, é preciso compreender que esse ato se constitui nessa relação: léxico, habitat e sociedade, por conseguinte, pensar sobre o ato de designar lugares requer, considerarmos que esse processo linguístico se constitui nessa mesma relação.

O nome em função onomástica “é o meio que o homem emprega para humanizar a paisagem como parte de sua relação com seu ambiente geográfico” (SOLIS FONSECA, 1997, p. 22).

Por fim, ressaltamos que o princípio norteador desta pesquisa sobre os topônimos municipais alagoanos de étimo tupi deu-se, em primeiro lugar, pelo interesse de investigarmos – sob a ótica semântico-taxonomico - como o usuário da língua, fixado num dado espaço, tendo a seu vigor várias possibilidades designativas, nomeou por meio de nomes indígenas os municípios alagoanos e; em segundo lugar, pelos resultados que este estudo poderá fornecer como registro científico da toponímia indígena do Estado de Alagoas tão carente de trabalho nessa área e, conseqüentemente, contribuir para um

melhor conhecimento da Língua Portuguesa.

A pesquisa toponímica: aspectos históricos e teórico-metodológicos

A Toponímia, com status de disciplina autônoma, nasceu oficialmente no século XIX, com Auguste Longnon, por volta de 1878, no ambiente positivista da recuperação das línguas indo-europeias. Nesse primeiro momento, prevalecia uma estreita visão etimológica, com a realização do estudo de nomes antigos do território francês, a fim de se levantar a história das transformações dos nomes de lugares; a sua evolução fonética; as alterações de diversas ordens; o seu desaparecimento; a sua relação com as migrações, a colonização, os estabelecimentos humanos e o aproveitamento do solo; os nomes inspirados por crenças mitológicas visando algumas vezes assegurar a proteção dos santos ou de Deus (DICK, 1990 apud MEADA, 2006, p. 34).

Todavia, mesmo antes do século XIX, já existiam estudos que sinalizavam para tentativas de sistematização, ainda que padecendo de um direcionamento mais sólido. Podemos citar a proposta de uma proto-taxonomia apresentada pelo Pe. Martín Sarmiento, em 1785, cujos estudos referentes à toponímia galega já apontavam a necessidade de se estudar os nomes de lugares não apenas por sua filiação linguística, etimologia ou datação, mas por sua própria substância semântica.

No Brasil, a partir do trabalho de Drumond, filiado às ideias de vertente europeia, a Toponímia integrou-se aos estudos linguísticos da Universidade de São Paulo (USP), privilegiando, inicialmente, os nomes de origem indígena através das pesquisas sobre o Tupi e a Toponímia Brasileira. E ainda seguindo essa mesma perspectiva, podemos destacar o trabalho de Teodoro Sampaio – O Tupi na Geografia Nacional e a obra de Armando Levy Cardoso – Contribuição do Bororo à Toponímia Brasília.

A toponímia indígena brasileira provém de diversos troncos linguísticos, muito embora a grande maioria dos nomes de lugar seja de

origem tupi, por ter sido esta a língua mais falada na costa do Brasil, uma vez que sua derivação natural, uma das quatro línguas gerais brasileiras, era falada tanto por índios quanto por brancos e mamelucos, pois durante praticamente um século desempenhou o papel de língua de comunicação. Segundo Navarro (1999, p. xi), a língua indígena Tupi foi “depois do português, a língua que mais produziu nomes geográficos em nosso território”.

Sobre a presença de topônimos de origem tupi em vários pontos do país, Dick (1992, p. 22) aponta dois aspectos a serem considerados: “a ação religiosa dos jesuítas e à participação das antigas bandeiras que acabaram por difundir a língua dita então geral”. E ainda, “em toda área de domínio Tupi encontra-se, ainda hoje, marcas indelévels de sua língua, denominando cidades, vilarejos, rios, montanhas, a vasta fauna e a fantástica flora da América do Sul”. (GONÇALVES, 2009, p. 39)

Merece destaque, nas atuais pesquisas toponímicas no Brasil, os trabalhos de Dick. A referida autora, seguindo as orientações de Drumond e a teoria de Dauzat a partir de uma visão física e antropocultural da realidade toponímica brasileira desenvolveu por meio de seus Princípios Teóricos e Modelos Taxeonomícos – um Modelo Taxeonomíco de Classificação Toponímica (MTCT) - aplicados aos nomes de lugares.

Para Drumond apud Dick (1990), “nenhum outro estudo de Toponímia do Brasil reveste-se de tantas qualidades como os seus ‘Princípios Teóricos e Modelos Taxeonomícos’, seja do ponto de vista estrutural como científico”.

A Toponímia se caracteriza como uma área interdisciplinar, o acervo lexical toponímico de um determinado grupo humano consiste num imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente. Portanto, não devemos atribuir o entendimento à Toponímia como um mero diletantismo, sem vinculação com

outras ciências do conhecimento humano que, segundo Dick (1992, p.II), “é delas que se recebe ao mesmo tempo que lhes fornece subsídios preciosos para suas configurações teóricas”.

Basicamente, na atualidade, há duas tendências nas pesquisas toponímicas no mundo. A saber: a primeira de caráter pragmático, manifestada principalmente nos países de língua francesa, nos quais se enfatiza a uniformização, normatização e controle da nomenclatura geográfica. E a segunda de caráter acadêmico, que compreende a toponímia não em sua função pragmática, mas como um instrumento importante na análise linguística. Este trabalho se situa na segunda tendência.

Modelo Taxionômico de Classificação Toponímica (MTCT) de Dick (1990)

De acordo com Melo (2011, p. 278):

Necessitamos de uma terminologia específica, ao estudarmos uma língua, caso contrário, corremos o risco de utilizarmos vocábulos genéricos que favoreçam a inadequação conceitual, conseqüentemente, a não-compreensão do que se quer efetivamente descrever, estudar ou analisar.

Na pesquisa toponímica, essa necessidade se torna ainda mais evidente, uma vez que trataremos de uma nomenclatura de um dado espaço geográfico e, ainda, em virtude dos topônimos funcionarem como termos do léxico toponímico e não como palavras de uso geral.

Para atendermos às determinações exigidas ao aprofundamento teórico sobre o objeto aqui estudado, seguiremos o modelo teórico apresentado por Dick (1990) para investigarmos a natureza motivacional dos topônimos de étimo tupi registrados no léxico municipal alagoano, por entendermos que se trata de uma concepção norteadora de análise e classificação toponímica que mais se adapta à nossa realidade.

Esse modelo teórico engloba 27 (vinte e sete) taxes, distribuídas em 02 (dois) grupos, conforme a natureza motivacional (semântica): 11 (onze) taxes relacionadas ao ambiente físico, Taxeonomias de Natureza Física; e 16 (dezesseis), relacionadas ao homem e sua relação com a sociedade e a cultura, Taxeonomias de Natureza Antropocultural.

O termo *taxe* corresponde à identificação e classificação genérica dos fatos cósmicos sem duas ordens de consequência: a física e a antropocultural, de forma a permitir a aferição objetiva de causas motivadoras dos locativos.

As causas motivacionais de natureza física estão agrupadas nas taxes relacionadas ao ambiente físico. A saber: a) *Astrotopônimos*: topônimos relativos aos corpos celestes em geral; b) *Cardinotopônimos*: topônimos relativos às posições geográficas em geral; c) *Cromotopônimos*: topônimos relativos à escala cromática; d) *Dimensiotopônimos*: topônimos relativos às dimensões dos acidentes geográficos; e) *Fitotopônimos*: topônimos relativos aos vegetais; f) *Geomorfotopônimos*: topônimos relativos às formas topográficas (formas de relevo terrestre); g) *Hidrotopônimos*: topônimos relativos a acidentes hidrográficos em geral; h) *Litotopônimos*: topônimos relativos aos minerais ao à constituição do solo; i) *Meteorotopônimos*: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos; j) *Morfotopônimos*: topônimos relativos às formas geométricas e l) *Zootopônimo*: topônimos referentes aos animais.

As causas motivacionais de natureza antropocultural estão agrupadas nas taxes relacionadas ao homem e sua relação com a sociedade e a cultura. A saber: a) *Animotopônimos* (ou *Nootopônimos*): topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual; b) *Antropotopônimos*: topônimos relativos aos nomes próprios individuais; c) *Axiotopônimos*:

topônimos relativos aos títulos e dignidades que acompanham nomes próprios individuais; d) Corotopônimos: topônimos relativos a nomes de cidades, países, Estados, regiões e continentes; e) Cronotopônimos: topônimos relativos aos indicadores cronológicos representados pelos adjetivos novo(a), velho(a); f) Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações em geral; g) Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material; h) Etnotopônimos: topônimos relativos aos elementos étnicos isolados ou não (povos, tribos, castas); i) Dirrematopônimos: topônimos constituídos de frases ou enunciados linguísticos; j) Hierotopônimos: topônimos relativos a nomes sagrados de crenças diversas, a efemérides religiosas, às associações religiosas e aos locais de culto. Esta categoria subdivide-se em: i. Hagiotopônimos: nomes de santos ou santas do hagiológico católico romano, ii. Mitotopônimos: entidades mitológicas; l) Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico, aos seus membros e às datas comemorativas; Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação urbana ou rural; n) Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais; o) Poliotopônimos: topônimos relativos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial; p) Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro da comunidade, aglomerados humanos e q) Somatopônimos: topônimos relativos metaforicamente às partes do corpo humano ou animal.

Com base em tais pressupostos, realizaremos as análises dos topônimos de origem tupi nos quais se estabelecem uma conexão entre o município alagoano e o nome atribuído a ele, em que as partes formam um todo representativo. Buscando relacioná-los aos atos onomásticos, especialmente aqueles ligados à toponímia indígena municipal alagoana.

Análise e resultados

Doravante, serão apresentadas as análises dos topônimos aqui estudados. O corpus lexical foi constituído por 23 (vinte e três) topônimos municipais alagoanos de origem indígenas levantados a partir de consulta bibliográfica junto ao Banco de dados do IBGE na internet, como também, pesquisa documental realizada em documentos oficiais do governo brasileiro, no âmbito local e nacional, livros e revistas que tratavam sobre os municípios do Estado de Alagoas.

Utilizamos o *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi*: significado dos nomes geográficos de origem tupi de Luiz Caldas Tibiriçá (1985) para identificarmos o étimo de origem tupi dos nomes aqui analisados.

Os topônimos serão apresentados em fichas lexicográfico-toponímicas. Essas se revelam necessárias para a interpretação destes nomes, em virtude de conter vários campos conceituais que forneceram informações relevantes sobre cada um dos locativos que constituíram o *corpus* desta pesquisa..

Os Fitotopônimos de origem indígena de étimo tupi no léxico municipal alagoano

A vegetação, assim como outras características naturais, varia de acordo com a região do estado. Por exemplo, na Zona da Mata, é possível encontrarmos, ainda, mata Atlântica e mangues litorâneos. Já no Agreste e no Sertão alagoano, a cobertura vegetal predominante é a caatinga.

Nessa relação simbólica entre língua/ambiente, detectamos no léxico municipal alagoano 7 fitotopônimos de origem indígena de étimo tupi relativos à flora da região na qual o município está localizado, estabelecendo assim

uma relação biônica entre o meio e o topônimo que identifica o acidente humano em tela.

A saber: (1) Arapiraca, (2) Craíbas, (3) Jaramataia, (4) Murici, (5) Pariconha, (6) Pindoba, (7) Taquarana.

01 ARAPIRACA

Localização: Mesorregião do agreste alagoano; Microrregião de Arapiraca.

Topônimo: Arapiraca

Taxionomia: Fitotopônimo

Etimologia: O termo é de origem tupi: ara quer dizer periquito ou arara; pira pode ser traduzido como pousa; e aca significa ramo de árvore. Trata-se de uma espécie de angico branco, da família das mimosáceas (leguminosas), muito comum no agreste e no sertão, e que o povo, à sua maneira denomina de Arapiraca.

02 CRAÍBAS

Localização: Mesorregião do agreste alagoano; Microrregião de Arapiraca

Topônimo: Craíbas

Taxionomia: Fitotopônimo

Etimologia: O termo é de origem tupi: Carahyba designa uma árvore do ramo das bignoniáceas, muito comum na região do agreste, onde está localizado o município de mesmo nome.

03 JARAMATAIA

Localização: Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião de Batalha

Topônimo: Jaramataia

Taxionomia: Fitotopônimo

Etimologia: de origem indígena do tupi: jaramataia nome que designa uma planta leguminosa muito frequente na localidade.

04 MURICI

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Mata Alagoana

Topônimo: Murici

Taxionomia: Fitotopônimo

Etimologia: O termo é de origem tupi: muricy designa uma árvore do ramo das bignoniáceas, muito comum na região. Segundo Tibiraçá (1985) de moressi árvore da família das malpigiáceas.

05 PARICONHA ²

Localização: Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião Serrana do Sertão Alagoano

Topônimo: Pariconha

Taxionomia: Fitotopônimo

Etimologia: Palavra de origem indígena que significa duas conchas, como eram chamadas as polpas desses frutos.

06 PINDOBA

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Serra dos Quilombos

Topônimo: Pindoba

Taxionomia: Fitotopônimo

Etimologia: O termo é de origem tupi: pindoba designa uma folha da palmeira com a qual os índios faziam figas e anzóis. É também chamado assim o coco da palmeira pindá, que antigamente era encontrado com fartura em seu território.

07 TAQUARANA

Localização: Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião de Arapiraca

Topônimo: Taquarana

Taxionomia: Fitotopônimo

Etimologia: termo de origem tupi: ta'kwara designa uma planta chamada pelos índios de cana brava, oca por dentro. Trata-se de um bambu da família das gramíneas. Segundo Tibiriçá (1985) de tacuá-rana planta que se parece com a taquara, falsa taquara (bambu).

Nesses casos de fitonímica, percebemos que o denominador resgata aspectos da flora da região na qual o topônimo está inserido, fazendo referência à árvores e leguminosas da localidade, confirmando a importância da vegetação na vida do homem, materializada na relação simbólica existente entre léxico e meio ambiente. E ainda, é importante considerarmos o relevante papel da vegetação como fonte motivadora decorre da abundância da flora pela existência de plantas ou vegetais no ambiente em que se encontra seu objeto de denominação..

² Tibiriçá não registra esse topônimo em seu dicionário (1985) de topônimos de origem indígena.

Os hidrotopônimos de origem indígena de étimo tupi no léxico municipal alagoano

A rede hidrográfica de Alagoas é constituída por rios que correm diretamente para o oceano Atlântico (como, por exemplo, o Camaragibe, o Mundaú, o Paraíba e o Coruripe) e por rios que deságuam no São Francisco (como o Marituba, o Traipu, o Ipanema, o Capiá e o Moxotó).

Dick (1990, p. 196), explica-nos que “o aparecimento de topônimos, nos diferentes ambientes, revestindo uma natureza hidronímica propriamente dita, vincula-se à importância dos cursos d’água para as condições humanas de vida”.

Nesta categoria toponomástica, foram registrados no léxico municipal alagoano 7 hidrotopônimos de origem indígena tupi relativos a acidentes hidrográficos em geral.

A saber: (8) Cururipe, (9) Igaçi, (10) Jacuípe, (11) Jequiá da Praia, (12) Maragogi, (13) Paripueira e (14) Traipu.

08 CURURIPE

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de São Miguel do Campos

Topônimo: Coruripe

Taxionomia: Hidrotopônimo

Etimologia: termo de origem tupi: Cururu-gy significa rio dos sapos, segundo frei Vicente Salvados, cronista colonial. Já conforme o professor Silveira Bueno, autor do vocabulário tupi-guarani-português, quer dizer Cu-ru-ry-pe, rio dos seixos.

09 IGAÇI

Localização: Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião de Palmeira dos Índios

Topônimo: Igaçi

Taxionomia: Hidrotopônimo

Etimologia: De origem indígena tupi y-assy significa rio pestilento, rio doente.

10 JACUÍPE

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Mata Alagoana

Topônimo: Jacuípe

Taxionomia: Hidrotopônimo

Etimologia: termo Jacuípe de origem tupi: jacu-y-pe: jacu: designa uma espécie de ave galiforme; y: rio; e pe: daí significa no rio dos jacus.

11 JEQUIÁ DA PRAIA

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de São Miguel do Campos

Topônimo: Jequiá da Praia

Taxionomia: Hidrotopônimo

Etimologia: palavra de formação híbrida, constituída por base indígena + latina: o termo Jequiá é de origem tupi, na língua indígena: jy-q-ya significa cesto grande de peixe. Segundo Tibiriçá (1985) de jekeá covó, armadilha para apanhar peixe, também pode derivar de jukiá, espécie de peixe sem escama. Já o termo praya provem do latim tardio, significa orla da terra, ordinariamente coberta de areia, confinando com o mar.

12 MARAGOGI

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião do Litoral Norte Alagoano

Topônimo: Marogogi

Taxionomia: Hidrotopônimo

Etimologia: termo de origem indígena, é uma corruptela da palavra ma-ra-ú-hy significa rio das maraúbas ou rio dos maracujás.

13 PARIPUEIRA

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Maceió

Topônimo: Paripueira

Taxionomia: Hidrotopônimo

Etimologia: De origem indígena tupi pari-puera significa praia das águas mansas. Segundo Tibiriçá (1985) antigo pescueiro, antiga barragem.

14 TRAIPU

Localização: Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião de Traipu

Topônimo: Traipu

Taxionomia: Hidrotopônimo

Etimologia: Palavra de origem tupi. É uma corruptela de ytira ypu, que quer dizer fonte de morro ou olho d’água do monte. Segundo Tibiriçá (1985) de tarai-ypu fonte da traíra.

Nesses casos de hidronímica, o denominador resgata aspectos naturais da região ligados à ideia

de água como: praia, fontes, olho d'águas e rios da localidade na qual o topônimo está inserido, evidenciando a realidade do ambiente natural materializada na língua por meio da relação simbólica existente entre léxico e ambiente.

A grande produtividade dessa categoria de topônimo pode estar ligada à importância dos cursos d'água no espaço geográfico humano pelo fato de servirem não só como fonte de alimentação, mais também viabilizado o povoamento e o desenvolvimento econômico da região.

Os Zootopônimos de origem indígena de étimo tupi no léxico municipal alagoano

A fauna alagoana é, grosso modo, constituída por animais silvestres comuns às mesorregiões e microrregiões do estado. No acervo lexical toponímico estudado, registramos 4 zootopônimos de origem indígena de étimo tupi. Estes topônimos fazem referência a animais como: répteis, peixes e aves.

A saber: (15) Jacaré dos Homens, (16) jundiá, (17) piranhas e (18) Satuba..

15 JACARÉ DOS HOMENS

Localização: Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião de Batalha

Topônimo: Jacaré dos Homens

Taxionomia: zootopônimo

Etimologia: palavra de formação híbrida, constituída por base indígena + latina: o termo iaka're de origem tupi significa vários répteis da família dos crocodilídeos + o termo de origem latina homo, -inis ser humano'

16 JUNDIÁ

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de mata alagoana

Topônimo: Jundiá

Taxionomia: Zootopônimo

Etimologia: termo de origem tupi: Yundi-á ou Nhandiá, denominação genérica dada pelos índios ao bagre. Esse peixe era encontrado em abundância no Rio Manguaba, que percorre o território deste município da zona norte de Alagoas.

17 PIRANHAS

Localização: Mesorregião do sertão alagoano; Microrregião da alagoana do sertão do São Francisco

Topônimo: Piranhas

Taxionomia: Zootopônimo

Etimologia: termo de origem tupi, no entanto, há duas explicações etimológicas: junção dos termos tupis pirá 'peixe' e anha 'dente', significando peixe com dente (<http://www.fflch.usp.br/dlcvtupi/vocabulario.htm>) e junção dos termos tupis pira 'pele' e raim 'o que corta', significando corta a pele (FERREIRA, 1983)

18 SATUBA

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Maceió

Topônimo: Satuba

Taxionomia: Zootopônimo

Etimologia: O termo corresponde à corruptela de saúva, ou saúba, palavra de origem tupi isa'uua, designação comum às formigas do gênero Atta. Segundo Tibiriçá (1985) de yssá-tyba abundância de içás.

Nesses casos de zoonímica, percebemos, mais uma vez, que o denominador resgata os aspectos da natureza da região da qual será denominada, há uma tendência motivadora do homem em atribuir aos acidentes humanos e/ou geográficos nomes relativos a espécies da fauna materializada na relação simbólica existente entre léxico e ambiente.

No âmbito da toponímia brasileira, Ivan Lind (1963, apud Dick, 1990, p. 255) registra em seu estudo De Portugal ao Brasil. Um pequeno estudo da toponímia brasileira que os nomes de animais não deixaram grandes marcas na nomenclatura geográfica. Todavia, salienta que a presença de nomes indígenas de animais para a nomeação de lugares, mesmo não sendo a principal fonte motivadora, configura-se como uma indiscutível realidade brasileira.

Os Ergotopônimos, Litotopônimos e Geomorfotopônimos de origem indígena de étimo tupi no léxico municipal alagoano

Com menos produtividade na constituição do acervo lexical toponímico municipal alagoano de origem indígena, registramos:

a) 1 (um) Ergotopônimo de étimo tupi relativo à elementos da cultura material de Alagoas.

19 JAPARATINGA

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião do Litoral Norte Alagoano
Topônimo: Japaratinga
Taxionomia: Ergotopônimo
Etimologia: termo é de origem indígena: yapara + tiba significa em tupi Sítio dos Arcos, ou seja, o lugar onde a tribo fazia arcos e flechas com a madeira das suas matas. Segundo Tibiriçá (1985), de já-pará-tinga mar que costuma estar esbranquiçado, cheio de espuma.

b) 2 (dois) Litotopônimos relativos aos minerais ao à constituição do solo alagoano.

20 INHAPI

Localização: Mesorregião do Sertão Alagoano; Microrregião Serrana do Sertão Alagoano
Topônimo: Inhapi
Taxionomia: Litotopônimo
Etimologia: vocábulo de origem indígena: inha= pedra + pi= água, significa água na pedra.

21 MACEIÓ

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Maceió
Topônimo: Maceió
Taxionomia: Litotopônimo
Etimologia: De origem indígena tupi Maçayó ou Maçaió-k que significa 'o que tapa o alagadiço'. Segundo Tibiriçá (1985), de masseió nome que os tupis davam às lagoas formadas pelas águas pluviais (provável termo tupinambá)

c) 2 (dois) Geomorfotopônimos relativos às formas topográficas, isto é, formas de relevo terrestre alagoano

22 IBATEGUARA

Localização: Mesorregião do Agreste Alagoano; Microrregião Serrana dos Quilobos
Topônimo: Ibateguara
Taxionomia: Geomorfotopônimo
Etimologia: de origem indígena do tupi yby-itytra significa 'lugar alto'. Segundo Tibiriçá (1985), de ybaté-guara morador do altiplano.

23 PIAÇABUÇU

Localização: Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião de Penedo
Topônimo: Piaçabuçu
Taxionomia: geomorfotopônimo
Etimologia: termo de origem indígena. Trata-se de uma corruptela de pe-haçab-uçu, que significa, segundo os especialistas da língua tupi-guarani, 'passagem geral do caminho'. Segundo Tibiriçá (1985), de pyassab-ussu, cerca grande; ou peassab-ussu desembocadouro grande.

Nesses casos de menos produtividade lexical, destacamos que além de o denominador resgatar os aspectos da natureza física como a constituição do solo e as formas de relevo por meio dos litotopônimos e geotopônimos, também registramos 1 (um) topônimo relativo aos elementos da cultura material de natureza antropocultural, associando o homem e sua relação com a sociedade e a cultura. Para Dick (1990, p. 45) “não é de se estranhar, portanto, a existência de uma relação analógica entre o topônimo e algum fato do cotidiano indígena”.

Análise quantitativa dos topônimos de origem indígena de étimo tupi no léxico municipal alagoano

A partir da tabela 1, destacamos que foram registrados 6 categorias de locativos no léxico municipal toponímico alagoano de origem indígena de étimo Tupi, enquadrados nas taxes: Fitotopônimo, Hidrotopônimo, Ergotopônimo, Litotopônimo, Geomorfotopônimo e Zootopônimo.

Tabela 1. Incidência de topônimos indígenas por taxas na microtoponímia municipal de Alagoas

Topônimo	Motivação	Quantidade
Arápiraca, Craíbas, Jaramataia, Murici, Pariconha, Pindoba, Taucarana.	Fitotopônimo	7
Coruripe, Igaci, Jacuípe, Jequiá da Praia, Marogogi, Paripueira, Traipu.	Hidrotopônimo	7
Japaratinga	Ergotopônimo	1
Inhapi, Maceió	Litotopônimo	2
Ibatêguara, Piaçabuçu	Geomorfotopônimo	2
Jacaré do Hommens, Jundiá, Piranhas, Satuba.	Zootopônimo	4
Total		23

De acordo com os dados, podemos afirmar que a maior fonte motivacional no momento da escolha dos nomes de origem indígena para atribuir aos municípios alagoanos foi de natureza física, dentro deste grupo a vegetação do espaço (representada no léxico pelos fitotopônimos) e a hidrografia (representada no léxico pelos hidrotopônimos) da região a ser nomeada se apresentaram mais fecundas que outras características do ambiente natural como a constituição e forma do relevo local. Sendo assim, podemos considerá-las como fator influenciador e/ou condicionador para eleição dos topônimos registrados no léxico municipal alagoano toponímico de étimo tupi.

Ainda seguindo os dados aqui levantados, podemos dizer que a fauna como fator motivador para a nomeação de municípios alagoanos por meio de nomes de étimo tupi se revelou de fecundidade média. Já a motivação de natureza antropocultural, revelou-se de pouca fecundidade lexical com apenas de 1 (um) registro.

Considerações finais

Os aspectos abordados no presente artigo, envolvendo a toponímia indígena municipal do Estado de Alagoas, mais precisamente os nomes de étimo tupi que designam 23 (vinte e

três) municípios alagoanos, permitem-nos tecer algumas considerações finais.

A partir dos dados aqui levantados, podemos afirmar que houve a presença da língua tupi em nível lexical em todas essas mesorregiões alagoanas, pelo menos no que diz respeito à toponímia municipal do estado. E ainda, seguindo esses mesmos dados, podemos atestar que os fatores de natureza motivacional mais recorrentes no ato de nomear municípios alagoanos por meio de nomes de étimo indígenas foram a vegetação do espaço - representada no léxico pelos fitotopônimos - e a hidrografia - representada no léxico pelos hidrotopônimos - da região a ser nomeada. E ainda, registramos outras características do ambiente natural como a constituição e forma do relevo local. No entanto, apresentam-se menos fecundos como fatores influenciadores e/ou condicionadores no ato de nomeação aqui investigado.

Corroborando com essa afirmação, destacamos ainda que dos 23 (vinte e três) topônimos detectados apenas 1 (um) topônimo apresentou como fonte motivacional a relação existente entre a cultura material e seu denominador (representada no léxico pelos ergotopônimos), ou seja, uma motivação toponímica de ordem antropocultural. (repetido). Daí, concluímos que esses são menos frequentes no léxico toponímico indígena municipal alagoano.

Por fim, ressaltamos que estudo do léxico toponímico consiste em uma área de indagação linguística muito ampla, tornando este trabalho limitado na forma como aborda o assunto proposto, longe do ideal, mas que traduz o esforço deste pesquisador com os problemas atinentes à Toponímia alagoana, deixando para outro momento, perspectivas outras de investigação de maior aprofundamento de análises dos fenômenos toponomásticos. Logo, ficam em aberto possibilidades para inquirições

complementares, tendo em vista que é sempre possível a realização de análises mais exaustivas dos fenômenos linguísticos..

Referências bibliográficas

CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). In.: *Revista USP*. São Paulo, dez./fev. 2002-2003, n.56, p. 172-179.

DAUZAT, A. *Les noms de Lieux: Origene et évolution*. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DICK, M. V. de P. do A. *A motivação toponímica: princípios teóricos e modelos taxenômicos*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo – USP, 1980, 198 p.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo : Edições Arquivo do Estado, 1990.

_____. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FLCH/USP, 1992.

MAEDA, Raimunda Madalena Araujo. *A toponímia Sul-mato-grossense: um estudo dos nomes de fazendas*. Araraquara, SP. Tese de doutorado. Universidade Estadual de São Paulo – USP, 2006, 198 p.

MELO, P. A. G. de. A acrossemia em língua portuguesa contemporânea e o ensino de morfologia lexical. In.: *ECOS*, Cáceres, n. 11, p. 277-286, 2011.

_____. Uma interface línguo-cultural: um estudo onomástico em topônimos da microrregião alagoana do Sertão do São Francisco. In.:

MEMENTO, UNINCOR, Minas Gerais, V. 3, n. 1, jan.-jul. 2012.

NAVARRO, Edurado de Almeida. *Método moderno de Tupi antigo; a língua do Brasil dos primeiros séculos*, 2. ed. Petrópolis : Rio de Janeiro, 1999.

ROSTAING, C. *Les noms de Lieux*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

SOLIS FONSECA, G. *La gente passa, los nombres quedan; Introduccion em la Toponímia*. Lima : Lengua y Sociedad, 1997.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário de Topônimos Brasileiros de Origem Tupi; significado dos nomes geográficos de origem tupi*. Brasil : Traço, 1985.

Artigo enviado em: 11/05/2013

Aceite em: 19/11/2013

Os dois vampiros de Dalton Trevisan: análise de discurso de criador e criatura

p. 50 - 59

Camila Del Tregio Esteves¹

Miguel Sanches Neto²

Resumo

Objetivamos analisar como se dá a presença dos dois personagens vampiros nos textos do contista paranaense Dalton Trevisan, por meio da maneira particular como o autor apresenta a linguagem de cada um dos textos. A principal fonte teórica deste trabalho é o conceito de escritura de Roland Barthes. Percebemos uma unidade bastante significativa no que concerne a linguagem dos contos cujo personagem principal é o vampiro Nelsinho; já a comparação entre a linguagem do conto que traz um vampiro contista como personagem e outros textos assinados pelo autor nos trouxe uma maior variação. Consideramos esta diferença como reflexo dos próprios personagens.

Palavras-chave: Dalton Trevisan; Linguagem; Vampiro.

Abstract

We intent to analyze how the presence of two vampires happens on the texts of the short story writer paranaense Dalton Trevisan, through the peculiar manner that the author presents each text language. This project main theoretical source is the Roland Barthes's concept of scripture. We noticed a significant unit regarding the short stories' language whose main character is the vampire Nelsinho; on the other way the comparison between the short story that brings a writer as a character (the other vampire) and other texts signed by the author brought us a bigger variation. We consider those differences as a reflection from the characters themselves.

Keywords: Dalton Trevisan; Language; Vampire.

Introdução

Elle n'a rien à continuer, cette génération, elle a tout à créer. (Stendhal)

O principal objetivo deste artigo é apresentar as duas representações do vampiro presentes na obra de Dalton Trevisan: o vampiro como personagem de ficção, Nelsinho; e o vampiro como autor, ou seja, o próprio Dalton Trevisan,

que assume a identidade do vampiro. Além de apresentar as duas representações, intentamos demonstrar a maneira pela qual a presença de um vampiro ou do outro altera a linguagem utilizada pelo autor em cada texto.

Abordamos a linguagem como a grande chave dos textos literários modernos – a linguagem que caracteriza e se confunde com o personagem, o personagem que é a sua própria linguagem, ou

¹ Mestranda em Linguagem, Identidade e Subjetividade. Departamento de Letras, Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: camilesteves@gmail.com

² Universidade Estadual de Ponta Grossa.

a apropriação pelo autor de um certo recorte de mundo através da linguagem do personagem. Observamos que utilizamos o termo moderno em referência a textos publicados no século XX.

Há um paralelo estabelecido no meio cultural brasileiro entre o escritor Dalton Trevisan e a figura do vampiro, em decorrência do fato de uma de suas obras mais conhecidas trazer como título “O vampiro de Curitiba”, e, somado a isto, o comportamento usual do autor de evitar entrevistas e aparições públicas, sendo assim equiparado de maneira alusiva, ele mesmo, a tal figura. No entanto, não nos atemos a este viés da questão, mas sim ao trabalho de analisar a presença de dois “vampiros” em sua obra, e a maneira como o autor constrói os textos a fim de que se possa diferenciar estas duas entidades: Nelsinho, o Delicado; e Dalton Trevisan, o escritor, pela linguagem dos respectivos textos.

Os textos analisados são “O vampiro de Curitiba” (Trevisan 1991) e “Quem tem medo de vampiro?” (Trevisan 1994)/ “Quem tem medo de vampiro?” (Trevisan 1997). A revisão dos próprios textos, e posterior publicação de outras versões, é uma característica frequente na obra de Trevisan, e é o que acontece com o segundo conto analisado aqui.

A principal fonte teórica deste trabalho é o conceito de escritura de Roland Barthes. Segundo este autor, há um além da linguagem – além da questão comunicativa ou formal da linguagem. Ele afirma que é na escolha da linguagem a ser utilizada no texto que o autor toma um partido, no sentido de representar uma determinada camada da sociedade, frente a todas as outras (Barthes 1974).

Lembramos que nossa epígrafe também está presente na edição número 18 da Revista Joaquim, veiculada entre 1946 e 1948 e dirigida por Dalton Trevisan.

Desenvolvimento

O termo escritura é apresentado por Barthes (1974) no ensaio “O grau zero da escritura”, e tem por base os conceitos de língua e estilo. Língua considerada como um corpo de prescrições e de hábitos comum a um grupo e a uma época. Ela é horizontal, tem uma extensão comum. E estilo como conjunto de imagens, palavras e ritmos, vinculado diretamente ao corpo e ao passado do escritor, tem a dimensão vertical e solitária do pensamento, é privado (pertence à pessoa, mergulha em sua lembrança pessoal). A escritura seria então o espaço de linguagem posto entre o horizonte da língua e a verticalidade do estilo. Ela tem um duplo referencial: a história e o passado pessoal. A escritura é a identidade formal do escritor, e é isto que nos interessa particularmente neste trabalho. Ela nasce da reflexão do escritor sobre o uso social da forma e sobre suas escolhas. Barthes ainda enfatiza que estas escolhas não se dão no arsenal atemporal das formas literárias (das escolas literárias), mas nas linguagens socialmente ativas (Barthes 1974).

O grande avanço apontado por Barthes em relação à linguagem nas escrituras trata da introdução de aspectos da fala nos textos escritos. Ele aponta que até por volta de 1830, na França, ainda se ignoravam os vários falares da língua francesa. Admitiam-se nos textos alguns termos pitorescos, emprestados das “linguagens inferiores”, como por exemplo, nos romances de Honoré de Balzac. No entanto, estes empréstimos estavam longe de ser uma representação genuína do falar dos personagens apresentados. Barthes lembra que este tipo de escrita não ameaçava a estrutura da escritura nem a ideologia à qual ela estava a serviço (Barthes 1974).

Podemos certamente ampliar o alcance destas ideias de Barthes para um contexto além da

França, visto que a situação dos escritos não era diferente em outros locais, mesmo no Brasil.

Barthes localiza o início desta inserção de aspectos da linguagem falada na literatura na obra de Marcel Proust: “Foi preciso esperar Proust, talvez, para que o escritor confundisse completamente certos homens às suas linguagens...” (Barthes 1974, p. 162). O autor segue explicando a diferença entre o simples empréstimo de vocábulos presente na literatura de outrora e a efetiva apropriação da língua falada, e o efeito que esta apropriação tem na literatura:

Enquanto as criaturas balzaquianas, por exemplo, se reduzem facilmente às relações de força da sociedade da qual formam, por assim dizer, as ligações algébricas, um personagem proustiano, ao contrário, condensa-se na opacidade de uma linguagem particular, e é nesse nível que se integra e se ordena realmente toda a sua situação histórica: sua profissão, sua classe, sua fortuna, sua hereditariedade, sua biologia. Assim, a Literatura começa a conhecer a sociedade como uma Natureza cujos fenômenos poderia talvez reproduzir. Nesses momentos em que o escritor acompanha as linguagens realmente faladas, não mais a título pitoresco, mas como objetos essenciais que esgotam todo o conteúdo da sociedade, a escritura toma como lugar de seus reflexos a fala real dos homens; a literatura não é mais orgulho ou refúgio, começa a tornar-se um ato lúcido de informação, como se devesse primeiro aprender, reproduzindo-o, o pormenor da disparidade social; ela se propõe dar conta imediatamente, antes de qualquer outra mensagem, da situação dos homens murados na língua de sua classe, de sua região, de sua profissão, de sua hereditariedade ou de sua história (Barthes 1974, p. 162-163).

Trata-se de uma contaminação do discurso falado no discurso escrito, no que se refere à grafia, ao léxico e ao fluxo verbal, ainda de acordo com Barthes (Barthes 1974).

Nossa epígrafe, “*Elle n’a rien à continuer, cette génération, elle a tout à créer*”, é a transposição da epígrafe de um texto de Trevisan na revista Joaquim, intitulado “Revista em homenagem a todos os Joaquims do Brasil” (Trevisan 1948, número 18, p. 5). Este texto traz um recorte de outros três artigos do autor, publicados em outros números da revista. Os três artigos mencionados

tratam de críticas feitas por Trevisan a artistas que não teriam trazido nada de novo à arte feita no Paraná. Ele chega a afirmar que a revolução modernista (de 1922) não teria acontecido no estado. A revista tinha este caráter de inovação, de publicar a arte de vanguarda. Com a epígrafe, Trevisan enalteceu os artistas que inovavam, que transpunham paradigmas e traziam algo novo. Nossa intenção ao usá-la aqui é justamente dar relevância a esta nova maneira de explorar a linguagem, presente nos textos estudados, e salientada por Barthes..

Nelsinho, o delicado

Voltemo-nos agora às criaturas de Trevisan, como diria Barthes. O primeiro vampiro que mencionaremos é Nelsinho. O conto em questão (O vampiro de Curitiba) é narrado em primeira pessoa, Nelsinho é o próprio narrador de suas peripécias, o que consideramos facilitar o trabalho de elucidar a identificação entre linguagem e personagem. O conto já se inicia oferecendo ao leitor uma ampla ideia sobre de quem se trata: “Ai, me dá vontade até de morrer. Veja, a boquinha dela está pedindo beijo – beijo de virgem é mordida de bicho-cabeludo” (Trevisan 1991, p. 9). Trata-se de um jovem tarado, que erra pelas ruas de Curitiba em busca de mulheres para satisfazer seus desejos.

Nelsinho aparece na maioria dos contos deste livro, alguns narrados em primeira pessoa por ele mesmo, e outros em terceira pessoa. “O vampiro de Curitiba” abre a obra, e nele o herói (assim Nelsinho é chamado nos contos narrados em terceira pessoa) observa algumas mulheres, se imagina com elas, e se lamenta por elas se mostrarem e ele não poder tocá-las. Ele as deseja, as enaltece, as rebaixa, e as despreza. É presença marcante no conto a oposição e simultaneidade da sexualidade e da religiosidade.

Podemos observar a ambiguidade

sexualidade/religiosidade vivida por Nelsinho manifestada na linguagem do conto através do léxico utilizado. Ao mesmo tempo em que ele utiliza palavras vulgares, chulas, referentes a um universo pornográfico, como por exemplo: “safadinha”, “gozo”, “cornudo” (Trevisan 1991, p. 10); ele também se apropria de palavras e expressões que denotam um vínculo com a vida religiosa: “pecador” (p. 9), “por Deus do céu” (p.10), “cristão” (p.11), “tem piedade Senhor” (p.12), “ó mãe do céu” (p.12). Ainda em conexão com o quesito linguagem vulgar, podemos encontrar na fala de Nelsinho uma série de xingamentos: “desgraçada”, “maldita”, “cadelinha” (p. 10). Estes xingamentos refletem o que mencionamos acima sobre Nelsinho depreciar por vezes as mulheres - não podendo tê-las, ele as rebaixa.

Característica evidente no conto é o uso de aspectos da oralidade, do fluxo oral de encadeamento de ideias, conforme evidenciamos no início do tópico 2 como marca de diferenciação das escrituras modernas em relação ao que fora escrito antes delas. Nota-se que Nelsinho, ao narrar suas histórias ao seu interlocutor, omite diversos vocábulos, exatamente como se estivesse conversando frente a frente com ele. Para que o leitor compreenda o que lê, precisa imaginar o que está lendo como se efetivamente estivesse ouvindo o personagem falar. Por exemplo, Nelsinho diz: “Atropelado por um carro, se a polícia achasse no bolso esta coleção de retratos? Linchado como um tarado, a vergonha da cidade” (p. 12). Percebe-se que algo fora omitido, poderíamos preencher as lacunas a fim de adequar o que está sendo dito à norma padrão da língua escrita, deixando o trecho assim, por exemplo: “Se eu fosse atropelado por um carro, se a polícia achasse no bolso esta coleção de retratos? Eu seria linchado como um tarado, seria a vergonha da cidade”. No entanto, preencher estas lacunas seria tirar do texto seu caráter de oralidade, que é o que o singulariza.

Também há outra característica do empréstimo da língua falada: o uso de interjeições como “ah...” (p.11), “ai...” (p.11), “upa lá lá” (p. 11).

Por fim, outra presença marcante na linguagem de Nelsinho são palavras relacionadas à anatomia humana: carótida, sangue, joelho, coxa, pé, língua, dentes, bracinho, entre outras, denotando a importância do corpo para o personagem. A constância deste tipo de vocábulo cria um efeito de relevância e erotização do corpo, importantes na caracterização do personagem.

No conto seguinte do mesmo livro, “Incidente na loja”, logo no início já nos deparamos com algumas das características assinaladas anteriormente. O narrador (em terceira pessoa) conta que Nelsinho sairia do trabalho para o almoço e talvez se atrasasse, pedindo que um colega justificasse seu atraso ao gerente. O colega pergunta a Nelsinho por que ele mesmo não fala com o gerente, e encontramos como resposta: “O herói mordida o canto da unha e, de instante a instante, sugava uma gota de sangue.

- O bruto me deixa aflito” (Trevisan 1991, p. 15).

Neste pequeno trecho, já chama a atenção o que mencionamos como presença de palavras que remetem ao corpo humano: unha, gota de sangue. Apesar de ser aqui a fala do narrador, ela remete a Nelsinho, o que justifica a manutenção da linguagem utilizada anteriormente – a linguagem segue identificada ao personagem. Na resposta de Nelsinho, também encontramos novamente a coloquialidade e a linguagem chula: “bruto”.

Também há a dualidade sexualidade/religiosidade, como na passagem em que ele, já dentro da loja da moça a quem escolhera atacar, começa sua investida: “Chegando-se por trás, mãos em concha empolgou-lhe o busto.” (Trevisan 1991, p. 19), sendo que segundos antes o personagem havia invocado a Deus se teria de

usar mais força que o previsto para finalizar seu intento, considerando que a moça parecia não entender o que se passava: “...meu Deus, terei de fazer uma carnificina?” (Trevisan 1991, p. 19).

A questão da transposição de elementos do discurso oral para o discurso escrito pode ser observada em toda a obra de Trevisan, assim, no que tange ao personagem Nelsinho, podemos encontrá-la não apenas no conto “O vampiro de Curitiba”, mas em todos os outros. Vejamos outros exemplos:

Em “O herói perdido”, Nelsinho narra a um interlocutor a quem trata por “meu velho”, denotando serem amigos. Ele conta sobre seu envolvimento com Lili, e, em certa altura, diz: “Me olha, a safadinha, se estivesse nu” (Trevisan 1991, p. 68), onde devemos ler “me olha, a safadinha, *como* se estivesse nu”. Vemos aqui a omissão do termo “como”, característica do encadeamento de ideias comum na oralidade.

No conto “A noite da paixão” há uma inversão de papéis: Nelsinho, que antes se apresentava como “predador” frente às mulheres, aqui aparece como a “presa”. Ele sai “à caça” de alguma mulher pelas ruas vazias da sexta-feira santa, e encontra uma prostituta no único local habitado na cidade: a igreja. Esta mulher é quem acaba assumindo o papel de “predadora”. Exemplificamos novamente a oralidade no seu típico encadeamento de ideias: “- Castigo do céu. A noite santa. O amor é proibido.” (Trevisan 1991, p. 102). Aqui Nelsinho oferece à mulher a sua explicação de porque o encontro entre os dois seria pecado naquela noite específica, e que, por isto, ela deveria ter medo. O autor coloca a fala de Nelsinho sem os elementos de ligação entre as frases, apenas encadeado-as uma após a outra. Cabe ao leitor imaginar, por exemplo, que haveria um castigo do céu “porque” a noite era santa.

Neste conto, é importante apontar também que a manifestação da religiosidade de Nelsinho atinge seu ponto máximo, como vemos na frase: “... terei de beber, ó Senhor, deste cálice?” (Trevisan, 1991, p. 102), em que ele interroga à Deus sobre o que fazer.

Notamos, então, que há uma unidade na linguagem textual dos contos em que temos como personagem principal o jovem Nelsinho. Em todos encontramos os elementos da oralidade de maneira marcante, a dualidade sexualidade/religiosidade, as alusões ao corpo humano, e os termos chulos ou depreciativos.

Dalton Trevisan: o escritor

Diferente da narração em “O vampiro de Curitiba”, em “Quem tem medo de vampiro?” temos um narrador em terceira pessoa, que tece diversas críticas à obra de um contista, nomeado apenas como vampiro.

Avesso às falas públicas, Trevisan aderiu ao costume presente na literatura de responder através de seus textos às críticas recebidas por sua obra (vide, por exemplo, o caso de Dostoiévski, que escrevera o conto “Bobók” em resposta às críticas ferrenhas recebidas por seu romance “Os demônios”³). Certamente, observando o teor das críticas presentes no conto, podemos deduzir que o contista em questão pode ser lido como uma referência ao próprio Dalton Trevisan (repetição de temas, de personagens, vocabulário restrito, ritmo das frases, “pornografia”, negação de fotos e entrevistas, “plágio”, etc). Além disso, em decorrência de seu comportamento recluso, o escritor é conhecido como “vampiro de Curitiba”. Neste trabalho, nos atemos à linguagem utilizada neste conto, comparando-a com outros textos assinados por Dalton Trevisan: um texto publicado

3 Sobre a escrita deste conto como resposta às críticas, ver BEZERRA, Paulo. Dostoiévski: Bobók. Tradução e análise do conto/Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. 34, 2005.

na revista “Joaquim”, e duas cartas escritas por ele e publicadas na obra “Desgracida”. Pretendemos, assim, demonstrar como a presença de um personagem contista se reflete na linguagem do conto.

Entre as versões do conto publicadas nas obras “Dinorá” (1994) e “Em busca de Curitiba perdida” (primeira edição em 1992, edição que utilizamos: 1997), há algumas diferenças. Nos referimos à edição de 1992/1997 como versão 1, e à de 1994 como versão 2.

Há inversão da ordem de algumas palavras; supressão de conjunções, como o “e”, substituindo-o por vírgula; acréscimo de “s” ao final de palavras; entre outras pequenas modificações. Mais marcante, temos a substituição de palavras, como na versão 1:

Um *talento* não se lhe pode negar: o da promoção delirante. Com *falsa modéstia*, não quer o *retrato* no jornal – e o jornal sempre a publicá-lo. Nunca deu entrevista – e quantas já foram divulgadas, com fotos e tudo? Negar o retrato ao jornal é uma forma de vaidade, a outra face *diabólica* do cabotino (Trevisan 1997, p. 47, grifo nosso).

E o mesmo trecho na versão 2:

Um *mérito* não se lhe pode negar: o da promoção delirante. *Faz de tímido*, não quer o *rostão* no jornal – e sempre o jornal a publicá-lo. Nunca deu entrevista e quanta já foi divulgada, como fotos e tudo? Negar o retrato é uma *secreta* forma de vaidade, a outra face do cabotino (Trevisan 1994, p. 101, grifo nosso).

Destacamos as palavras modificadas em cada versão, e podemos perceber que elas possuem sutis diferenças semânticas: talento/mérito, falsa modéstia/timidez, rosto/retrato; além da adição de “diabólico” na versão 1, e “secreta” na versão 2. Observando atentamente estas alterações, parece que elas são reflexo de uma tentativa do autor de precisar cada vez mais o que quer dizer.

A alteração mais visível é a inclusão de um parágrafo inteiro na versão 2:

Pretende, falsa modéstia, ser o último dos contistas menores – e não é que tem razão? Aliás, nem contista. Nas frases mutiladas e estripadas, um simples cronista de fatos policiais. Nele não há postura ética ou moral. Nem simpatia e amor pelo semelhante. Só e sempre os tipos superficiais de dramalhão, fantoches vazios, replicantes sem alma. Vítimas e carrascos no circo de crueldade, cinismo, obsessão do sexo, violência, sangue – e onde o único toque de humor? Iconoclasta ou alienado, abomina o social e o político. Daí as caricaturas desumanas, os velhinhos pedófilos, museu de monstros morais, como reconhecer num deles o teu duplo e irmão? (Trevisan 1994, p. 101).

O parágrafo soma ao texto outras críticas recebidas pelo autor, que não estavam tão enfatizadas na versão anterior.

No penúltimo parágrafo da versão 1 aparece uma expressão bastante típica da obra de Trevisan, que não aparece na versão 2: “ai desgracido”, referindo-se ao vampiro contista. Este adjetivo é um neologismo de Trevisan, e pode ser encontrado em inúmeros textos do autor, tanto no gênero masculino como no feminino. Inclusive, é o título de um livro que abordaremos mais adiante: “Desgracida”.

Finalizando nossa comparação entre as duas versões, temos mais uma troca de palavras no último parágrafo. Onde na versão 1 se lê “secreta mesa de bar” (TREVISAN, 1997, p. 47), na versão 2 encontramos “santuário do bar” (Trevisan 1994, p. 102). Ainda, na versão 1 consta “nossa gente humilde”, onde na 2 está “velhas, viúvas e órfãs”. Tais modificações parecem também ser reflexos da tentativa do autor de cada vez apresentar maior precisão naquilo que quer dizer, como mencionamos acima.

Em relação à linguagem utilizada no conto (agora nos referindo às duas versões conjuntamente), percebemos uma grafia muito mais preocupada com as normas do discurso escrito. Não há a presença tão marcante do discurso oral, principalmente no que se refere ao encadeamento das idéias. A construção das frases, muitas vezes, se dá de maneira invertida,

mas seguindo a norma da língua escrita. Quer dizer, na maioria das vezes não encontramos a construção tradicional, com a ordem direta dos elementos da oração: sujeito seguido do predicado e complementos, mas todos os elementos constituintes da oração estão presentes, de maneira invertida – a chamada ordem inversa. Trata-se de uma questão de estilo do autor. Por exemplo: “Há de que anos escreve ele o mesmo conto?”, ou “Mais de oitenta palavras não tem o seu pobre vocabulário” (Trevisan 1997, p. 46).

Considerando o léxico do conto, temos uma certa erudição ou utilização de vocábulos pouco usuais junto aos termos mais coloquiais. Por exemplo, o uso do termo “bispote”, para dizer que os contos do vampiro são como penicos fabricados em série, todos iguais e cheios de “excrementos”. Ou o termo “pasticho” (do francês *pastiche* - segundo o Larousse: “1. Imitação das características de um estilo visando à sua reprodução exata. 2. Imitação grosseira de obra literária ou artística” (Larousse 2007, p. 769)), apontando que os contos seriam todos cópias mal feitas de obras de outros. Ainda, adjetivos como: “desvanecida”, “fúlgidos”, “pérfido”.

Encontramos também diversos termos depreciativos, alguns utilizando como metáfora a figura de animais: “peru bêbado”, “barata leprosa”, “rato piolhento”, “corruíra nanica” (Trevisan 1997, p. 46).

No livro “Desgracida” (Trevisan 2010), em sua segunda parte, denominada “Mal traçadas linhas”, o autor apresenta uma série de 11 cartas datadas de 1963 a 1990, mais 3 cartas sem data definida nem destinatário nomeado. Ele as apresenta em forma de conto, como se fossem ficção, no entanto, vemos ali a presença marcante do próprio Trevisan, com seu estilo de escrita, suas críticas, suas preferências literárias, suas polêmicas.

Otto Lara Resende (1922-1992), jornalista,

escritor, e amigo de Trevisan, é o maior destinatário destas cartas. Em uma delas, com data de 5 de outubro de 1989, Trevisan tece críticas negativas à obra “O General em Seu Labirinto”, romance do colombiano Gabriel García Márquez sobre o general Simón Bolívar.

Na segunda linha da carta, já encontramos o substantivo “alumbramento”, denunciando que aqui também encontraremos os termos mais eruditos, conforme constatamos no “Quem tem medo de vampiro?”. Alumbramento, segundo o Larousse, é um “engano do espírito ou da mente; ilusão” (Larousse 2007, p. 75). Trevisan se pergunta se teria, ao não gostar do “O General em Seu Labirinto”, se equivocado ou iludido com as obras “Cem anos” e “Crônica” (considerando o sentido expresso no dicionário), respectivamente: “Cem anos de solidão” e “Crônica de uma morte anunciada”, consideradas pela crítica, pelo público, e, aparentemente, por Trevisan, como grandes obras. A crítica de Trevisan se centra na ideia de que se trata de um romance muito bem escrito, mas que não teria nada a dizer. Mas, lembramos que a utilização do termo “alumbramento” denota, principalmente, o conhecimento e admiração que Trevisan possui em relação à obra de Manuel Bandeira, considerando que se trata de uma palavra importante na obra deste último, sendo inclusive o título de um poema seu (“Alumbramento”, 1913).

Segundo Arrigucci (1990), alumbramento, na obra de Bandeira, tem um sentido de “súbita iluminação”. Na obra banderiana “Itinerário de Pasárgada”, encontramos o que pode ser entendido como o relato de uma experiência poética. Bandeira relata sua experiência pessoal, sua relação com a poesia, e mostra como se dá o seu fazer poético. Neste contexto, o termo alumbramento é de fundamental importância. Arrigucci conclui:

O alumbramento seria, portanto, uma espécie de *epifania*, forma de manifestação do sagrado, que faria do poeta o ser *maniaco*, possuído pelo furor das musas, “loucura” momentânea, de origem divina, como se observa na concepção platônica da inspiração poética, cujos ecos atravessaram, como se sabe, os séculos, ressurgindo, com variantes e modulações, até em nossos dias. Mas, em Bandeira, conforme se pode notar pelo *Itinerário de Pasárgada* e pelo emprego do termo “alumbramento” nos poemas, a noção é essencialmente profana, ligando-se diretamente a uma raiz material no corpo e no desejo e identificando-se com a visão erótica, frequentemente siderada pela nudez do corpo feminino [...] (Arrigucci 1990, p. 133).

Notamos que, ao tomar em consideração esta referência a Bandeira, a utilização do termo na carta de Trevisan adquire um sentido muito mais amplo e significativo.

Ao lado destes termos mais pomposos, encontramos também marcas evidentes da oralidade: “A nós, a mim que me diz esse lamentável general, heroico lá *pras peruas* dele?” (Trevisan 2010, p. 199, grifo nosso). Este “pras” é a junção de “para” e “as”, da maneira como falamos informalmente.

Nesta mesma frase, encontramos ainda a ordem inversa dos termos da oração, e o termo pejorativo “peruas”, referindo-se, provavelmente, às mulheres, através da metáfora animal, mas ampliando o insulto a todo o contexto em que se passa a história do general. Todas estas características já foram observadas nos outros textos analisados. Segue também a sequência de xingamentos, relacionados ao personagem do general: “patético generalíssimo”, “sindicó pimpão”, “ditador de opereta bufa, sanguinário e mitômano” (Trevisan 2010, p. 201).

Comentaremos também uma carta direcionada a Pedro Nava (1903-1984), médico, escritor e também amigo de Trevisan. Em carta datada de 19 de agosto de 1976, o autor elabora grandiosos elogios às memórias escritas pelo colega, a quem chama “Meu caro Nava” (Trevisan 2010, p. 195).

Não faltam, nesta missiva, as conhecidas expressões pomposas: “alumbramento”, “pororoca de gênio indomável”, “grandíssimo”, “altíssimos brados líricos às margens plácidas do Ipiranga” (Trevisan 2010, p. 195-197). Bem como o tão característico estilo: “E que de graças de linguagem, que achados de anacolutos, que sabença do bicho tão pequeno. E a palavra única, lindamente porca, soprada na orelha certa” (Trevisan 2010, p. 195-196). Estilo que mistura o popular e o padrão, o belo e o feio, o elogioso e o depreciativo.

Da revista Joaquim, na qual Trevisan assina diversos textos críticos, além de contos inéditos na época, selecionamos o seguinte para análise: “Emiliano, poeta medíocre” (Trevisan 1946, número 2, p. 16-17).

Neste texto, Trevisan nega o estatus de Emiliano Pernetta como o grande poeta simbolista paranaense. Ele afirma que a poesia de Pernetta era completamente desvinculada da realidade, e que tampouco tinha algum mérito em si mesma. Afirma ainda que o poeta apenas importou características do simbolismo vivido na Europa, que de nada serviam às condições de vida na província (Trevisan 1946, número 2, p.16-17).

Aqui encontramos uma linguagem mais sisuda, séria, mas, há que se lembrar que se trata de um texto de crítica literária, portanto, era de se esperar uma linguagem um tanto diferente dos outros textos analisados, que se incluem em outros gêneros – contos e cartas. Além disto, devemos também considerar que se trata de um texto com uma distância temporal em relação aos outros – lembramos que na década de 40 do século passado, ainda encontrávamos uma formalidade bastante grande nos textos escritos em língua portuguesa. Por fim, também lembramos que então Trevisan ainda era um autor iniciante, talvez inseguro nas experimentações linguísticas. Ainda assim, não deixamos de localizar semelhanças, “marcas” da

escritura de Dalton Trevisan.

Por exemplo, as metáforas inesperadas para a caracterização das coisas: “Ele fez uma poesia de *casinha de chocolate*, desligada da vida...” (Trevisan 1946, número 2, p.16 – grifo nosso). Como as que vimos anteriormente com a utilização da figura dos animais para depreciar pessoas. Aqui ele se apropria destas imagens para depreciar a poesia de Pernetá: “... a parnasiana, em tudo que fez – e fez o mais que pode – dista tanto de Bilac ou mesmo de Emílio de Menezes, quanto o *canto do vira-bosta dista do canto do sabiã*” (Trevisan 1946, número 2, p.16 – grifo nosso).

Não faltam também os termos eruditos ao lado dos chulos ou coloquiais: “... ele situa-se nos *antípodas* da verdadeira poesia, e cujos versos *chinfrins* não nos podem aproximar do coração selvagem da vida, apenas dela nos afastam...” (Trevisan 1946, número 2, p.17 – grifo nosso).

Considerações Finais

Percebemos uma unidade bastante significativa no que concerne à linguagem dos contos cujo personagem principal é Nelsinho. Já a comparação entre a linguagem do conto que alude a um vampiro, uma referência ao próprio Trevisan, e outros textos assinados pelo autor, nos trouxe uma maior variação.

Por um lado, os contos sobre o jovem tarado são bastante parecidos entre si, e sua linguagem é efetivamente o reflexo deste jovem, principalmente quando consideramos a presença unânime das partes do corpo no discurso.

Por outro lado, os textos não ficcionais de Dalton Trevisan e o conto que alude ao vampiro como um contista apresentam uma série de características de linguagem comum a todos, mas também outras que não podem ser consideradas uma constante. Por exemplo, a simultaneidade dos termos eruditos e coloquiais se verifica em todos

os textos. Já o que podemos chamar de “tom” do discurso é diferente em cada um deles: no conto, o que predomina é o tom irônico; nas cartas, temos uma forte nuance de intimidade e afeto; por fim, no texto da Joaquim, temos um peso grande na seriedade, na argumentação.

A questão da apropriação do discurso oral pelo discurso escrito está presente em todos os textos analisados, entretanto, há que se notar, que ela é muito mais contundente e ampla nos contos sobre Nelsinho. Nos outros textos, ela sempre aparece, mas não pode ser considerada como dominante. Os textos do tópico 2.2 possuem uma preocupação de adequação às normas escritas da língua que não existe nos contos do tópico 2.1.

Consideramos que esta observação está de acordo com o que mencionamos na introdução deste trabalho sobre a linguagem como fator que caracteriza e se confunde com o personagem, o personagem que é a própria linguagem, pois podemos dizer que se trata da questão “criador/criatura”, de certa maneira. Nelsinho é criatura, ele participa do mundo ficcional criado pelo autor, enquanto o segundo personagem vampiro pode ser visto, ao mesmo tempo, como criador e criatura, uma vez que se trata de um personagem que escreve contos, e que pode ser visto como uma referência ao próprio Trevisan, o autor empírico. Nelsinho é um personagem “do povo”, e sua linguagem não poderia ser outra. O outro personagem é escritor, a linguagem de seus textos reflete uma óbvia intimidade maior com as suas nuances.

Nelsinho pode ser considerado como um personagem tipo, um estereótipo, como a maioria dos personagens de Trevisan. Como ele mesmo, também sua linguagem é previsível e constante – trata-se de uma personagem plana. Apesar da dualidade evidente em sua personalidade, conforme vimos nos contos analisados, sua complexidade é limitada, ela não passa, e dificilmente passaria,

dos limites do conto. Um personagem com uma profundidade psíquica muito contundente, com diversas facetas e gradações de pensamentos e sentimentos, não é muito comum na forma do conto. Este gênero literário trata de recortes da realidade, de pequenos momentos.

Além disso, temos de considerar que a tão criticada opção de Trevisan por personagens vazios que se repetem à exaustão em sua obra - sempre o mesmo “João”, a mesma “Maria”, etc. - é entendida como proposital, e tem por objetivo apresentar personagens que realmente não têm uma identidade, que estão à procura dela.

Já o outro vampiro, que consideramos uma alusão ao Dalton Trevisan, é um personagem mais complexo, visto representar alguém que existe efetivamente. Há características mais complexas, pois não se trata de um personagem tipo como Nelsinho ou outros personagens de Trevisan. Ainda que se considere o que expomos sobre os limites do conto, neste caso, o autor pode ter o auxílio do leitor na construção do personagem, uma vez que o público conhece a figura de Trevisan, tem informações *a priori* sobre ele. O conto não precisa falar tudo sobre o personagem, o leitor o constrói juntando o que já conhece com o que encontra no conto.

Referências Bibliográficas

ARRIGUCCI JUNIOR, D. *Humildade, paixão e morte: a poesia de Manuel Bandeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BARTHES, R. *Novos ensaios críticos/O grau zero da escritura*. São Paulo: Editora Cultrix LTDA, 1974.

Joaquim – número 2. Curitiba: abril de 1946 a dezembro de 1948. Reedição fac-similar – Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

LAROUSSE. *Dicionário enciclopédico ilustrado*

Larousse. São Paulo: Larousse do Brasil, 2007.

TREVISAN, D. *O vampiro de Curitiba*. Rio de Janeiro: Record, 1991.

_____. *Dinorá*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

_____. *Em busca de Curitiba perdida*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. *Desgracida*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Artigo enviado em: 13/04/2013

Aceite em: 12/11/2013

O Uso de Expressões Latinas como Elementos de Ornamentação na Linguagem Publicitária Escrita no Português Contemporâneo

p. 60 -71

Pedro Antonio Gomes Melo¹

Resumo

A Língua Latina ainda corresponde uma fonte de alta produtividade lexical para o português contemporâneo, sua presença efetiva em texto publicitário atual demonstra que, pelo menos em nível lexical, o Latim não se encontra morto, mas sim vivo, fazendo parte da vida diária dos falantes/ouvintes do Português Brasileiro no século XXI. Sob essa perspectiva, o presente estudo se insere no domínio do léxico, respaldada teoricamente pela Linguística - em particular no âmbito da morfologia lexical - e pela Lexicologia. Neste artigo, objetivou-se atestar a presença de latinismos na função de ornamentação no léxico publicitário e, ainda, apresentar uma descrição dos mecanismos lexicais - estrutura e formação - mais recorrentes na constituição dessas palavras e/ou expressões linguísticas de étimo latino.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Latim; Léxico; Formação de Palavras

Abstract

The Latin language still matches a source of high lexical production for the Portuguese contemporary, its effective presence in current advertising text demonstrates that, at least in the lexical level, the Latin is not dead, but alive, part of the daily life of the speakers / Brazilian Portuguese listeners in the XXI century. From this perspective, this study falls within the domain of the lexicon, theoretically backed by Linguistics - particularly in the context of lexical morphology - and the Lexicology. This paper aimed to certify the presence of Latinisms ornamental function in the advertising lexicon, and also provide a description of lexical mechanisms - structure and training - more applicants in the constitution of these words and / or linguistic expressions Latin root

Keywords: Portuguese; Latin; Lexicon; Word Formation

Introdução

A Língua Latina corresponde uma fonte de alta produtividade lexical para o português contemporâneo e sua presença efetiva com os latinismos no léxico do português atual demonstra que, pelo menos em nível lexical, o Latim não se encontra morto, mas sim, vivo fazendo parte da vida diária dos falantes/ouvintes do Português Brasileiro.

Daí, este trabalho propõe investigar o

uso de latinismos na linguagem publicitária, em particular em textos comerciais escritos em Língua Portuguesa, na sua variedade brasileira, relativos a diversos produtos que circulam em supermercados.

O estudo aqui apresentado está incluso no domínio lexical e tem como base teórica a Linguística, mas especificamente a Lexicologia. Uma vez que “o objeto de estudo da Linguística é a própria linguagem humana, em todas as suas variações e a Lexicologia tem como objetivo básico

¹ Professor assistente do departamento de Letras da UNEAL, campus III. Especialista em língua portuguesa e mestre em Letras pela UFAL. E-mail: petrus2007@ibest.com.br

o estudo e a análise das palavras, sua categorização e a estruturação do léxico”. (BIDERMAN, 2001, p. 16).

Advogamos a ideia de que os latinismos mostra-nos que o passado não desvanece na língua contemporânea. Com efeito, compreendemos que essas unidades lexicais de étimo latino são usadas, também nos dias de hoje na função de ornamentação de textos comerciais no léxico publicitário.

Por ornamentação entendemos a utilização de recursos expressivos como formas latinas originais e/ou adaptadas utilizadas em textos comerciais visando principalmente a embelezá-los.

É relevante observarmos que, na medida em que o Latim continua fornecendo um repertório de bases para muitos campos semânticos, não apenas culturais e técnico-científicos, mas também para o léxico publicitário do vernáculo português no mundo do século XXI. Se faz mister um olhar especial para esse conhecimento linguístico dentro dos estudos da Língua Portuguesa moderna, visando ao reconhecimento do uso do Latim na língua comum, em textos de diversos gêneros que circulam em estabelecimentos comerciais.

E ainda, não podemos nos esquecer de que o Brasil é um país linguisticamente românico, uma vez que está incluso na România em sua concepção moderna, isto é, “onde se fala atualmente uma língua românica, incluindo-se as respectivas literaturas e a cultura de seus povos”. (BASSETO, 2005, p. 178-9).

Segundo Silva & Montagner (2009, p. 7):

[...] no momento, está em curso um vivaz debate sobre a posição da língua latina em nossa cultura e do papel do ensino das línguas e literaturas clássicas na formação das novas gerações, o que, no Brasil, bem o sabemos, está tão desprestigiado.

A nosso ver, é inquestionável que o estudo do Latim viabiliza a compreensão

de numerosas indagações linguísticas que se referem ao conhecimento das línguas românicas, podendo fornecer explicações para fenômenos aparentemente inexplicáveis do português. Porém, não é apenas isso, ele pode, sobretudo, ajudar a desenvolver no aluno o raciocínio lógico, a concentração, o poder de análise, entre outras competências e habilidades.

Lima (1995, p. 24) nos explica que o estudo do Latim serve “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania [...]”. E Almeida (2008, p. 10) assinala que dentre todas as disciplinas:

É a que mais favorece o hábito da análise, o espírito de observação e de raciocínio [...] dar independência de pensamento ao aluno, fazendo com que ele per si progrida, [...] capacitando-o a ir além da simples letra do texto, do simples conteúdo de um livro, incentivando-o, animando-o. No fazer do estudante de hoje o cidadão de amanhã está o trabalho educacional do professor.

Finalizamos essas considerações preliminares, destacando que a partir de estudos lexicais podemos compreender melhor as transformações de um povo, pois o léxico consiste no somatório de experiências sócio-histórico-culturais de uma dada sociedade e de sua evolução. E ainda, ressaltando que a pouca produção e divulgação de textos relacionados ao tema em voga favorece ao não reconhecimento da presença latina no uso do Português.

A língua portuguesa do Brasil como variante do latim: ruptura ou tradição

Iniciaremos esta seção com as palavras do filólogo Silva Neto por representarem, de forma bastante pertinente, nossa posição em relação à compreensão do Latim como língua morta. Segundo o referido autor:

É preciso lembrar que a língua viva é um rio que nunca deixou de correr e fluir, embora,

a partir de certa época, se lhe houvesse justaposto uma camada de gelo. Quem, desprevenidamente, olhar a superfície pensará que a corrente já não existe e se estagnou. Pura ilusão, porém; sob o bloco de gelo, a nascente continua a fluir, seguindo as ondulações do terreno. (SILVA NETO, 1977, p. 54).

O Latim era a língua falada no Lácio (*Latium*), região da Itália central, onde, em meados do século VIII a. c., foi fundada a cidade de Roma. Havia um estreito parentesco entre o Latim e dois outros idiomas falados, antigamente na Península Itálica; O Osco, língua do Sárnio (*Samnium*) e da Campânia (*campania*), e o Umbro, semelhança entre esses três idiomas fez supor a existência de uma língua única, a qual se convencionou denominar Itálico e que teria dado origem a eles.

Na contemporaneidade, a Língua Portuguesa do Brasil, com suas influências linguísticas internas e externas, corresponde a uma variante da Língua Latina. Com efeito, entendemos que o Português e o Latim não são dois sistemas linguísticos totalmente diferentes, este como língua morta e aquele como língua viva, mas dois aspectos historicamente distintos de uma mesma língua, isto é, o idioma latino não se encontra morto, mas presente e ativo no vernáculo Português do século atual, sobretudo no léxico.

Sob esse ponto de vista, a compreensão do Latim como uma língua morta favorece para que o estudante luso-fônico de Letras não se reconheça como um falante nativo românico, tão pouco para que ele identifique a presença da Língua Latina em seu português contemporâneo, nem mesmo em nível lexical.

Dessa maneira, reforçando a ideia de que o idioma dos romanos está morto, logo não havendo a necessidade da disciplina de Língua Latina no Curso de Letras, muito menos de seu estudo pormenorizado, contribuindo para uma desmotivação dos discentes em relação aos

estudos românicos clássicos, inclusive motivando para que eles “não procurem desenvolver estudos e/ou pesquisas na área de língua latina”. (MELO, 2008, p. 34).

Reconhecemos que o Português hodierno apresenta diferenças em vários níveis em relação ao Latim. Esta diversidade linguística registrada no Português do século XXI pode ser interpretada como um indicativo do novo na língua.

Por exemplo, o aparecimento de novas realidades, geralmente, propicia e, às vezes, até obriga a criação de neologismos. Entretanto, para que esta dinâmica lexical aconteça, não basta apenas a criatividade linguística, torna-se necessário levar em consideração certas normas do sistema da língua para compor os vários segmentos que formam a estrutura da nova palavra. Caso contrário, tornar-se-ia impossível decodificá-la no sistema.

Vale lembrarmos que a presença dessa dinâmica lexical não significa que o Português é outra língua em relação ao Latim, mas um estágio diferente, em constante transformação, visto que essas normas e regras de criação lexical hodierna são as mesmas de formação das palavras em Latim até a sua derivação portuguesa, normalmente, por meio dos processos de derivação e de composição, como também, por transformações fonéticas ao longo dos anos denominadas de metaplasmos.

No dizer de Melo (2011, p. 97):

Essa dinâmica é uma característica necessária a todas as línguas e poucos se dão conta dessa evolução, porque é feita de modo inconsciente e coletivo. No entanto, o aparecimento de novos termos e significados é fácil de ser constatado, sobretudo nos meios de comunicação.

Na verdade, não temos uma ruptura, mas sim uma tradição linguística, uma vez que o idioma dos romanos sobrevive nas atuais línguas românicas como antecedente imediato dessas línguas, sua dinâmica lexical se apresenta como

um fenômeno linguístico de caráter universal, já que todas as línguas vivas estão em constante transformação e evolução. Isso ocorre de maneira lenta e gradual que geralmente passa despercebida ao falante/leitor. Com efeito, a Língua Latina faz parte do nosso dia-a-dia, constituindo, também, o nosso vernáculo, transformado e atualizado.

Torna-se pertinente enfatizarmos que os falantes de língua Portuguesa do Brasil da época do descobrimento não usavam exatamente o português arcaico - princípios do século XIII (1214) até a primeira metade século XVI - como também, os usuários do século atual não usam o português do século XVI, mas sim, uma língua atualizada no tempo e no espaço pelas necessidades lexicais existente na sociedade moderna. Todavia, todos esses falantes se utilizam de um mesmo sistema linguístico de origem românica.

O acervo lexical da língua portuguesa: os latinismos

Câmara Júnior (1986, 154) ensina-nos que latinismos são “formas e construções de origem latina que não se adaptaram ao gênio da língua portuguesa”. Sob essa perspectiva, compreendemos latinismos como quaisquer formas e/ou expressões de étimo latino que não foram modeladas à arquitetura da língua portuguesa contemporânea, ou seja, não ocorreu uma adaptação ao paradigma evoluído do latim vulgar ao Português do Brasil.

É importante dizermos que os vocábulos provenientes do latim clássico usado na modalidade culta da língua representam os eruditismos ou cultismos, e não foram considerados neste estudo como latinismos. Na verdade, buscamos atestar o caráter prático dessa língua fora do viés acadêmico que caracteriza sua recorrência, como também, procuramos constatar a presença de aspectos linguísticos latinos no mundo contemporâneo,

uma vez que nosso vernáculo representa o estado atual do Latim vulgar passado por inúmeras transformações, por isso não é de estranhar que a língua dos romanos constitua o substrato do nosso idioma.

A presença de latinismos em nosso cotidiano pode representar um indício de que o latim não se encontra completamente morto, como afirmam alguns e sim atualizado e/ou adaptado à língua do século atual.

Ressaltamos que não consideramos os latinismos como empréstimos cultos, como também não serão atribuídos caráter de prestígio a essas formas românicas, pelo contrário, eles foram registrados na Língua Portuguesa do Brasil usada para nomear referentes do dia-a-dia no uso do português em situações diversas. Esse sistema linguístico que pelas condições de colonização, apresenta, além da contribuição latina, uma forte influência dos substratos indígenas e dos falares africanos, justamente no campo lexical, pelas necessidades comunicativas surgidas nas sociedades modernas (Cf. CARVALHO, 2009).

A formação lexical do Português

Os processos de formação lexical consistem nos mecanismos pelos quais as palavras podem ser formadas e/ou criadas em uma dada língua. Esses processos atuam em nível fonológico, morfossintático e semântico. A formação de palavras consiste, basicamente, na combinação de morfemas, radicais e afixos, possibilitando, assim, que o número de palavras de uma língua seja maior que o acervo de elementos.

Os processos mais gerais em português são: a derivação e composição:

A derivação consiste no mecanismo pelo qual a unidade léxica é formada a partir da anexação de afixos a uma base autônoma. Basilio (2007, p. 28) explica-nos que esses elementos linguísticos

“apresentam funções sintático-semânticas definidas: essas funções delimitam os possíveis usos e significados das palavras a serem formadas pelos diferentes processos de derivação”.

O processo de formação derivacional subdivide-se em prefixal, sufixal, parassintética e regressiva. Porém, na tradição gramatical, acrescenta-se como processo de formação derivacional a conversão, denominada como derivação imprópria. No entanto, a conversão é um processo com características próprias, pois não há anexação de afixos à nova palavra formada, nem há redução de elementos em sua formação morfológica, a novo item lexical é formado pela recategorização, isto é, pela mudança de sua classe gramatical.

Na derivação regressiva, a nova unidade lexical é formada pela redução da palavra primitiva. Em outros termos, ocorre o fenômeno da derivação regressiva, quando a criação da palavra deve-se à supressão de um elemento considerado de caráter sufixal. Esse processo torna-se importante na formação de substantivos derivados de verbos que são chamados de deverbais e são sempre abstratos. Esse procedimento de formação de lexical se opõe às derivações prefixal e sufixal que são progressivas, pelo fato de haver redução de uma palavra já existente. Faz-se mediante supressão de elementos terminais (sufixos ou desinências).

A derivação parassintética ocorre quando a palavra nova é obtida por acréscimo de afixos (prefixo e sufixo) ao mesmo tempo a uma base, de forma que a exclusão de um ou de outro morfema derivacional resulta numa formação lexical inaceitável na Língua Portuguesa. Para Zanotto, (1996, p. 38), ambos os afixos “são co-responsáveis pela nova acepção que se introduz”. Portanto, o que distingue a derivação parassintética dos outros processos derivacionais é o fato de o acréscimo dos afixos ser simultâneo.

No caso de formação lexical por

composição, o novo item lexical é formado a partir da junção de mais de uma base autônoma para obtenção de uma nova palavra. Enquanto, na derivação, o processo de formação envolve afixos, que são elementos fixos, na composição, ao contrário, o procedimento de formar palavras envolve a união de uma base à outra.

O que caracteriza e define a função do processo de composição é a sua estrutura, de tal maneira que, das bases que se juntam para formar uma palavra, cada uma tem seu papel definido pela estrutura, isso é, além de unidade de significação existe mais de uma base. Na Língua Portuguesa do Brasil, podemos distinguir duas formas de composição: a justaposição e a aglutinação. Segundo Kehdi (2006, p. 43), vale destacarmos que “a estrutura dos compostos é sintática, diferentemente do que ocorre nos casos de derivação”.

Na formação dos compostos por justaposição, não há alteração gráfica, perda linguística nas bases que se unem para formar a nova palavra. Nas palavras compostas por justaposição, os termos associados conservam a sua individualidade. Já na formação dos compostos por aglutinação há perda linguística nas bases (ou em uma das bases) que formam o novo vocábulo. Conforme Carvalho (1983, p. 109), o processo lexical de composição por justaposição “também é chamado de composição perfeita. Na aglutinação, o vocábulo composto fica subordinado a uma única acentuação tônica, ordinariamente a do último vocábulo”.

No corpus deste estudo, o processo de formação por composição se apresentou bastante fecundo na constituição dos latinismos compostos aqui registrados como será demonstrado nas análises.

Além dos processos de formação de palavras mais gerais (composição e derivação) na função de formá-las, há outros mecanismos lexicais

menos gerais, mas que também contribuem para o enriquecimento e/ou ampliação do acervo lexical da Língua Portuguesa, a saber: a abreviação vocabular, a acrossemia, as formações onomatopaicas e o redobro. No entanto, não foram registrados latinismos oriundos desses mecanismos de formação lexical nos textos comerciais aqui analisados.

Análise e resultados

Doravante serão apresentadas as análises linguísticas, a partir de uma abordagem sincrônica dos 20 (vinte) latinismos selecionados no corpus desta pesquisa. Todos contextualizados nos textos comerciais registrados. Apresentaremos também as imagens dos produtos em virtude da linguagem publicitária ser uma mistura de imagens com palavras que tenta vender um produto, convencendo o consumidor de sua eficiência.

Usamos como critérios para organização e apresentação dos latinismos os processos de formação lexical que, como nos explica Melo (2012, p. 80), “atuam em nível fonológico, morfossintático e semântico”. Os valores semânticos em latim dos vocábulos aqui apresentados foram retirados dos dicionários bilíngues de Silva & Montagner (2009), Bussarelo (2007), Faria (1996) e Ferreira (1983).

Em relação à estrutura formal, agrupamos em 4 (quatro) grupos, a saber: 1) os latinismos simples de uso direto, isto é, formas latinas registradas no Português do Brasil sem alteração formal em seus significantes; 2) latinismos simples com alteração formal em seus significantes; 3) os latinismos vernáculos compostos exclusivamente de bases latinas e 4) os latinismos formados por composições híbridas, isto é, apresentam bases lexicais de sistemas linguísticos distintos na formação de seus constituintes.

3.1. Latinismos simples de uso direto

(01) Lux



Em português, registramos esse latinismo nomeando uma marca de um cosmético (sabonete) bastante conhecida no mercado brasileiro. Vocábulo latino proveniente de: *lūx*, *lūcis*, subst. f. – Luz, claridade. Apresenta-se no caso nominativo.

(02) Ala



Em português, registramos esse latinismo nomeando uma marca de material de limpeza (sabão em pó). Vocábulo latino proveniente de: *āla*, - a, subs. f. significa parte de articulação da asa ou do braço, *Asa* (de *ave* ou de qualquer ser alado). Apresenta-se no caso nominativo.

(03) Minerva



Em português, registramos esse latinismo nomeando uma marca de material de limpeza (sabão em pó). Vocábulo latino proveniente de: *minērvā*, ae, subs., subs. f. deusa latina como a *Atena* dos gregos. É a filha da *Dileta* de *júpiter*, protetora do comércio e da indústria, deusa da

razão e da inteligência. Apresenta-se no caso nominativo.

(04) Primus



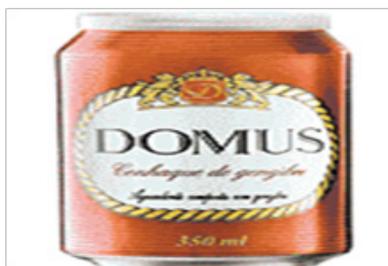
Em português, registramos esse latinismo nomeando uma marca de cerveja. Vocábulo latino proveniente de: primus, num., ord. Esse latinismo apresenta recategorização, ou seja, passa da classe numeral para classe de substantivo.

(05) Fructus



Em português, registramos esse latinismo nomeando uma marca de bebida (suco). Vocábulo latino proveniente de: fructus, m. significa; colheita dos produtos da terra ou frutos. Apresenta-se no caso nominativo.

(06) Domus



Em português, registramos esse latinismo nomeando uma marca de bebida (conhaque), Vocábulo latino proveniente de: domus, -us, subst. f. casa, domicílio, morada. Apresenta-se no caso nominativo.

(07) corpus



Em português, registramos esse latinismo nomeando uma marca de bebida do tipo láctea. Vocábulo latino proveniente de: corpus, oris, subst. n. corpo, substância. Apresenta-se no caso nominativo.

(08) Liber



Em português, registramos esse latinismo nomeando uma marca de bebida (cerveja). Vocábulo latino proveniente de: liber, era, erum. adj. Livre, independente, isento. Apresenta-se no caso nominativo. Esse latinismo apresenta recategorização, ou seja, passa da classe de adjetivo para classe de substantivo.

(09) Optimum



Em português, registramos esse latinismo nomeando uma marca de cera líquida. Vocábulo latino proveniente de: optimus, a, um, adj. superl. de bonus. 2ª declinação (nom., ac. ou voc. no sing.): o melhor. Esse latinismo, também apresentou

recategorização gramatical, isto é, adjetivo em latim, todavia substantivo em português. Em virtude de nomear um produto comercial.

(10) Nivea



Em português, registramos esse latinismo nomeando uma marca de cosméticos (creme facial). Vocábulo latino proveniente de: nivēus, -a, -um, adj. De cor branca como a neve. Esse latinismo apresenta recategorização passa da classe de adjetivo para classe de substantivo.

Interessante percebermos que no tocante à questão semântico-pragmática, podemos pensar que esse latinismo está ligado ao produto de beleza que significa de cor branca como a neve, o que demonstra a motivação para sua escolha, ou seja, associa-se a noção de pele bela corresponde à cor branca, alva, atribuindo um julgamento de valor racial.

(11) Intimus



Em português, registramos esse latinismo nomeando uma marca de absorventes higiênicos. Vocábulo latino proveniente de: intīmus, a, um, adj. 2ª declinação (nom. sing.): íntimo. Esse latinismo apresenta recategorização passa da classe de adjetivo para classe de substantivo.

3.2. Latinismos simples com alteração formal

(12) Phebo



Em português, registramos esse latinismo nomeando uma marca de cosmético de higiene pessoal (sabonete). Vocábulo latino proveniente de: Phobeus, ī, subs. pr. m. febo) I – sentido próprio: 1) apelido de Apolo, Deus do sol. Esse latinismo apresenta alteração ortográfica.

(13) Lupo



Em português, registramos esse latinismo nomeando uma marca de meias masculinas e femininas. Vocábulo latino proveniente de: lupus, -i, subst. Lobo. Esse latinismo foi registrado no caso dativo da 2ª declinação (lupo).

Neste contexto, o uso do latinismo no caso dativo traduz-se com a preposição 'para' uma vez que a figura é feminina. Então fica sugestivo, ao usar a meia traduz-se 'para o lobo', isto é, o 'homem' aquele que vai atacar.

3.3. Latinismos vernáculos compostos sem alteração formal

(14) Plus vita



Em português, registramos esse latinismo composto nomeando uma marca de pão, cereal. Composição latina proveniente de: plūs, pluris, comp. de mutus. Subs. Maior quantidade, mais, melhor. Seguido de vita, ae subs. f. vida.

(15) Vox populi



Em português, registramos esse latinismo composto nomeando um conhecido Instituto de Pesquisa do país. Composição latina proveniente de: vōx, vōcis. Subst. f. voz, opiniões. Popŭlus, -i – subst. m. povo (conjunto dos cidadãos), portanto teria um uso aproximado de a voz do povo.

(16) Vita capilli



Em português, registramos esse latinismo composto nomeando uma linha de cosmético para cabelos. Composição latina proveniente de: vita, ae subs. f. vida. capĭllus, -i, subs, m. cabelo.

Esses latinismos compostos (14), (15) e (16) consistem expressões latinas por justaposição, formado por uma relação de subordinação semântica. O primeiro constituinte é núcleo (caso nominativo) seguido de um determinante restritivo (caso genitivo). Interessante percebermos que esses vocábulos isoladamente perdem sua significação na locução. Semanticamente, podemos estabelecer uma relação do significante com seu significado, uma vez que os traços semânticos desses latinismos reforçam o conteúdo dos referentes nomeados. Recurso bastante explorado

pela publicidade que usa muito a ornamentação em seus textos comerciais dos produtos.

2.4. Latinismos compostos híbridos

(17) Aquarius Fresh



Em português, registramos esse latinismo composto híbrido nomeando uma marca de bebida (refrigerante). Composição latina e inglesa proveniente de: aquārius, -a, um, adj. Relativo à água + fresh que significa fresco (água fresca) respectivamente.

(18) Blue Lotus



Em português, registramos esse latinismo composto híbrido nomeando uma linha de cosmético (perfume). Composição latina e inglesa proveniente de: lōtos ou lotus, -i, subs. f. – Sent. Próprio, 1) loto, lódão (árvore). Daí: Planta de loto, aquática + blue do inglês, significa azul, respectivamente. Formando um composto híbrido significando significa, literalmente, flor azul.

(19) Nivea for men



Em português, registramos essa expressão latina híbrida nomeando uma linha de higiene pessoal masculina (xampu). Composição latina e inglesa proveniente de: *nivēus*, - a, - um, adj. - neve, níveo, branco. + locução inglesa *for men* significa para homens.

Interessante percebermos que esse latinismo é constituído por mais de dois elementos formadores, de diferentes categorias e oriundos de sistema linguístico distintos (latim e inglês) ligados de maneira imediata, ou seja, por conectivos.

(20) Ibi card



Em português, registramos esse latinismo composto híbrido nomeando um cartão de crédito (dinheiro de plástico). Composição latina e inglesa proveniente de: *Ibi*, adv. significa 'ai' nesse lugar (sent. Local, nesse momento) + *card*. que significa cartão.

Esses latinismos compostos híbridos (17), (18), (19) e (20) consistem expressões compostas por justaposição, nas quais seus elementos lexicais são de etimologia latina e inglesa, usadas diretamente dessas línguas no léxico escrito em português atual.

A nosso ver, isso reflete as condições de produção, em referência à manutenção da Língua Inglesa, momento em que se deu e se mantém a ascensão das economias capitalistas industriais, representadas pelos EUA, que desponta como uma potência econômica no mundo ocidental e, em consequência desse protagonismo, a língua inglesa mantém-se como objeto de interesse. Atestando, a forte influência do inglês no léxico da língua portuguesa, entretanto, também atestamos

que a língua latina continua sendo utilizada como fonte bastante produtiva na seleção de vocábulos usados pela mídia em textos publicitários. Essas formas não sofreram alterações ortográficas em seus significantes, mantendo suas propriedades linguísticas de seus sistemas de origem.

Considerações finais

Este estudo se propôs demonstrar que o Latim continua presente, sobretudo em nível lexical, no uso cotidiano do Português do Brasil. Com efeito, a Língua Latina não se encontra morta, mas sim, viva em *latu sensu*, fazendo parte da variante brasileira como propriedades residuais no movimento do latim vulgar para o português contemporâneo.

Atestamos o uso de latinismos como ornamentação na linguagem publicitária por meio de textos comerciais e/ou publicitários de diversos produtos que circulam nos supermercados brasileiros. Em geral, esses textos são curtos e utilizam palavras ou sintagmas latinos para valorizar as características naturais do produto.

A linguagem publicitária não se utiliza apenas de texto escrito, mas combina imagens, tipos de fontes e de cores. Nos textos aqui analisados, os latinismos aparecem geralmente com letras grandes e coloridos, pois se torna a expressão lexical mais importante na localização rápida do produto. Eles chamam a atenção do leitor, fazendo com que o consumidor se interesse pelo produto.

Quanto à classe gramatical dos latinismos, destacamos que foram registrados em função substantiva, sendo observada a recorrência do processo de recategorização léxica das classes de: numeral, adjetivos e advérbios para a classe de substantivos. Na verdade, os latinismos sofreram o processo de nominalização.

Atribuímos esse fenômeno linguístico ao

uso dos latinismos no contexto aqui estudado, ou seja, eles foram usados em textos publicitários e/ou comerciais para nomear referentes, essa propriedade (ato de nomear) é característica da classe dos substantivos.

Quanto à estrutura morfossintática, registramos quatro tipos de formação de latinismos; (1) aqueles simples de uso direto, isto é, formas latinas registradas no Português do Brasil sem alteração formal em seus significantes; 2) latinismos simples com alteração formal em seus significantes; 3) os latinismos vernáculos compostos exclusivamente de bases latinas e 4) os latinismos formados por composições híbridas, isto é, apresentam bases lexicais de sistemas linguísticos distintos na formação de seus constituintes.

Nos latinismos híbridos, é interessante salientarmos que foram formados por base latina e inglesa, atestando a forte influência da Língua Inglesa no léxico do português atual. Isso reflete as condições de produção, em referência à manutenção da Língua Inglesa, momento em que se deu e se mantém a ascensão das economias capitalistas industriais, representadas pelos EUA, que desponta como uma potência econômica no mundo ocidental e, em consequência desse protagonismo, a Língua Inglesa mantém-se como objeto de interesse.

Quanto à funcionalidade dos latinismos, podemos destacar que os usuários do português atual se utilizam dessas expressões românicas na linguagem geral em seu cotidiano e, muitas vezes, as reconhecem como empréstimos ou estrangeirismos, não percebendo a presença do Latim em sua vida comum, ou ainda, usam em seu cotidiano sem estranhamento, mas de forma inconsciente.

Esperamos que este trabalho contribua para posteriores pesquisas sobre o léxico das línguas românicas, visto que estudos lexicais são poucos

cultivados e reclamam maior atenção, sobretudo em Alagoas na área de Língua Latina que oferece farto material de pesquisa, suscitando dúvidas muito estimulantes no campo dos estudos linguísticos e filológicos..

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina: curso único e completo*. 29. ed. São Paulo : Saraiva, 2008.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. 2. ed. São Paulo : USP, 2005.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BUSSARELO, Rualino. *Dicionário básico latino-português*. 6. ed. UFSC : 2007.

CÂMARA JR. J. Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 13. Ed. Petrópolis : Vozes, 1986.

CARVALHO, Nelly. *Linguagem jornalística; aspectos inovadores*. Recife : Secretaria de Educação de Pernambuco - Associação de Imprensa de Pernambuco, 1983.

_____. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo : Cortez, 2009.

FARIA, Ernesto, *Dicionário escolar latino-Português*. 6. ed. Rio de Janeiro : FAE, 1996.

FERREIRA, Antônio Gomes. *Dicionário de Latim – Português*. Porto, Portugal: Porto Editora, 1983.

KEHDI, Valter. *Morfemas do português*. São Paulo: Ática, 2006.

LIMA, Alceu Dias. *Uma estranha língua: Questões de linguagem e de método*. São Paulo: Edunesp, 1995.

MELO, P. A. G. de. Relevância do estudo do latim e sua Derivação Portuguesa na Formação do estudante dos cursos de Letras Clássicas e Vernáculas. In: SILVA, Eliane Bezerra da; MELLO, Janaina Cardoso de (org). *Literatura, História e Linguagens: Diálogos possíveis*. João Pessoa: EDUFPB, 2008. pp. 29-37.

_____. A dinâmica lexical da linguagem jornalístico-política em textos escritos em língua portuguesa contemporânea na última década do século XX. In.: *Carandá*, Corumbá, MS; UFMA, maio 2011, n. 3, pp. 93 – 105.

_____. O Léxico Toponímico Alagoano: um estudo da formação e estrutura dos topônimos identificadores dos municípios da mesorregião do sertão alagoano. In.: *Revista Magistro*. UNIGRARIO. Vol. 2 Num. 1 2012, PP. 78-96.

ROSA, Maria Carlota. *Introdução à morfologia*. São Paulo : Contexto, 2000.

SILVA, Amós Coelho da. & MONTAGNER, Airtton Ceolin. *Dicionário latino-português*. Petrópolis : Vozes, 2009.

SILVA NETO, Serafim da. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.

ZANOTTO, Normelio. *Estrutura mórfica da língua portuguesa*. 3. ed. Caxias do Sul : EDUCS, 1996.

Artigo enviado em: 11/05/2013

Aceite em: 09/11/2013

Paulo Honório-Fazendeiro por Paulo Honório-Escritor: um outro olhar sobre São Bernardo

p. 72 - 81

Alessandra Valério¹

Resumo

O romance São Bernardo de Graciliano Ramos conta com uma vasta tradição de leitura e orientação de sentidos que se centram, amiúde, em uma perspectiva política, nas relações sociais e históricas que aparecem transmutadas na obra. Contudo, o objetivo deste artigo é desviar desse itinerário tradicional e propor uma leitura de interstícios que desvelem outros discursos latentes e operantes da constituição e organização do romance, como o embate entre trabalho intelectual e trabalho braçal e a constituição ambivalente da personalidade de Paulo Honório.

Palavras-Chave: São Bernardo; Trabalho braçal; Trabalho intelectual..

Abstract

São Bernardo novel from Graciliano Ramos has a long tradition of reading and orientation of meanings that focus on a political perspective, social relations and historical which appear transmuted into this work. However, the aim of this essay is to divert this traditional route and propose a reading of interstices speeches that unveil latent and active constitution and organization of the novel as a clash between intellectual and manual labor and the constitution ambivalent personality Paulo Honório.

Key-words: São Bernardo; Manual Labor, Intellectual Labor.

Texto, contexto e fortuna crítica

São Bernardo, romance de Graciliano Ramos publicado em 1934, nomeia, respectivamente, duas construções resultantes dos esforços desmedidos de seu criador Paulo Honório - a fazenda e o livro. Do fracasso da primeira empreitada surge a necessidade da segunda, ou seja, o fim da trajetória gloriosa da Fazenda São Bernardo engendra a construção do romance que a representa. Propriedade e livro seguem trajetórias opostas, enquanto a primeira desliza pela curva do sucesso ao fracasso, a literatura alcança a plenitude após um percurso marcado por tentativas frustradas e

mudanças de estratégia do autor.

Paulo Honório, narrador-fazendeiro-escritor, conduz-nos pela narrativa de sua vida, da ascensão e estabelecimento como grande proprietário rural até o seu esmorecimento completo deflagrado pelo suicídio da esposa Madalena, que sinaliza a necessidade do início da escrita do livro. Gradualmente, vai descortinando diante de si e do leitor a consciência do estado de sua miséria emocional e do fracasso humano em que chafurda sua existência, o drama psicológico de quem se dá conta da falência e inocuidade do próprio projeto de vida.

A tradição de leitura de São Bernardo

1 Doutoranda em Estudos Literários pela Universidade do oeste do Paraná - UNIOESTE. E-mail: profefalevaler@gmail.com

conta com quatro expoentes: Antônio Candido, Carlos Nelson Coutinho, Ruy Mourão e João Luiz Lafetá. A tônica dessas críticas consiste, em linhas gerais, na identificação do processo de reificação de PH e de suas relações, oriundo da ascensão do discurso burguês e das contradições socioeconômicas vividas no país num momento de transição do semicolonialismo ao pré-capitalismo, assim como a relevância da obra de Graciliano para o projeto estético conhecido como “romance de 30” ou neorrealismo. Quanto a esse aspecto, Candido (2006) reconhece em São Bernardo uma originalidade que o faz pertencer a esse grupo, mas, ao mesmo tempo, permanecer isolado: “Se não o faz maior do que os demais, torna-o sem dúvida mais estranho, quase ímpar” (2006, p.32). Coutinho (1978) também destaca essa singularidade, sendo que para ele, é essa obra de Graciliano que, após Machado de Assis, “marca a passagem da crônica à história concreta, a superação de um naturalismo que se contentava em descrever a superfície da realidade, por um realismo verdadeiro como a vida” (1978, p.74).

Em São Bernardo, Graciliano Ramos concilia dois projetos: o da denúncia social realista e o da estética. Não só as questões sociais ganham densidade fugindo ao caricatural naturalista típico, como também a linguagem renovada prescinde do beletismo, registrando uma fusão equilibrada entre o falar regional e a expressão literária.

No tocante à realidade que forneceu matéria-prima para o Romance de 30 e que emoldura São Bernardo, ela advém das contradições de um sistema econômico e político ainda coloniais em choque com a incipiente emancipação capitalista – cenário brasileiro das primeiras décadas do século XX. Segundo Coutinho (1978), as tímidas renovações trazidas pelo sistema capitalista esboçavam-se, neste período, por todo o país, mas foi no Nordeste que encontrou barreiras quase intransponíveis. Os contrastes se tornavam

mais gritantes à medida que a modernização se chocava com os valores coronelistas da sociedade nordestina, o que fazia da região um polo de tensões entre passado e futuro.

São Bernardo capta eficientemente esses conflitos estruturantes da visão de mundo da época, transformando-os no elemento propulsor de sua narrativa. Assim, as contradições do plano externo, sentidas pelo choque, pela agregação e, principalmente, pela combinação de novos valores burgueses aos velhos princípios colonialistas, são transmutadas na estrutura interna da obra que registra, por um lado, as tensões sociais da época e, de outro, os impasses psicológicos da internalização desses novos valores.

PH, em princípio, pode ser considerado um self made man, inconformado com sua condição de miséria e movido por uma ambição poderosa, transpõe as barreiras de classe, avança por espaços interditos e alcança o poder e o dinheiro. Com a trajetória de PH, Graciliano aponta “um dos traços essenciais do capitalismo nascente: o crescimento da mobilidade social, o rompimento com as barreiras coaguladas do feudalismo” (COUTINHO, 1978, p. 86). Contudo, a ascensão do fazendeiro o revela um verdadeiro déspota, em nada diferente de um coronel de latifúndio colonialista no seu exercício de poder absoluto. Nesse sentido, coaduna em PH o desejo avassalador por transformar tudo em capital do típico burguês e a velha postura tirana e opressora do coronelismo brasileiro.

Esse sentimento desproporcional de propriedade do protagonista, a ânsia de transformar tudo em objeto de troca é, sem dúvida, a força disjuntiva que o arrasta à miséria emocional e humana, e constitui a tônica da maior parte da fortuna crítica de São Bernardo. Candido (2006), Coutinho (1978) e Lafetá (1992), cujas análises apesar de recorrerem a diferentes prismas de observação, reconhecem ser esse

sentimento o tema unificador do romance: a assimilação inconsequente do discurso do capital e sua transposição para as relações humanas, que resulta em segregação, solidão e destruição.

Mas por que PH escreve?

Se submetermos o romance São Bernardo ao crivo de algumas perguntas ordinárias tais como: quem? Fez o quê? Quando? Onde? Por quê?, notar-se-á que a primeira e a última questão não admitem respostas fáceis. No entanto, se a primeira pergunta ainda conta com esclarecimentos, mesmo que evasivos por parte dos estudos realizados até aqui, a segunda resposta parece afundada em silêncio e ausências. Quem é e por que PH escreve um livro? Ou, desdobrando melhor: por que um fazendeiro utilitarista, materialista, que esnoba e despreza a cultura letrada, que a vê com desconfiança e hostilidade se rende à escrita de um inusitado romance? Por que PH decide aderir a um discurso que se confronta com as linhas ideológicas abstraídas de sua vivência pragmática?

Os apontamentos realizados pela fortuna crítica apenas tangenciam essa questão, que parece ser vista com certa naturalidade, sem muita problematização. Candido (2006), em uma menção rápida ao caso, sugere ser por meio da escrita do livro que PH “obtem uma visão ordenada das coisas e de si, pois no momento em que se conhece pela narrativa destrói-se enquanto homem de propriedade” (2006, p.43), mais adiante conclui: “constrói com o testemunho de sua dor a obra que redime” (id ibid, p. 43). “Conhecer-se por meio da narrativa” não parece ser uma alternativa coerente com a saga de PH. A elaboração de si por meio do instrumento artístico não é uma tendência natural em um indivíduo que construiu seu mapa de apreensão do mundo pautado na luta pela subsistência, no trabalho braçal, na força física.

A rusticidade da visão de mundo de PH poderia eleger alternativas outras de redenção e revisão da própria vida, que não a complexa elaboração de um objeto artístico, uma vez que ele é consciente do problema estético da escrita.

Ruy Mourão (1978), em texto que analisa a estratégia narrativa de São Bernardo, acredita que a opção de escrita de PH se deva a uma simples “necessidade de confessar-se, por imposição de um drama psicológico, e sendo reservado, orgulhoso e sem religião, resolvera aliviar a consciência de maneira indireta, apelando para a simbologia romanesca” (1978, p. 169). Nesse caso, a imposição psicológica de PH decidira por uma confissão indireta, distanciada por meio da escrita terapêutica. Mas um diário íntimo, nesse caso, não resolveria o problema? Por que alguém tão orgulhoso e prepotente exporia sua consciência culpada através de um romance? (Lembrando que, a princípio, seu nome figuraria na capa). Nesse sentido, outra pergunta se torna substancial: para quem PH escreve? Quem seriam os leitores desse livro?

Para Miranda (2004), a opção de PH pela escrita de um romance está relacionada ao seu irrefreável desejo de posse. Desse modo, o livro seria uma tentativa de “apropriar-se do discurso do outro e fazê-lo calar” (MIRANDA, 2004, p. 26), ou seja, a empreitada caracterizaria a tentativa de domínio do discurso letrado, a incursão de seu imperialismo pelo mundo das palavras. Em parte, é sobre esse argumento que está fundamentada a hipótese aqui defendida: não é apenas o desejo de posse que impele PH à escrita, mas a tentativa frustrada de dominar o fantasma das palavras para quem ele realmente perdeu a guerra.

PH-fazendeiro x PH-escritor

É consensual, nos estudos críticos, a percepção da ambiguidade constitutiva da

personagem central de São Bernardo. Abdalla Júnior (1985) sintetiza: “Houve uma nítida divisão em PH: como fazendeiro era acrítico, desumano; como escritor era problemático, humano. Logo, uma personagem dialética, com valores em contraste coexistindo no mesmo indivíduo” (1985, p. 266 – 267). É possível abstrair duas vozes, sob cuja tensão se organiza São Bernardo: a do PH-fazendeiro-desumano x a do PH-escritor-humanizado. Essas vozes compõem dois planos distintos na narrativa: o do enunciado e da enunciação, que correspondem, respectivamente, à construção da fazenda e à composição do livro, ao passado e ao presente.

Contudo, é importante destacar que é por meio da perspectiva do escritor que nos é apresentada a trajetória do fazendeiro. É o olhar daquele que invalida todo o percurso de PH-empresendedor, que questiona o aparente sucesso da construção de São Bernardo, que ressalta a inaptidão do protagonista com as pessoas e, em especial, com as palavras. Os eventos da vida do fazendeiro são selecionados em função de um projeto de desconstrução do propósito de sua existência, em função de confirmar a inocuidade e fragilidade do discurso do self made man. Pela perspectiva do narrador, o fracasso do protagonista se deve, em grande parte, pela sua deliberada rejeição ao universo letrado, ao valor da educação e da cultura enquanto fator de humanização.

Vejamos como a voz do PH-escritor organiza a narrativa de modo a submeter PH-fazendeiro aos desdobramentos de seu discurso.

O capítulo inicial da obra ainda nos apresenta um PH mais fazendeiro do que escritor. Ele pretende aplicar o seu *modus operandi* capitalista à construção de um romance, ou seja, quer realizá-lo pela “divisão do trabalho”. Para isso, mobiliza alguns amigos, “que consentiram de boa vontade em contribuir para o desenvolvimento das letras nacionais” (RAMOS, 2011, p. 05). Essa

justificativa empregada para a escrita do livro, no parágrafo de abertura de São Bernardo, não causa estranheza, a princípio, porque o leitor ainda não conhece a orientação do pensamento do protagonista no tocante ao valor das letras. No entanto, a releitura do romance torna estranha essa preocupação despropositada do fazendeiro com “as letras nacionais”, antes tidas como “tolices”. É o primeiro indício da contraditória adesão de PH ao discurso do Outro, o PH-escritor.

O estranhamento se aprofunda quando, na sequência, ele afirma: “E já via os volumes expostos, um milheiro vendido, graças aos elogios que eu meteria na esfomeada Gazeta, mediante lambujem” (RAMOS, 2011, p.05). Parece que, nesse momento, a razão do livro é puramente comercial, o que endossa a visão do fazendeiro como um explorador nato da força de trabalho alheia. Até mesmo na escrita ele organizaria as tarefas dos amigos para, ao final, colocar o seu nome na capa. Isso denuncia um PH não rendido, ainda identificado com as linhas de conduta, e faz desconfiar da ideia do livro como forma de revisão de sua vida.

O reconhecimento da impossibilidade de se transpor o modelo de produção braçal ao trabalho intelectual enterra definitivamente o fazendeiro-escritor. Até o final do primeiro capítulo, há a tentativa de curvar a escrita, submetê-la ao dispositivo de produtividade do latifundiário, contudo, a constatação de mais um fracasso é o golpe final. O fazendeiro é obrigado a reconhecer a inadequação de seus métodos e a rever suas estratégias. O capítulo II se abre com o escritor-fazendeiro.

Temeroso como quem invade um território desconhecido, o escritor PH justifica sua falta de jeito com as palavras: “Também pode ser que, habituado a lidar com matutos, não confie suficientemente na compreensão dos leitores e repita passagens insignificantes” (RAMOS,

2011, p.07). Diante da dificuldade encontrada em realizar sua empresa, PH-escritor assume sua limitação: “digo a mim mesmo que essa pena é um objeto pesado. Não estou acostumado a pensar” (RAMOS, 2011, p.07). É notável a intenção do narrador de São Bernardo em fazer o protagonista assumir que os conhecimentos adquiridos por ele ao longo de sua trajetória são inválidos nesse ofício. E mais: reconhecer sua inabilidade escrita é para ele assumir que não “pensa”, que as atividades braçais são desprovidas de raciocínio e pensamento.

Mas PH persiste, e o que era para ser um livro de alta vendagem com seu nome na capa, torna-se uma espécie de confissão da ignorância, assinado com pseudônimo: “Há fatos que eu não revelaria, cara a cara, a ninguém. Vou narrá-los porque a obra será publicada com pseudônimo” (RAMOS, 2011, p. 07). Empregando seus próprios meios, reconhecendo a circunscrição estética, ele mergulha nas suas memórias, fazendo o resgate da fase inicial de sua vida.

Do capítulo III ao XIV, o leitor assiste, em alta velocidade narrativa, à construção do fazendeiro PH e de seu empreendimento, a fazenda São Bernardo. A objetividade e decisão da narração, nessa parte, contrastam notoriamente com os recuos e a oscilação dos primeiros capítulos. A ascensão de PH da miséria ao poder nos é contada em um só folego, numa rapidez estonteante. Não há perda de tempo na obtenção do capital, o fazendeiro não hesita em utilizar todos os artifícios necessários na aquisição da propriedade e no estabelecimento de seu poder. Desse modo, o narrador aprofunda o contraste entre o trabalho intelectual empreendido na construção do livro, que é vagaroso, vacilante, complexo, e a atividade braçal de PH que é representada como resultante de decisões simples, raciocínios rasteiros e muita violência.

A obstinação capitalista de PH-fazendeiro

é proporcional a sua desconfiança em relação ao mundo dos letrados. Conforme a sua objetividade vai alcançando os resultados planejados, mais ele busca fundamentos para sustentar o receio aos intelectuais. O primeiro esboço desse discurso aparece na associação realizada pelo fazendeiro entre a decadência econômica de Salustiano Padilha, antigo patrão, e os esforços para pagar os estudos do filho, Luis Padilha: “tinha levado uma vida de economias indecentes para fazer o filho doutor, acabara morrendo do estômago e de fome sem ver na família o título que ambicionava” (RAMOS, 2011, p. 12). A mesma ligação entre potencial intelectual e fracasso material é traduzida pela história de seu Ribeiro. O antigo fazendeiro era um homem de ciência: “Se se divulgava uma dessas palavras esquisitas, seu Ribeiro explicava a significação dela e aumentava o vocabulário da povoação” (RAMOS, 2011, p.27), humanizado, portanto, pelo domínio cultural. “Nas suas terras, os pretos não sabiam que eram pretos, e os brancos não sabiam que eram brancos” (RAMOS, 2011, p.29). A ruína de seu Ribeiro exprime a moral implícita de PH, a derrota do velho foi engendrada por essa combinação perigosa de sabedoria e bondade, que tornou seu caráter complacente demais ao outro.

O raciocínio de PH opõe, dessa forma, dinheiro e poder a intelectualismo e solidariedade. Mas, mesmo reconhecendo a inferioridade do segundo conjunto, o fazendeiro parece intuir o seu poder subversivo, a sua capacidade desagregadora. E, como a um inimigo que se teme por isso, não se perde de vista, ele decide manter sob o jugo de seu poder, sempre que possível, os indivíduos letrados da trama. Assim, tem ao seu lado seu Ribeiro, Padilha, Gondim, “periodista de boa índole que escreve o que lhe mandam” (RAMOS, 2011, p. 05) e João Nogueira, advogado, de quem reconhece a utilidade das aptidões, mas “julgava-me superior a ele” (RAMOS, 2011, p.43).

Mas é em relação aos seus trabalhadores que a ojeriza e o temor acerca da educação ganham contornos definitivos. Em especial, a passagem da visita do governador a São Bernardo, funciona, principalmente, para escancarar a desconfiança de PH em relação às letras. Ao ser indagado sobre a construção de escolas na propriedade, o fazendeiro mal contém sua indignação: “Escola! Que me importava que os outros soubessem ler ou fossem analfabetos?” (RAMOS, 2011, p.32).

O episódio da briga com Costa Brito endossa a inquietação de PH acerca dos sobreviventes da palavra. Ao se sentir explorado pelo jornalista, o fazendeiro decide romper com os subsídios que lhe fornecia, acreditando estar acima de qualquer ameaça provocada por manipulação de discursos: “Que diabo diria ele contra mim? (...) O veneno da Gazeta não me atingia” (RAMOS, 2011, p.47). Ao constatar o equívoco, o protagonista se dá conta do poder da palavra, sente-se ultrajado e reage violentamente: “Em resposta passei-lhe os gadanhos no cachaço e dei-lhe um bando de chicotadas” (RAMOS, 2011, p. 55). A boçalidade da reação de PH insinua mais uma vez a animalidade de seu comportamento, a estreiteza do pensamento de quem não consegue reagir a palavras com palavras. Se dinheiro e poder não resolvem o conflito, utiliza-se a força. Quando preso para justificar o desatino, mais uma vez ele não consegue fazê-lo por seus próprios meios: “Fui chamado à polícia. Apertaram-me com interrogatórios redundantes, perdi o trem das três e não consegui demonstrar ao delegado que ele era ranzinza e estúpido. Aborrecido, recorri a um bacharel” (RAMOS, 2011, p. 55).

PH é consciente dessa limitação e, em raras fissuras na couraça de seu discurso, deixa transparecer o desejo de reparação desse dano: “Cerca de meia-noite descobri o advogado no hotel, discutindo poesia com Azevedo Gondim. Escutei uma hora, desejoso de instruir-me.

Não me instruí” (RAMOS, 2011, p. 51). Essa incapacidade expressiva aprofunda a distância entre o fazendeiro e as pessoas a sua volta, afundando-o em desconfiança e hostilidade. Está consciente do abismo que o circunda por não conseguir comunicar seus sentimentos e nem a inteireza de suas ideias. O excerto a seguir é ilustrativo dessa consciência que desponta em PH, quando se vê refletido nas ações de Casimiro:

(...) distraí-me ouvindo Padilha e Casimiro Lopes conversarem a respeito de onças. Não se entendem. Padilha, homem da mata e franzino, fala muito e admira as ações violentas; Casimiro Lopes é coxo e tem um vocabulário mesquinho. Julga o mestre-escola uma criatura superior, porque usa livros, mas para manifestar esta opinião arregala os olhos e dá um pequeno assobio. Gagueja. Quanto a palavras, meia dúzia delas. Ultimamente, ouvindo pessoas da cidade, tinha decorado alguns termos, que empregava fora de propósito e deturpados. Naquele dia, por mais que forcejasse, só conseguia dizer que as onças são bichos brabos e arteiros.
- Pintada. Dentão grande, peção grande, cada unha! Medonha! (RAMOS, 2011, p.41).

É possível observar que, entre os capítulos III e XIII, o narrador de São Bernardo permite que a voz do fazendeiro adquira ressonância, dominando o plano discursivo. Embora aponte as fissuras e os recalques do discurso de PH, o escritor-fazendeiro cede espaço ao desenvolvimento das linhas ideológicas que alicerçam o incipiente sucesso do personagem em sua trajetória. Contudo, não sem levantar suspeitas acerca da consistência e legitimidade da ascensão de PH. A insistência do narrador em sinalizar a lacuna intelectual do fazendeiro associada à seleção de episódios que denunciam sua boçalidade leva, ao final dessa parte, ao questionamento sobre a validade das conquistas de PH. Aquilo que, colocado de outra forma, poderia ser visto como uma luta titânica contra uma miséria aterradora, torna-se uma investida tirânica e vazia em direção ao domínio e ao exercício de posse.

Os capítulos XIII, XIV e XV se dedicam quase integralmente à negociação do casamento de

PH e Madalena. No entanto, a primeira referência à moça ocorre no capítulo IX, introduzido pela frase emblemática do advogado: “Mulher educada, afirmou João Nogueira. Instruída” (RAMOS, 2011, p. 34). Posteriormente, o primeiro encontro do casal se dá em casa de Dr. Magalhães, quando imbuído da ideia de “preparar um herdeiro”, o fazendeiro se dirige à propriedade do juiz, a fim de visitar a filha, Marcela. Mas logo distingue a presença de Madalena. É notória a mudança de atitude de PH, que inicialmente buscava uma reprodutora, cujas características acabavam perfeitamente em Marcela: “era bichão. Uma peitaria, um pé de rabo, um toitiço!” (RAMOS, 2011, p.51), no entanto, acabou se encantando por alguém “precisamente o contrário da mulher que eu andava imaginando” (RAMOS, 2011, p.51), pois Madalena era “miudinha, fraquinha”.

Os capítulos XIII a XVI fluem na mesma rapidez que a parte anterior. Os trâmites da organização do casamento com Madalena sucedem-se com a mesma objetividade cortante que a aquisição da fazenda, como mais um negócio de PH. Do capítulo XVII ao XXXII assiste-se a uma gradual diminuição da velocidade narrativa com a intercalação de períodos de maior introspecção psicológica por parte do narrador. A sucessão de fatos, aos poucos, é amenizada pela presença das reflexões constantes de PH, provocadas pela deflagração do choque entre a sua visão de mundo e a de Madalena.

A primeira divergência é novamente a da linguagem: “Tive, durante uma semana, o cuidado de procurar afinar a minha sintaxe pela dela, mas não consegui evitar numerosos solecismos. Mudei de rumo. Tolice” (RAMOS, 2011, p.72). A tentativa frustrada de adequar a sua fala a da esposa além de lhe apontar mais uma vez a sua incapacidade, dispara o gatilho da desconfiança fundada na impossibilidade de conhecer o verdadeiro sentido das palavras de Madalena: “Procuro recordar o

que dizíamos. Impossível. As minhas palavras eram apenas palavras, reprodução imperfeita de fatos exteriores, e as dela tinham alguma coisa que não consigo exprimir” (RAMOS, 2011, p. 73). Submerso em solidão e rancor, o fazendeiro se lançava às “desinteligências” que consistiam em tentar recuperar a superioridade por meio do exercício de poder brutal. Contudo, se antes era possível submeter a todos a sua força sem maiores remorsos, agora, na presença de Madalena, seus métodos de domínio são monstruosidades, das quais ele é obrigado a tomar consciência pela voz da esposa.

Madalena desarticulava todo o discurso de PH. Mesmo a voracidade de sua capacidade para o trabalho e o progresso obtido por São Bernardo tornavam-se medíocres perto da esposa, que havia obtido respeito e consideração pela intelectualidade e pelo humanismo. O sentimento de inferioridade e inadequação do fazendeiro aliaram-se à desconfiança geral que nutria pelas pessoas e engendraram o ciúme. As palestras cultas da esposa com os amigos letrados se tornam o fomento principal desse sentimento devastador:

Materialista. Lembrei-me de ter ouvido Costa Brito falar em materialismo histórico. Que significava materialismo histórico? (...) Comunista, materialista. Bonito casamento! Amizade com o Padilha, aquele imbecil. “Palestras amenas e variadas” (RAMOS, 2011, p. 101).

Excluído do diálogo pela ignorância, o fazendeiro arregimenta razões para melindrar-se acerca do conteúdo das palavras ditas pelo grupo. Vê-se cercado por inimigos, sendo que a única pessoa confiável é Casimiro, cujo nível de linguagem assemelha-se ao seu: “Calado, fiel, pau para toda a obra, era a única pessoa que me compreendia” (RAMOS, 2011, p.101). O raciocínio rasteiro de Paulo Honório o leva a uma dedução simples: a razão de seu aborrecimento estava na intelectualidade de Madalena, que corrompia

sua índole, tornava-a indócil e inacessível ao seu domínio.

A profundidade da insegurança e ciúme de PH não só o faz suspeitar da índole de Madalena e dos amigos como também engendra uma visão tortuosa e deformante de si mesmo:

Pensei nos meus oitenta e nove quilos, neste rosto vermelho de sobrancelhas espessas. Cruzei descontente as mãos enormes, cabeludas, endurecidas em muitos anos de lavoura. Misturei tudo ao materialismo e ao comunismo de Madalena e comecei a sentir ciúmes (RAMOS, 2011, p.101).

É importante observar que a associação de descrições físicas animais à pobreza intelectual do personagem é algo notório em todo o romance, não apenas nessa parte podemos caracterizar como sendo resultante da condição angustiada de PH em relação à Madalena. A mesma caracterização brutal ele aplica a si, e é estendida a todo o grupo de personagens não-letradas:

- Casimiro Lopes: “corajoso, laça, rasteja, tem faro de cão e fidelidade de cão” “crédulo como um selvagem”(RAMOS, 2011, p. 24).
- Germana: “cabritinha sarará danadamente assanhada” (Ibid., p.10)
- Marciano: “mulato esbodegado regalou-se estrochando-se, mostrando a o beijo e a gengiva banguela” (Ibid., p.44). “Marciano não é propriamente um homem” (Ibid., p. 83)
- Rosa: “de barriga quebrada de tanto parir como cabrita” (Ibid., p.144).

Seguem as descrições do grupo dos letrados:

- João Nogueira: “Bacharel, mais de quarenta anos, uma calvície respeitável” (RAMOS, 2011, p. 37)
- Gondim: “periodista de boa índole” (Ibid., p. 02).
- Seu Ribeiro: “um velho alto, magro, curvado, de suíças” (Ibid.,p.38).
- Dr. Magalhães: “é pequenino, tem um nariz grande, um pincenez e por detrás do pincenez uns olhinhos risonhos” (Ibid., p.42).
- D. Glória: “acanhada, sorriso insignificante, modos de pobre” (Ibid.,p.54).
- Padilha: “homem da mata e franzino, fala muito e admira as ações violentas” (Ibid.,p.41).
- Madalena: “a loura tinha a cabecinha inclinada e as mãozinhas cruzadas, lindas mãos, linda cabeça” (Ibid., p.48).

A comparação permite vislumbrar que as

descrições do segundo grupo, embora secas e objetivas, em consonância com o tom do romance, não se valem dos traços animais e dos aspectos brutalizados recorrentes na caracterização do primeiro grupo. É notável também que a intelectualidade dos personagens letrados é quase sempre acompanhada de certa fragilidade física - “franzino, pequenino, magro” - que os associa à ausência de força bruta. Tal composição permite inferir mais claramente a associação realizada pelo narrador entre a sapiência dos personagens e a docilidade dos seus corpos de um lado, e, de outro, a ignorância e o corpo indômito, selvagem.

Encabeçando os grupos temos, respectivamente, Madalena e PH, que encerram em suas figuras a potencialização desses traços. De modo que, para o narrador, o choque entre os dois é inevitável, uma vez que representariam a tensão entre duas forças inconciliáveis. O sucesso burguês de PH depende, exclusivamente, da alienação e desumanização das pessoas que submete aos seus desmandos, ao passo que, a realização dos propósitos de Madalena se pauta na sensibilidade e no exercício de humanidade.

Reconhecendo o perigo que isso representa ao seu poder despótico, o fazendeiro sabe que é preciso controlar Madalena, chefe do grupo adversário. Sem os instrumentos intelectuais para entrar na luta, PH esmaga emocionalmente Madalena e a destrói, no lugar de dominá-la. Mas antes de sair de cena, a professora já havia causado as fissuras necessárias, estragos irreparáveis na alma do adversário. Ela obrigou PH a olhar-se no seu espelho deformante, aniquilando-o por culpa..

A impostura de uma voz

Roberto Schwarz (1990), ao analisar a posição do “personagem-autor” em Memórias Póstumas de Brás Cubas, aponta que “o principal efeito da narrativa em primeira pessoa: quem é

o dono da voz sempre acaba encontrando uma maneira de desculpar a si mesmo” (1990, p.162). Movimento análogo é perceptível em outra narrativa machadiana, Dom Casmurro, cujo narrador, ao procurar “atar a duas pontas da vida”, lança-se a uma obstinada busca por indícios que respaldem e atestem suas conclusões acerca da índole duvidosa da esposa. A veemência com que Bentinho arregimenta razões para condenar Capitu e justificar a sua avaliação leva o leitor a buscar as fissuras de seu discurso e a relativização dos fatos por ele narrados. É aparentemente fácil compreender os propósitos de uma consciência culpada, buscando uma interpretação dos fatos que amortize o peso da culpa e relativize a própria responsabilidade perante o fracasso e a solidão.

Já não tão fácil é apreender as motivações de uma consciência que já se reconhece afundada em frustrações e amargura e ainda opta por buscar meios de aprofundar esse ressentimento por meio de uma revisão de vida altamente condenatória. É o caso de São Bernardo, cuja escrita autobiográfica tem o propósito de levar PH a pintar a si mesmo como um monstro moral. Há um único momento em que o narrador, realmente, justifica a sua conduta brutalizada e ação violenta: “Creio que nem sempre fui egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins. (...). Foi esse modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado” (RAMOS, 2011, p.144).

No mais, a condução da narrativa se encarrega de não dar chance a qualquer interpretação das ações de PH que não seja a de vê-lo pelo prisma de uma desumanização assombrosa. Mesmo as atitudes que poderiam apontar fissuras na sensibilidade embotada do narrador, como a do afeto pela velha Margarida, logo são submetidas a razões de ordem material e interesseiras: “A velha Margarida mora aqui em São Bernardo, e ninguém a incomoda. Custa-me dez mil-réis, por semana, quantia suficiente para

compensar o bocado que me deu” (RAMOS, 2011, p. 10). O ato de acolher à pessoa que o criou que, se relatado de modo avulso, poderia apontar para uma possível humanização, porém o raciocínio emendado ao fato boicota qualquer possível fratura no discurso autoacusatório do narrador.

Desse modo, essa voracidade da autocrítica “não sonhava em ser o explorador feroz em que me transformei” (RAMOS, 2011, p. 142) nos leva a desconfiar da legitimidade da coincidência entre as vozes de PH-fazendeiro e PH-escritor. A profundidade da consciência demonstrada pelo PH-narrador em detrimento ao raciocínio limitado do fazendeiro, o julgamento impiedoso que promove contra si mesmos somados à contraditória adesão ao discurso letrado e, por fim, a construção de uma narrativa de linguagem apurada em contraste com a inabilidade e ignorância declaradas denunciam a fraude da unidade entre personagem e narrador. Hélio Pólvora, em sua análise de São Bernardo, enuncia que:

A identidade do escritor, inclusive de temperamento e de formação, com o relato romanesco, é tão extensa e tão intensa que o leitor não terá ensejo de perguntar como PH aprendeu a escrever tão bem e a montar um romance com artes de fina carpintaria. O artifício convence (PÓLVORA, 1978, p. 125).

É possível perceber que o artifício não convence fácil assim. Há, em São Bernardo, uma força onisciente que arrasta o fazendeiro à escrita de sua própria condenação, à destruição minuciosa de seu discurso burguês-utilitarista. Uma consciência agenciada por uma visão de mundo que acredita profundamente no papel humanizador da cultura e da escrita, que associa deliberadamente formação intelectual ao desenvolvimento da sensibilidade solidária, que opõe tudo isso ao trabalho braçal, brutal, alienante, à reificação e animalização das pessoas.

A amplitude da perspectiva não condiz com a de um fazendeiro como PH, mesmo ressentido, arrependido e disposto a rever os erros. A voz que conduz a narrativa de São Bernardo traduz muito mais a visão de Graciliano Ramos-escritor do que de PH-fazendeiro-escritor..

Referências bibliográficas

CANDIDO, Antônio. *Ficção e confissão*. Rio de Janeiro. Ouro sobre azul, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Graciliano. In *Graciliano Ramos*. Coleção Fortuna Crítica. Direção de Afrânio Coutinho. Seleção de textos de Sônia Brayner. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JÚNIOR, Benjamim Abdalla. *Tempo da Literatura Brasileira*. São Paulo, Ática, 1985.

LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia. In.: RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. 58 ed. Posfácio de João Luiz Lafetá. Rio de Janeiro, 1992, p. 189-213.

MOURÃO, Ruy. A estratégia narrativa de São Bernardo. In Graciliano Ramos. *Coleção Fortuna Crítica*. Direção de Afrânio Coutinho. Seleção de textos de Sônia Brayner. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MIRANDA, Wander Melo. *Graciliano Ramos*. Col. Folha Explica. Publifolha, São Paulo, 2004.

Artigo enviado em: 09/05/2013

Aceite em: 25/06/2013

Interfaces

Avaliadores ad hoc 2013

- Me. Adriana Aparecida Vaz da Costa
(Unicentro)
- Dr. Antonio Henriques Gonçalves Cunha (Unicentro)
- Dr. Antonio Roberto Esteves (UNESP)
- Me. Ari de Souza (Unicentro)
- Dra. Carme Regina Schons (Universidade de Passo Fundo)
- Dra. Claudia Finger Kratochvil (Universidade Federal da Fronteira Sul.)
- Dr. Cláudio José de Almeida Mello (Unicentro)
- Dr. Daniel de Oliveira Gomes (UEPG)
- Dra. Daniela Silva da Silva (Unicentro)
- Dra. Keli Cristina Pacheco (UEPG)
- Dra. Larissa Montagner Cervo (Unicentro)
- Dra. Lidia Stutz (Unicentro)
- Dra Luciana Fracasse (Unicentro)
- Dra. Maria Cleci Venturini (Unicentro)
- Dra. Maria Cristina de Almeida Mello (Universidade de Coimbra)
- Dra. Neide Gargia Pinheiro (Unicentro)
- Dra. Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira (Unicentro)
- Dra. Raquel Terezinha Rodrigues (Unicentro - PPGLit/UFSCar)
- Dr. Ricardo André Ferreira Martins (Unicentro)
- Dra. Rosana Gonçalves (Unicentro)
- Dra. Sonia Merith Claras (Unicentro)
- Dra. Stela de Castro Bichuette (Unicentro)



Interfaces